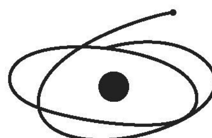
# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXI nº 121-122 1988



ISSN 0034-7329







INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

***Revista Brasileira de Política Internacional***
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)



***Instituto Brasileiro de Relações Internacionais***



Sede: *Universidade de Brasília*
*Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte*
*70910-900 Brasília DF, Brasil*

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

# Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

# Equipe

*Coordenador:* *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

*Apoio Técnico:* Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

**Ano XXXI nº 121-122 Janeiro-Junho 1988**

ARTIGOS

# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

## INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Fundado em 1954*

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.



PRAIA DE BOTAFOGO, 186 GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

**REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL**

**Diretor:**
CLEANTHO DE PAIVA LEITE

**Secretaria:**
Eneida Nogueira Rigueira

***Supervisão Gráfica:***
Daniel Leite
TERRAÇO

**Composição:**
Waldir José/Cíntia Ribeiro

**Direção e Administração**
Praia de Botafogo, 186 - Grupo B - 213 - Telefone (021) 551-0598
22250 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

| | | | |
|---|---|---|---|
| Assinatura anual | Cz$ 4.000,00 | Para o exterior: | US$ 20,00 |
| Número avulso: | Cz$ 2.000,00 | Para o exterior: | US$ 10,00 |
| Números atrasados: | Cz$ 2.000,00 | Earlier Issues: | 12US$ each |

# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXXI **1988/1** 121 - 122

## SUMÁRIO



## ÍNDICE REMISSIVO

# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

YEAR XXXI **1988/1** 121 - 122

SUMMARY

# A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA E O BRASIL

**Geraldo Holanda Cavalcanti***

Inserido no contexto de um simpósio sobre "A Europa e o Brasil no limiar do ano 2000", o tema deve ser entendido, a meu ver, como um esforço prospectivo, mais do que como uma avaliação recapitulativa do que foram ou têm sido as relações entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia.

Não pretendo levar minhas especulações sobre o futuro dessas relações ao termo do horizonte temporal definido. Tenho clara a consciência das limitações desse gênero de exercício. A experiência indica que, no plano das relações econômicas internacionais, as previsões não têm validade acima de prazos relativamente muito curtos. Os acontecimentos dos últimos quinze anos se encarregaram de desacreditar toda a "ciência" da futurologia que, com estrépito, se havia inaugurado no fim da década dos sessenta, sob os auspícios do Hudson Institute. Limitar-me-ei, pois, a algumas modestas conjeturas de curto prazo, baseadas em extrapolações de tendências de longo prazo, e a uns poucos prognósticos, fundado na pretensão de que seria instrumento válido para predição a antecipação dos resultados de ações a que se comprometam agentes com competência e capacidade para realizá-las.

Iniciarei, portanto, esta análise por uma recapitulação das tendências mais persistentes da economia internacional que afetam as relações entre a CEE e o Brasil, para derivar delas algumas conclusões sobre a possível evolução futura a curto prazo. Restrições de tempo impõem, de plano, que este estudo se atenha a certos campos definidos. Assim, nele será abordado apenas o aspecto das relações comerciais, ficando de lado questões como a da cooperação econômica num sentido mais amplo, e as de cooperação financeira, tecnológica, científica e técnica, bem como a cultural. Por outro lado, seria difícil tratar do tema das relações comerciais entre o Brasil e a CEE sem inserí-lo numa perspectiva mais ampla, a do comércio da CEE com os países em desenvolvimento (PEDs) em geral, em parte porque elas participam dos problemas gerais que afetam o comércio dos PEDs, em parte pela tendência da própria Comunidade de agrupar seus parceiros

* O texto corresponde à conferência pronunciada pelo Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti, chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias, no Instituto de Altos Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, no dia 22 de outubro de 1987.

comerciais em categorias mais ou menos definidas. Dentro dessas categorias de países, a América Latina ocupa um lugar bem delimitado e, como veremos, pouco prioritário.

Um estudo preparado pelo SELA para a VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-americano, em 1982[1], descreve a maneira como a Comunidade articula suas relações externas com os diferentes grupos de países segundo um esquema hierárquico, de acordo com o maior ou menor interesse de cada grupo para seus objetivos econômicos. O estudo distingue oito círculos de intensidade decrescente, alguns deles com sub-círculos interiores. O primeiro, de máxima densidade e integração, é constituído pelos próprios países integrantes da Comunidade. Este inclui, num círculo periférico, os países candidatos a adesão, com os quais a Comunidade esteja em processo de negociação. Normalmente é intensa a cooperação comunitária com tais países, no sentido de prepará-los para a participação plena. No segundo círculo se encontram os países membros da Associação Européia de Livre Comércio (AELC), com os quais a CEE estabeleceu uma zona livre de comércio e em relação aos quais foram suprimidas as restrições quantitativas no comércio recíproco. No terceiro, estão os Estados Unidos da América, o Japão e o Canadá. Com estes países, as relações, que são extremamente intensas (e freqüentemente conflitivas), estão reguladas pelo marco geral do GATT. No quarto círculo se encontram a Turquia, Chipre e Malta, ligados à CEE por acordos de associação e com relação aos quais existe o objetivo final de estabelecer uma união aduaneira. O quinto círculo é constituído pelos hoje 66 países ACP (da África, Caribe e Pacífico), a maioria dos quais ex-colônias de países comunitários, com os quais a Comunidade assinou acordos especiais de cooperação que asseguram acesso franco ao mercado comunitário para seus produtos industriais e preferências para os agrícolas. A Comunidade mantém, ainda, com esse conjunto de países, sistemas de estabilização de seus ingressos de exportação: o "Stabex", que cobre cerca de quarenta produtos agrícolas, o "Sysmin", que protege uma dezena de produtos minerais, e um sistema especial de garantia de preços para o açúcar. O esquema se completa com um programa de assistência financeira para o desenvolvimento. O sexto círculo compreende os países do sul do Mediterrâneo, do Mahgreb e do Golfo, que gozam de franquia para as exportações de suas manufaturas, preferências para as de certos produtos agrícolas e acesso aos financiamentos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), (Sabemos que a Comunidade está em processo de negociação com os seis países do Golfo no sentido de um acordo que inclua a cláusula da nação mais favorecida; o objetivo final desejado seria uma união aduaneira. Caso se chegue a esse resultado, a posição dos países do Golfo se assemelharia à dos países do quarto círculo). A Iugoslávia está assimilada nesse grupo. No sétimo círculo estão os países em desenvolvimento que gozam apenas dos benefícios do Sistema Geral de Preferências. Neste grupo se inscrevem, em vários subcírculos: os países da ASEAN, com os quais a Comunidade assinou um acordo conjunto de cooperação econômica: a Índia, que tem um acordo preferencial com a CEE; o Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, com os quais a CEE assinou acordos de cooperação comercial e, no caso deste último, mantém esquemas de promoção de investimentos; o Brasil, o México e o Uruguai, com os quais existem acordos de cooperação comercial; e, finalmente, os demais países latino-americanos. O oitavo círculo seria constituído pelos países de economia de mercado, para cujo comércio valem cláusulas restritivas não apenas de natureza econômica mas também de natureza política.

Esta classificação esquemática, apesar de sua aparente simplificação, não está longe de corresponder à realidade das relações comunitárias com o resto do mundo, mesmo hoje em dia. É inegável que a América Latina não tem representado para a Comunidade uma

região prioritária, ainda se comparada apenas com outras regiões de países em desenvolvimento, uma constatação que se confirma quando se analisa, por exemplo, como veremos adiante, o impacto discriminatório contra a região latino-americana das medidas restritivas de comércio adotadas pela Comunidade contra países em desenvolvimento.

Comecemos, pois, pelo exame das relações da Comunidade com os PEDs em geral para estreitar, depois, a análise sobre as relações da CEE com a América Latina e, finalmente, focalizar as relações da CEE com o Brasil. E tomemos como período de análise, em princípio, o decênio 1975-1985, que já leva em conta todo o efeito do choque petroleiro. Sempre que possível, as fontes estatísticas utilizadas serão as da própria Comissão das Comunidades. Inevitavelmente, os dados citados poderão discrepar dos de outras fontes. Como trato de extrair tendências, e não de confrontar cifras pontuais, não creio que deva ser dada especial importância a possíveis divergências que não afetem aquelas interpretações.

Uma revista, mesmo perfuntória, da evolução do comércio internacional revelará, ou melhor, demonstrará o que não é surpresa: a constante perda de importância relativa do comércio dos PEDs no total do comércio internacional. Entre 1980 e 1986 a participação dos PEDs nas exportações mundiais baixou de 33.6 para 24.6% e nas importações, de 28.7 para 25.2%. Dados recém-divulgados pelo FMI indicam que essa tendência se acelerou de 1986 para 1987. Durante o primeiro semestre deste ano, as exportações dos países industrializados cresceram de 16.3% enquanto que as dos PEDs baixaram em −5.9%![2]

Em contraposição, o comércio comunitário não deixou de se expandir. Essa expansão global não é uniforme, porém. O comércio intra-comunitário cresceu ao dobro da taxa de crescimento do comércio extra-comunitário, tendência que persiste. As estatísticas com os dados preliminares sobre o comércio no primeiro semestre do corrente ano, divulgadas pelo Office Statistique de la Communauté no último dia 12 (novembro de 1987), revelam que nesse período as exportações intra-comunitárias cresceram em 1.5% e suas importações, também intra-comunitárias, em 2.7%, enquanto que as exportações extra-comunitárias se reduziram em −3.3% e as importações em −3.5%[3].

Por sua vez, o crescimento do comércio extra-comunitário é resultado fundamentalmente da expansão do intercâmbio com os demais países desenvolvidos. Para uma comparação homogênea e com dados da EUROSTAT, disponho apenas de estatísticas a partir de 1980. Tomando esse ano como base, vamos verificar que, enquanto o índice das importações comunitárias provenientes de outros países desenvolvidos era 200.6, em 1986, o relativo aos PEDs chegou apenas a 120.5, e enquanto o índice das importações comunitárias oriundas dos países desenvolvidos foi de 151.5, ele reduziu-se para os PEDs a 83.3. As mesmas estatísticas da Comissão acima citadas dão conta de que a tendência continua. No primeiro semestre de 1987 as importações comunitárias oriundas dos PEDs diminuíram em −8.5% e suas exportações para os PEDs em −7.8%.

A participação latino-americana no total do comércio extra-comunitário é também declinante. Assim, no total das importações extra-comunitárias ela passou de 8.7 para 6.1%, entre 1965 a 1986, e no das exportações extra-comunitárias de 6.4 para 4.3%[4]. Devo advertir que não tomo aqui o decênio 1975-1985 como referência porque 1975 foi, exatamente, o ano de mais baixa importação comunitária procedente da América Latina, nas duas últimas décadas, em termos relativos (5.5%).

A esta altura, talvez seja importante antecipar uma possível contestação à nossa argumentação. A documentação de apoio submetida pela Comissão ao Conselho, junto à

sua proposta sobre a revisão das relações da CEE com a América Latina, de que voltarei a falar, contém estatística que revelam que a participação da América Latina nas importações comunitárias de produtos agrícolas é ascendente desde 1968, havendo passado de 14.4 para 20.6% do total. Tais dados são reais, porém, sobre esse aspecto, valem as observações de Patrício Leiva Lavalle, em estudo publicado há poucos meses em Santiago, no sentido de que a América Latina aumenta, precisamente, sua importância relativa de maneira significativa *nos mercados que retrocedem* na estrutura de comércio da CEE[5].

De fato, uma das razões para a crescente perda de importância dos PEDs e da América Latina em particular no comércio da CEE é a diminuição da importância relativa dos produtos de base, das matérias primas e dos alimentos, no comércio comunitário. Os bens primários, que constituíam 76% do total das importações por ocasião da formação da CEE, representavam em 1984, apesar do forte aumento das importações de petróleo, apenas 47%. As importações de alimentos, bebidas e tabaco baixaram de 40.2 para 9.3% e as de matérias primas de 29.7 para 10.1%, com óbvio impacto para a América Latina cujas importações eram, e continuam a ser, na sua maioria, constituídas por essas categorias de produtos. Aliás, essa tendência não faz mais do que refletir o que acontece no comércio mundial, no qual a proporção das transações com alimentos baixou, entre 1960 e 1980, de 19.4 para 11.2%, a das transações com matérias primas agrícolas de 10.8 para 3.8% e a das com produtos primários, com exceção de combustíveis, de 43.2 para 23.5%[6].

Essa explicação, de ordem geral, não basta, porém, para dar conta das razões que têm militado contra a boa evolução do comércio entre a Comunidade e a América Latina. O fato inegável, e até certo ponto incompreensível, é a persistência de um tratamento discriminatório contra a América Latina nas transações comerciais da Comunidade, o que, inegavelmente, tem agravado as circunstâncias negativas de caráter geral.

Recentíssimo estudo da CEPAL, intitulado "O protecionismo dos países industrializados: estratégias regionais de negociação e defesa"[7], dá conta de como as medidas protecionistas adotadas pelos países industrializados e, entre eles, particularmente pela CEE, afetam mais duramente e de maneira discriminatória a América Latina, em comparação com outras áreas de países em desenvolvimento. Vê-se, pelos dados nele publicados, que os países latino-americanos são os que mais sofrem, e por amplíssima margem, os efeitos da proteção tarifária da Comunidade. Enquanto a taxa média ponderada tarifária aplicada às importações comunitárias provenientes da América Latina se situa no nível de 2.6%, ela é três vezes mais baixa para os países da Ásia (0.9%) e treze vezes mais baixa para os países africanos (0.2%). Quanto às barreiras não-tarifárias, enquanto elas atingem 27.7% das importações comunitárias oriundas da América Latina, afetam somente 10.4% das provenientes da África e 9.9% das da Ásia. Se olharmos o protecionismo comunitário por categoria de produtos, veremos que alguns dos produtos latino-americanos de exportação tradicional para a CEE são os mais duramente afetados. Assim, para as importações comunitárias de carne, os contingentes tarifários aplicados pela CEE às importações provenientes da América Latina são duas vezes maiores do que os aplicados à totalidade de suas importações desse produto (34.8 contra 17.4%) e as restrições quantitativas cerca de 40% mais acentuadas (41.4 contra 29.7%). Também maiores são as restrições voluntárias impostas às importações de ferro e aço (13.6 e 6.0%), a aplicação de sistemas de vigilância à importação de cobre (7.5 e 6.9%) e ferro e aço (21.4 e 18.8%), a aplicação de medidas de restrições quantitativas às importações de açúcar (98.9 e 92.3%), a aplicação de gravames variáveis a essas mesmas importações (10.4 e 8.4%), a aplicação de direitos anti-dumping às importações de ferro e aço (7.8% e 2.0%) e de couro (10.2% e 1.0% e outras

medidas de controle de preços aplicadas às importações de ferro e aço (33.0 e 27.6%), couro (2.2 e 0.2%) e produtos químicos (3.6 e 1.4%). No que respeita a restrições voluntárias à importação de produtos, o impacto sobre as importações oriundas da América Latina foi de 6.7%, enquanto que o sobre o total das importações comunitárias foi de 5%.

Fácil é concluir que não é somente a estrutura das exportações latino-americanas a responsável pelos recorrentes problemas no intercâmbio entre as duas regiões e pela perda de importância relativa da América Latina no comércio comunitário.

Finalmente, a posição relativa do Brasil no conjunto do comércio da Comunidade com a América Latina também acusou, em épocas recentes, certa perda de importância. Assim, enquanto em 1975 o Brasil representava 33.3% das importações comunitárias oriundas da América Latina, em 1980 essa participação havia caído para 29.5%. Nos últimos anos, porém, a participação brasileira tem voltado a recuperar-se e em 1986 elevou-se a 37%. Da mesma maneira, a participação brasileira nas exportações comunitárias, depois de baixar de 30.2% em 1975 para 21.4% em 1980 elevou-se em 1986 a 25%.

Os dados até agora expostos revelam a gradativa perda de importância dos PEDs, da América Latina em particular, e, dentro de certa medida, até mesmo do Brasil para o comércio comunitário. Essa análise talvez devesse ser completada pela observação simétrica: a perda de importância da CEE para o comércio daqueles conjuntos de países.

Não disponho, no momento, de dados para o conjunto dos PEDs. No que respeita à América Latina, e ao Brasil em particular, confirma-se um decréscimo simétrico de importância da CEE para suas relações comerciais.

Estatísticas recentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento mostram que as exportações da América Latina para a CEE, como porcentagem de suas exportações globais, baixaram de 29.4%, em média, no período 1961/1963, para 19.2%, em média, no período 1982/1984. As exportações para a CEE foram as únicas a baixar em comparação com o ocorrido nas exportações para outras áreas (EUA, Japão, Oriente Médio e mercado intra-latino-americano). No que diz respeito às importações totais da América Latina, caíram as provenientes da CEE, no mesmo período, em 45.2%, enquanto que as oriundas dos EUA caíram de apenas 16.8%. Segundo dados do FMI (processados pelo IRELA), entre 1975 e 1985 a participação da CEE nas exportações globais da América Latina decaiu de 24.0% para 17.9% e nas importações totais, de 24.1 para 21.5%[8].

Finalmente, também no que diz respeito ao Brasil, a CEE tem perdido importância relativa no seu comércio global. Assim, segundo dados da CEPAL[9], enquanto as exportações brasileiras para os EUA cresceram em 438.5%, entre 1975 e 1985 as exportações para a CEE aumentaram, no mesmo período, em apenas 158.3%. Da mesma forma, enquanto as importações brasileiras oriundas dos EUA decresceram, nesse período, em 16.1%, as provenientes da CEE se reduziram em mais do dobro (38.7%). Em conseqüência, a importância da CEE para o Brasil diminuiu em termos relativos e isso tanto no que respeita sua participação nas importações realizadas pelo Brasil, que se reduziram de 25.8% do total, em 1970, para 16.5%, em 1980 e 14.4% em 1985, quanto no que diz respeito a sua participação no mercado para as exportações brasileiras que se reduziu, nos mesmos anos, de 33.1 para 30.5 e 26.5%, respectivamente. A esse respeito, vale notar, pois não seria estranho a esse resultado, que, nesse último ano, 27.7% das exportações brasileiras para a Comunidade foram objeto de barreiras não-tarifárias, enquanto apenas 17.2% das destinadas aos EUA e 15.8% das dirigidas ao Japão sofreram restrições semelhantes.

Não será necessário realizar o trabalho de projetar linearmente essas tendências para chegar-se a conclusões pessimistas quanto ao futuro a curto prazo das relações comerciais entre os dois conjuntos de países, caso permaneçam inalterados os fatores que têm conduzido aos resultados analisados.

Uma possibilidade de reversão das tendências expostas poderia existir se os dois grupos de países estivessem no limiar de transformações conjunturais importantes no sentido de reativação de suas economias, o que poderia dar novo ímpeto às importações comunitárias e despertar um interesse especial da Comunidade pela América Latina, ou, no caso que nos interessa, pelo Brasil. Tal não parece ser o caso no horizonte limitadíssimo em que possam ser razoáveis as previsões, digamos até o fim desta década ou até os primeiros anos da década dos noventa.

Não é favorável a conjeturas de expansão para o conjunto dos países desenvolvidos o clima econômico internacional. O caso dos países comunitários, que nos interessa agora, não é distinto. Por razões que não vem ao caso analisar aqui, confronta-se a Comunidade com um quadro de lento crescimento e de alta taxa de desemprego que não permite antecipar uma substancial modificação, a curto e mesmo a médio prazo, dos parâmetros externos de sua economia.

De fato, enquanto em maio de 1986 a Comissão entrevia, para 1987, uma taxa de crescimento da economia comunitária de 3.25%, já em dezembro do mesmo ano a revia para 2.75 e em junho do corrente ano para 2.2%, estimativa que acaba de confirmar. Para 1988, as estimativas de crescimento anunciadas no dia 14 do corrente mês são de 2.3%. Tais perspectivas não permitem esperar uma recuperação do mercado de trabalho e conseqüente aumento da demanda para consumo. Na verdade, o problema do desemprego nos países comunitários tem assumido tal proporção que alguns economistas de renome[10] já o consideram de natureza estrutural. De fato, enquanto nos Estados Unidos a taxa de desemprego se tem mantido praticamente estacionária nos últimos dez anos, em torno dos 7%, e apresenta mesmo, nos últimos meses, um descenso (6% em julho e 5.84% em setembro), e no Japão tem-se mantido entre 2 e 3%, na CEE em seu conjunto ela não cessou de crescer desde há mais de dez anos, passando de 4.2% em 1975 para 5.9% em 1980 e para mais de 12% nos últimos anos, nível em que se prevê poderá estabilizar-se, a menos que se modifiquem substancialmente os parâmetros de desenvolvimento econômico comunitário. Ora, a mais recente "EC Business and Consumer Survey", prevê a estabilização da taxa de investimentos na Comunidade em torno de 5% o que não evitaria novos desempregos. Para recobrar o nível de desemprego de há dez anos seriam necessários, segundo a mesma publicação, investimentos da ordem de 10% do PIB comunitário por muitos anos seguidos, o que parece estar longe de ser possível. Tais circunstâncias, por si sós e sem necessidade de explicações que recorram ao comportamento conjuntural das taxas de câmbio, explicariam boa parte da perda de competitividade comunitária face a outras economias desenvolvidas. A própria Comissão, no relatório mensal sobre a situação econômica, publicado no mês de junho, anotava que o custo relativo da unidade de trabalho sobre o total da economia, para o conjunto comunitário, havia-se elevado, em 1986, de 11.3% e deveria, provavelmente, crescer de ainda 7.5% no corrente ano: enquanto isso, a mesma relação se reduziu em 18.5% nos Estados Unidos, em 1986, tendência que deverá prorrogar-se, no nível de 7% em 1987[12].

Nas condições acima expostas, não surpreende a previsão de que as importações comunitárias continuarão a crescer mais lentamente no futuro imediato, baixando sua taxa de expansão de 6.7%, em 1986, para 5.7, em 1987 e 4.6 em 1988[11]. Vejam-se, com

relação a isso, as previsões da própria Comissão de diminuição da taxa de crescimento da demanda privada na Comunidade de 3.9%, em 1986, para 3.1% em 1987 e 2.7% em 1988[12]. Não estariam por modificar-se, pois, num sentido favorável à expansão econômica, os parâmetros de crescimento comunitário e não ficariam postas, portanto, de seu lado, as condições para uma reversão das tendências no comércio com a América Latina ou o Brasil.

Segundo a OCDE, no entanto, o quadro negativo não é necessariamente irreversível. As condições para um crescimento sustentado existem, graças, sobretudo, ao controle que parece haver-se estabelecido sobre a inflação e à redução das taxas de juros. Essa retomada só será possível, porém, se se restabelecer a confiança do setor privado, abalada pela amplitude das variações das taxas de câmbio, e se se adotarem medidas macro-econômicas orientadas para certas reformas estruturais inadiáveis. Tais medidas são, essencialmente, as que figuram nos acordos do Louvre, no Consenso de Tóquio, nas recomendações da OCDE e nas conclusões da Cúpula de Veneza. Essas recomendações acabam de ser reconfirmadas pelo Comitê Interino do FMI, em sua reunião anual, no mês de setembro, em Washington.

Como se recorda, os países industrializados consideram que o problema central para a recuperação dos investimentos, a expansão da demanda interna e o crescimento equilibrado do comércio internacional está no ajustamento e na disciplina das taxas de câmbio, estas seriamente afetadas pelas distorções introduzidas em decorrência das políticas monetárias e fiscais de alguns Estados grandes, particularmente os EUA, a RFA e o Japão. Impor-se-iam, por parte dos EUA, medidas orientadas para a redução do deficit orçamentário e das taxas de juros, e, por parte do Japão e da RFA, para a redução de seus superavitis, no primeiro caso pela diminuição e, no segundo, pela expansão da demanda interna. A redução das taxas de juros e a retomada dos investimentos teriam, ademais, a conseqüência positiva de melhorar a posição dos países endividados do Terceiro Mundo e de aumentar-lhes a capacidade de importação. A essas medidas seria preciso acrescentar as reformas estruturais indispensáveis no sentido de a) suprimir os entraves artificiais e o protecionismo que afetam o comércio internacional; b) eliminar os subsídios à produção agrícola, que distorcem os padrões de produção, consumo e comércio internacional; e, finalmente, c) aliviar a carga representada pelo serviço da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, de modo a permitir-lhes expandir as importações.

Sobre estes três últimos aspectos, as perspectivas não são animadoras. Quanto ao primeiro, segundo o "IMF Survey" do mês de julho, as medidas de liberalização do comércio ocorridas durante 1986 foram adotadas sobretudo pelos países em desenvolvimento; os países industrializados, ao contrário, aumentaram seu protecionismo. Quanto ao segundo, são os países desenvolvidos os que mais estão subsidiando sua agricultura. O Economic Research Service do Departamento de Agricultura dos EUA acaba de publicar um estudo comparativo pelo qual se verifica que países essencialmente agrícolas, como a Austrália, a Índia e mesmo o Brasil, apresentam os mais baixos índices de subsídio à agricultura (9, 8 e 7, respectivamente, segundo a escala adotada no estudo), enquanto que são os países industrializados os mais protetores: Japão (72), CEE (33) e EUA (22). No caso da CEE, os subsídios à produção agrícola foram aumentados e não reduzidos nos últimos dois anos. É conhecida, também, a reação negativa da CEE à proposta norte-americana de um ambicioso programa para a eliminação dos subsídios à produção agrícola nos países industrializados até o final do século. Considera a Comissão impraticável a proposta no plano comunitário e irrealista no plano mundial. Finalmente, quanto ao alívio da carga

financeira representada pela dívida externa, nenhum sinal existe de que os Governos dos países credores estejam dispostos a alterar suas políticas conservadoras sobre o assunto. Sabemos, ademais, que, a esse respeito, a posição dos credores europeus é bem mais restritiva e contrária a soluções consensuais do que, por exemplo, a dos credores norte-americanos. Recentes elevações das taxas de juros na RFA fazem temer evoluções alarmantes nesse setor.

O que é grave, porém, é achar que a expansão do comércio dos PEDs deva depender da retomada do crescimento econômico nos países desenvolvidos. Não é certo que essas condições tidas como prévias se cumpram em prazo útil, nem que, uma vez cumpridas, suas conseqüências sejam as desejáveis.

Passando, agora, para o lado latino-americano e brasileiro, que perspectivas existem de recuperação a curto prazo do desenvolvimento e de expansão do comércio internacional?

Se é arriscado fazer previsões sobre a evolução da economia européia, muito mais o é fazer sobre a da economia latino-americana, menos estruturada, mais sujeita às atribulações da economia internacional, mais vulnerável a variáveis políticas internas. No entanto, mesmo o mais otimista estudioso da situação política e econômica da América Latina não se atreveria a apresentar conjeturas favoráveis a uma recuperação significativa do crescimento latino-americano nos próximos anos. Em verdade, os indicadores disponíveis apontam, antes, para um quadro de dificuldades crescentes, ou até mesmo insuperáveis, a menos que se alterem substancialmente as condições de desenvolvimento, tanto internas quanto externas.

Os dados relativos à recente evolução econômica da América Latina e do Brasil são particularmente dramáticos. Segundo o último Anuário da CEPAL[14], a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da região, que foi em média de 5.4% no período 1970/1975, e de 5.0% em 1975/1980, baixou para apenas 0.4% no período 1980/1985; nesses mesmos quinqüênios de referência, a taxa de crescimento do PIB brasileiro baixou de 9.5 para 6.8 e para apenas 1.9%. Em conseqüência, o PIB per capita latino-americano, no final de cada um desses períodos, apresentava taxas de crescimento que, para a América Latina em seu conjunto, foram de 2.8, 2.6 e –1.8% e para o Brasil de 6.9, 4.3 e –0.3%!

Esse clima recessivo que se instalou no continente latino-americano teve reflexo imediato na capacidade de importação da região. Sempre tomando as médias dos períodos assinalados, vemos que as importações latino-americanas, como porcentagem do PIB, baixaram de 13.2 para 9.6% entre 1970/1975 e 1980/1985 e as brasileiras de 15.0 para 6.1%. Essa queda não é o resultado, porém, de uma redução do valor das exportações, ou, melhor dito, apenas de uma redução no valor das exportações. Esta ocorreu, sem dúvida, como decorrência de uma deterioração dos termos de intercâmbio. Assim, se tomarmos o ano de 1980 como base, verificaremos que, no caso do Brasil, o índice da relação dos preços de intercâmbio, que teria sido de 154.8 em 1960, 139.4 em 1965, 134.1 em 1970, e 117.5 em 1975 teria baixado para 83.5 em 1985. Ora o que se constata, observando o comportamento das exportações no período analisado, é que nunca foi maior o esforço de exportação dos países latino-americanos. Sempre como porcentagem do PIB, vemos que, para a América Latina como um todo, as exportações passaram de 12.6 para 16.5% e para o Brasil de 8.5 para 12.6%, ao longo do período. Graças a esse esforço conjugado de redução das importações e de expansão das exportações, pôde a região passar de uma

situação deficitária em sua balança comercial para uma situação altamente superavitária: no caso da América Latina, de um deficit de –8.5 bilhões de dólares, em 1975, para um superavit de 35.5 bilhões, em 1985; no caso do Brasil, de um deficit de –4.9 bilhões para um superavit de 10.8. A constituição de tais saldos, porém, em nada beneficiou o desenvolvimento da região pois foram eles utilizados praticamente apenas para saldar os compromissos externos acumulados, e, ainda assim, como veremos, não foram suficientes sequer para atender a esses objetivos. As remessas de juros e dividendos, que representavam no início do período 19.1% do valor das exportações de bens e serviços, para o total da América Latina (1984) e 25.4% para o Brasil (1985), alcançavam no fim do mesmo 45.6 para a região (1984) e 45.8% para o Brasil (1985). Em conseqüência, o balanço das contas correntes, apesar da situação superavitária comercial, acusava, para a região como um todo, assim como para o Brasil, no fim do período, situações deficitárias. Tais resultados não refletem, apenas, uma elevação das transferências líquidas de recursos mas também uma diminuição real dos ingressos de recursos para complementação da poupança nacional. Assim, a contribuição do financiamento externo líquido para a inversão interna bruta, que era de 16.4% para a América Latina como um todo e de 27.7% para o Brasil, em 1975, não representava mais do que 2.6% para a região e 0.6% para o Brasil, em 1985.

Diante de tal quadro que se pode esperar de positivo para os anos por vir?

A CEPAL acaba de publicar um relatório sobre a conjuntura econômica dos nove países mais importantes do ponto de vista econômico na América Latina. Em seu conjunto, esses nove países representam 90% do produto bruto da região e 85% da sua população. Apresentando o estudo, em Santiago, há poucos dias, observava Norberto Gonzalez, Secretário Executivo da Comissão, que por ele se podia concluir que os países latino-americanos não estão sendo capazes de simultaneamente controlar a inflação, manter o crescimento econômico e melhorar suas contas externas. Qualquer esforço para atender a um desses objetivos representa necessariamente retrocessos nos demais. Isto, segundo ele, era grave, pois revelava que as economias da região estavam "adquirindo uma configuração estruturalmente recessiva"[13].

Sobre o caso especial do Brasil, deixa a CEPAL aberta uma janela de maior esperança ao observar que ele tem revelado "uma extraordinária flexibilidade e competitividade" o que o tem ajudado a superar os constrangimentos conjunturais de forma por vezes surpreendente. Mas, se estamos analisando aqui tendências observadas objetivamente, não seria o caso de extrapolar essa observação lisonjeira num sentido ufanista. Às condições reais com que se defronta o Brasil são de consideráveis pressões que se acumulam de forma contraditória para a solução dos três problemas já mencionados: o controle das tendências inflacionárias, a necessidade da recuperação econômica — agravada pelo componente da urgência de um reequilíbrio social vertical e horizontal —, e a imprescindibilidade do remanejamento da dívida externa, de modo a permitir ao país retomar os níveis de importação e reaver os de investimentos estrangeiros essenciais ao desenvolvimento industrial e à modernização da economia.

Fácil é verificar que, ainda quando muitas das ações requeridas para a reversão das tendências negativas acima registradas possam depender de medidas nacionais dos países da região, medidas que, por vezes a um custo social elevado — e mesmo ao risco de um preço político sério — vêm sendo tomadas por muitos governos latino-americanos, outras, e não menos essenciais, fogem completamente ao controle dos países da região. A tradicional vulnerabilidade dos países exportadores de matérias primas, sujeitos a variações de

receitas decorrentes de medidas tomadas nos países importadores, fora de sua capacidade de influência; à competição em condições inequitativas que os países desenvolvidos fazem aos países em desenvolvimento, produtores agrícolas e pecuários, arrebatando-lhes mercados tradicionais à custa de subsídios; às crescentes barreiras de toda ordem que os países desenvolvidos erigem à incipiente produção industrial dos países em desenvolvimento; à dependência tecnológica que mantém os países em desenvolvimento numa espécie de servidão permanente nos seus esforços de industrialização, acrescenta-se a mais insidiosa das formas de desestabilização das economias dos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos que é a perturbação causada nas suas contas externas por políticas monetárias e fiscais adotadas, para atender a fins próprios destes, cujos impactos se fazem sentir, porém, e de forma por vezes dramática, sobre aqueles. A acelerada acumulação de uma dívida externa imanejável e essencialmente desestabilizadora, que tais políticas propiciaram e vêm alimentando, é o mais grave fenômeno econômico da história contemporânea, uma tragédia *in fieri* da qual aqueles que detêm os instrumentos para a evitar parecem considerar-se imunes e irresponsáveis[14].

O que se recusam os países desenvolvidos a aceitar, na verdade, é que a crise mundial atual tem um caráter sistêmico e estrutural e não encontrará solução estável enquanto for tratada como uma coleção de crises conjunturais[15].

Até agora não avançamos conjeturas além do curto prazo e, sentindo já frágeis quaisquer projeções das tendências analisadas, não gostaríamos de nos arriscar a tentear o médio prazo. Tais projeções existem, porém, embora menos freqüentes, menos ambiciosas e menos auto-confiantes do que costumavam ser há vinte anos atrás. Não apenas o inesperado de certos acontecimentos (a crise do petróleo a partir do segundo quartel da década passada), mas também o da reação dos governos a esses acontecimentos, ensinou aos prognosticadores a serem mais cautelosos nas suas antecipações. Ainda assim, algumas previsões estão disponíveis e serão aqui rapidamente mencionadas. Refiro-me, basicamente, àquelas contidas nos relatórios anuais do FMI "World Economic Ourlook", 1987) e do Banco Mundial ("World Development Report", 1987), mas também mencionarei as de fontes privadas, como os estudos macro-econômicos de Chase Econometrics.

No que diz respeito aos países industrializados, as expectativas do FMI para 1988-1991 são de que a taxa média de crescimento do PNB se situe em torno de 2.9%, o que representaria uma elevação quase nula sobre a taxa prognosticada para 1988 (2.8%). O Fundo não dá uma estimativa para o conjunto dos países industrializados para o período 1989-1995, mas, como estima menores as taxas para os EUA e Japão nesse período, e estacionária a para a RFA, pode-se concluir que para esse prazo mais amplo a taxa prevista para o conjunto será inferior à que chegou para a projeção mais curta. A projeção baixa do Banco Mundial, que aqui mencionamos por ser a menos qualificada quanto a condições para que ocorra, é inferior à do Fundo (2.5%)[16]. Tais projeções, evidentemente, não auguram uma expansão da demanda e do comércio internacional de molde a justificar a esperança de uma forte retomada das importações, particularmente das oriundas dos países em desenvolvimento. Chase Econometrics chega a conclusões semelhantes. Segundo sua análise, não é possível esperar que o crescimento das economias dos grandes países industrializados possa superar 3.0%, e isso até o fim do século, não apenas por razões do lado da oferta (alto custo da incorporação de novas tecnologias, o que retardará sua aplicação em uma ampla gama de produtos; lento crescimento da força de trabalho), como, e talvez principalmente, por razões do lado da demanda (tendência à redução do gasto público; e, do lado da demanda privada, o impacto daquelas políticas

sobre o consumo privado e uma possível orientação dos devedores privados e das empresas no sentido de procurar aliviar a carga de suas dívidas em vez de agregar demanda para consumo ou investimento)[17].

As projeções a médio prazo com respeito aos países em desenvolvimento são, evidentemente, muito mais condicionadas, sobretudo aquelas que dizem respeito aos países mais endividados. Não é o caso de entrar aqui no tipo de considerações com que elas são apresentadas nos estudos mencionados. As projeções do Fundo para os PEDs do hemisfério ocidental são de um crescimento de 4.0% em 1987/88 e 4.8% em 1989/91; para referência, o crescimento entre 1965 e 1973 foi de 6.3% e entre 1973 e 1980 de 4.4%. Entre 1980 e 1986, obviamente, a taxa de crescimento foi mínima, 1.9%. O Banco Mundial, coloca em nível inferior sua estimativa conservadora para os países altamente endividados, em 3.5% para o período 1986-1995. Os cenários acima são considerados "otimistas" pela CEPAL[18].

Mencionamos no começo deste trabalho que uma segunda forma de antever a evolução de uma relação econômica seria elaborar prognósticos, tirando conclusões de compromissos formalmente assumidos por responsáveis pelas políticas econômicas de ambas partes. A previsibilidade aqui é função direta do alcance dos compromissos, da competência de quem os assume e da confiabilidade de sua execução. Se encararmos o problema das relações entre a CEE e o continente latino-americano, ou entre a CEE e certos países latino-americanos como o Brasil, por essa ótica prospectiva, o panorama aparece menos sombrio do que o até agora descrito. A esse respeito, medida importante foi a aprovação, no dia 22 de junho, pelo Conselho e pelos Representantes dos Governos dos Estados Membros da Comunidade, de dois documentos de significado histórico: as "Conclusões sobre as Relações entre a Comunidade Européia e a América Latina" e as sobre "Cooperação Industrial com certos Países em Desenvolvimento da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo."

Muito se tem discutido sobre se a aprovação destes documentos basilares se deve a uma reorientação da CEE para a América Latina, em decorrência da adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade, se deriva da alteração do quadro político nas relações entre as duas regiões, num sentido mais propício ao diálogo, pelo ressurgimento das democracias no continente latino-americano, ou se resulta de considerações de ordem estratégica que levariam a Comunidade a "descobrir" a América Latina de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde. O fato inequívoco é que a própria Comunidade reconhece uma motivação ligada à adesão dos dois países ibéricos ao mencionar, no preâmbulo das Conclusões de 22 de junho, que as decisões tomadas respondem aos objetivos "retomados na declaração comum de intenção anexa ao Tratado de adesão da Espanha e de Portugal". Nesse documento, como se recorda, intitulado "Declaração comum de intenção concernente ao desenvolvimento e à intensificação das relações com os países da América Latina", a Comunidade "confirma a importância que ela confere aos laços tradicionais que mantém com os países da América Latina e à cooperação estreita que tem desenvolvido com os mesmos", reafirma "seu desejo de ampliar e de reforçar essas relações econômicas, comerciais e de cooperação" e se declara "resolvida a intensificar sua ação com vistas a explorar todas as possibilidades para atingir esse objetivo, permitindo, assim, sua contribuição notadamente ao desenvolvimento econômico e social da região latino-americana e a seus esforços de integração regional". As Conclusões de 1987, que constituem uma elaboração, em termos programáticos, das intenções de 1985, acrescentam aos ideais de cooperação econômica e comercial os de cooperação política ("a cooperação e a concertação refor-

çadas nos domínios econômico e comercial devem ir de par com a intensificação de nossas relações políticas"), importante evolução que mostra quanto é profunda a re-orientação que a Comunidade se propõe seguir. Como quer que seja, deve-se pagar o tributo aos dois países ibéricos de reconhecer-lhes papel importante dentro da Comissão e do Conselho europeus no sentido de alertar a Comunidade para a necessidade de dar à América Latina atenção mais profunda e continuada, senão de levá-la a reconhecer a imbricação de interesses entre as duas regiões, que pode ser o fundamento de uma cooperação recíproca sólida, permanente e de mútuo e crescente benefício.

O que é indiscutível é que, por primeira vez, os Doze, falando como Comunidade, afirmam (ou "reafirmam", como está nas Conclusões) "a importância particular que eles atribuem ao fortalecimento e ao desenvolvimento das relações entre a Comunidade Européia e a América Latina, por razões históricas, políticas, econômicas e culturais." A concepção estratégica está referida na frase logo a seguir, onde se diz que, em decorrência do reconhecimento de que as duas partes comungam de certos valores e interesses, "conclui-se que a Comunidade Européia e a América Latina são chamadas a desempenhar conjuntamente um papel ativo na construção da sociedade internacional do futuro." Todo o resto do documento é uma reafirmação e uma ilustração desse pensamento e o documento sobre cooperação industrial é já um começo de programa para realização da estratégia anunciada no primeiro papel. Estamos, pois, diantes de algo inédito e pejado de conseqüências.

Como reage a América Latina, e o Brasil em particular, diante de um anúncio tão alviçareiro?

Ao longo de todo o atormentado diálogo entre a CEE e a América Latina o que mais se tem ouvido por parte dos representantes latino-americanos é a reiterada afirmação de que a situação existente nas relações entre as duas regiões é uma anomalia. Por todas as razões, históricas, culturais, políticas e econômicas, deveria existir uma íntima união entre a Europa e a América Latina e um projeto de crescente compenetração recíproca. Em épocas mais recentes, não têm faltado vozes latino-americanas que procuram alertar para a quase que inelutabilidade de uma aproximação entre as duas regiões, pelo muito que podem se oferecer mutuamente de complementação, a menor das quais não é a possibilidade de expansão do mercado para os países comunitários, num cenário de provável estancamento do crescimento demográfico na Europa, frente à expansão populacional na América Latina. Há indícios de uma crescente percepção comunitária dessas potencialidades. O programa de cooperação industrial poderia ser o impulso inicial para uma revisão mais ampla do relacionamento entre as duas áreas.

A reação dos Embaixadores latino-americanos acreditados junto à CEE, em recente reunião com membros da Comissão (no dia 5 do corrente mês), é ilustrativa da acolhida favorável que encontrou a decisão do Conselho sobre cooperação industrial. A reunião, primeiro encontro formal do GRULA (Grupo dos Embaixadores latino-americanos acima mencionados) com a Comissão após a aprovação dos referidos documentos, foi convocada especificamente para tratar dessa questão e, por primeira vez, não obstante as diferenças que sobre o assunto possam existir entre os próprios países latino-americanos, encontrou-se uma perfeita coincidência de pontos de vista preliminares sobre um tema de debate entre a Comissão e o GRULA. Estão os dois lados dispostos a trabalhar, em harmonia, na elaboração de propostas concretas, consensuais, para levar a cabo o objetivo de cooperação industrial, dispensando-se das recriminações que têm caracterizado o diálogo entre as duas regiões, em razão dos problemas existentes nas suas relações comerciais.

A cooperação industrial é apenas um capítulo no vasto espectro de relações entre as nossas duas regiões e o que pode fazer a Comunidade para incentivá-la é importante mas necessariamente reduzido. Em última análise, ela vai depender do clima econômico em cada lado da cooperação e do interesse que ela possa despertar nos operadores privados, seus verdadeiros agentes. Tem ela, porém, uma enorme irradiação em termos de favorecimento de outras formas de cooperação e é esse aspecto catalizador o que a torna particularmente interessante. Não se pode falar em cooperação industrial sem se falar de investimento (condições para os investimentos privados, tratamento do capital estrangeiro, taxas de juros para empréstimos, tratamento da dívida privada externa etc), de tecnologia (transferência real de tecnologia, acesso a tecnologias de ponta, distribuição internacional da utilização de tecnologias distintas etc), de divulgação e informação (acesso a bancos de dados, novas formas de discriminação no acesso à informação, etc), de formação (preparação de quadros técnicos e de administradores), de abertura de mercado (toda a problemática do protecionismo e dos subsídios, a qual não pode deixar de ser evocada no momento em que se aumenta a produção para exportação com auxílio externo) e de financiamento das importações e exportações. Enfim, todas as áreas sensíveis do relacionamento econômico e comercial serão tocadas. Tudo isso não é possível sem, presidindo a tudo, uma cooperação política ampliada. Ora, como vimos, ambas as partes a postulam agora.

Mas a grande importância do programa de cooperação industrial está em que ele ataca pela raiz o problema dos desequilíbrios comerciais nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Com efeito, como vimos no início desta exposição, a grande causa estrutural dos problemas nas relações comerciais entre a América Latina e a Comunidade está na assimetria do intercâmbio: o fato de as exportações latino-americanas para a Comunidade estarem constituídas, quase que na sua totalidade, de matérias primas e produtos alimentares, enquanto que a maior parte das importações latino-americanas procedentes dos países comunitários está constituída por bens de capital e produtos manufaturados. Recente estudo preparado pelo Centro Europeu de Pesquisas Econômicas Aplicadas para o SELA e a Fundação Friedrich Ebert[19], ao analisar essa persistente assimetria, mostra, ademais, como a vulnerabilidade latino-americana se acrescenta com o fato de que apenas três ou quatro produtos chegam a constituir mais de 40% das exportações totais da América Latina para a Comunidade. "Given the rigidities of the EC common agricultural policy this product composition of Latin America Exports is a distinct constraint on any export expansion moves", conclui o estudo (p. 203). Enquanto não for diminuída essa assimetria, portanto, há pouco o que se possa fazer para sanear as trocas entre as duas regiões.

Sabemos que essa situação é basicamente o resultado das estruturas de produção nos países latino-americanos. Mas não é só isso o que causa a assimetria assinalada. Infelizmente, há que reconhecer a existência de de políticas, por um lado, e de tradições, por outro, que têm tornado mais problemática a modificação da composição das exportações latino-americanas para a Europa, no sentido de uma maior diversificação para produtos manufaturados.

Quanto à reação do Brasil, puderam os Embaixadores dos Doze em Brasília escutar, em almoço oferecido pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, no dia 28 de agosto, declarações formais que constituem, talvez, a mais clara definição por parte do Governo brasileiro sobre as relações com a Comunidade Européia. Disse o Secretário Geral do Itamaraty, em palavras que fazem recordar diretamente o preâmbulo das Conclusões do

Conselho acima mencionadas: "Olhemos para o restante do mundo. Onde mais encontraremos tantas afinidades políticas, econômicas e culturais Do que entre a Europa e a América Latina?" E, mais adiante: "Se temos o direito de esperar da Europa, e das Comunidades Européias, um juízo sereno, profundo e realista das verdadeiras condições da presença do Brasil no mundo, podemos também anunciar que está hoje decantada no Brasil uma visão igualmente realista e serena das Comunidades Européias, de sua importância, de suas limitações, de sua força e de sua transcendência. O que quero dizer é que estão dadas as condições para que estabeleçamos um relacionamento frutífero, intenso, dinâmico e profundo, baseado em fatos e interesses, e não mais em preconceitos e ilusões. Não há limites para as nossas possibilidades recíprocas: o comércio é apenas uma primeira etapa, estando aí a oferecerem-se os campos promissores da cooperação científica, do desenvolvimento tecnológico, das "joint ventures" e dos projetos multinacionais." Creio que nenhuma declaração poderia ser mais explícita sobre a confiança brasileira num relacionamento saudável e profícuo com a Comunidade Européia.

Dissemos constatar que a CEE dá sinais de se estar interessando por uma relação mais estreita com a América Latina. Isso por si só já poderia resultar num interesse maior da Comunidade pelas relações com o Brasil, visto que ele representa cerca de um terço do comércio comunitário com a América Latina. Mas, independentemente disso, há sinais igualmente objetivos de que a CEE pretende destacar o Brasil como uma área de maior potencial para a cooperação bilateral.

Além das motivações de caráter geral já mencionadas, penso valerem para o Brasil duas considerações especiais para explicar o interesse comunitário: em primeiro lugar, apesar de todas as vicissitudes enfrentadas pelo nosso país para gerenciar o seu crescimento econômico num contexto adverso, continua o Brasil a dar demonstração de uma extraordinária vitalidade econômica (cf. o comentário da CEPAL acima citado). Em segundo lugar, os recentes acordos de integração parcial firmados com a Argentina e com o Uruguai antecipam, aos olhos da Comunidade, a formação de um poderoso bloco consumidor e produtor na América Latina, cuja capacidade de atuação no mercado internacional não pode ser ignorada:

A estas considerações de ordem econômica não se pode deixar de agregar uma consideração de ordem política. Acredita a Comissão Européia que, por suas dimensões territoriais, pela imensidão de suas riquezas naturais, pelo amplo crescimento de sua população, pela existência de uma classe empresarial de mentalidade moderna e por um espírito generalizado de maior abertura para os contatos internacionais e de agressividade comercial, o Brasil tem condições para exercer, naturalmente, uma posição protagonista no cenário mundial.

Esse interesse da Comunidade por uma mais intensa relação com o Brasil está demonstrado na recente instalação em Brasília de uma representação diplomática da CEE, cuja chefia foi entregue a uma ilustre personalidade portuguesa, o Dr. Amândio de Azevedo. O Brasil deu a justa medida da satisfação com que viu a decisão comunitária e a designação do primeiro Chefe de Missão comunitário, pelo gesto do Senhor Presidente da República de receber, pessoalmente, as credenciais do Representante das Comunidades.

Uma tal evolução vem ao encontro precisamente do que têm sido as aspirações do Governo brasileiro no que respeita às relações com a Comunidade. Este é o espírito que presidiu à negociação do Acordo-quadro entre o Brasil e a CEE, pelo qual se criou uma comissão mista destinada precisamente a estimular, ampliar e diversificar a cooperação recíproca.

Não se deve perder de vista, porém, a grande assimetria que existe no relacionamento entre o Brasil e a CEE. Se é verdade que a CEE representa cerca de 25% do mercado para as exportações totais do Brasil (ela é o segundo comprador do Brasil) e aproximadamente 15% do total das importações brasileiras (ela é o terceiro supridor do Brasil), o Brasil para a CEE não representa mais do que um mercado de 0.30% de suas exportações totais e 1.0% de suas importações! Outro problema existente nas relações entre o Brasil e a CEE reside na grande concentração desse comércio em uns poucos países membros, alguns dos quais dos mais dinâmicos no comércio internacional. Assim,no que respeita às exportações brasileiras, três países apenas — a Holanda, a RFA e a Itália — recebem cerca de 60% do total importado pelos doze países membros da Comunidade; se acrescentarmos a esses a França e o Reino Unido, já teremos, nos cinco países, 80% das importações comunitárias oriundas do Brasil. Concentração ainda maior existe do lado das importações brasileiras, com a RFA e a França representando 60% do total dos fornecimentos comunitários e estes países mais a Itália e o Reino Unido 80%. Finalmente, nas exportações brasileiras para a CEE a importância relativa dos produtos de base (54%) é muito maior do que a que tem, por exemplo, no comércio com os EUA (17%). Ela é maior, mesmo, do que a que tem nas exportações globais do Brasil (34%). O que tudo isso indica é que existe substancial margem para diversificação no intercâmbio do Brasil com os países da Comunidade, tanto em termos regionais como em termos de produtos.

Chegamos, assim, ao fim de nosso pequeno exercício. E é auspicioso que esta notá final seja de otimismo. Caso os pequenos passos que ora se contempla realizar produzam os resultados esperados, há razão para acreditar que o ano 2000 verá bem diferente do atual o panorama das relações entre a Comunidade e o Brasil. Se é verdade que os fatos históricos carregam os impulsos de inércia representados pelas tendências a longo prazo, não é menos verdade que resta sempre ao homem a possibilidade de administrar a construção do futuro, re-orientando as forças cegas da história. Uma vontade parece estar-se formando de dar novos rumos à cooperação entre a Europa e a América Latina, entre a Comunidade Européia e o Brasil. É nosso papel, daqueles que acreditamos na complementação dos interesses das duas partes, estimular essa vontade, instrumentá-la, trabalhar por ela.

Nesse grande esforço, Portugal tem um papel particularmente relevante. Não se trata de esperar de Portugal que seja o procurador dos interesses do Brasil junto à Comunidade, da mesma forma como seria absurdo reconhecer à Espanha ou buscar para ela um papel semelhante no que diz respeito à América hispânica. Pensar que a América Latina possa ser o "sul" da península ibérica, por analogia com a forma de relacionamento especial que se criou na Comunidade entre certos países europeus e suas recentes ex-colônias africanas, é ver de forma totalmente equivocada as realidade das relações entre nosso Continente e a Península Ibérica. As associações criadas entre aqueles países africanos e certos países europeus responderam à necessidade de levar em conta situações coloniais ou pós-coloniais específicas, que criavam para as ex-potências colonizadoras responsabilidades ineludíveis ou a necessidade de assegurar uma adaptação progressiva das economias de ambos os lados, potências colonizadoras e nações colonizadas, a uma nova situação de relações soberanas. No caso dos países latino-americanos, as vinculações de natureza cultural que inegavelmente existem entre eles e os países ibéricos não resultam de laços criados artificialmente por situaçõqs coloniaisi recentes nem da persistência de interesses econômicos especiais nas relações econômicas e comerciais. Na verdade, do ponto de vista cultural, as vinculações latino-americanas mais ponderáveis são, hoje em dia, mais com o

que poderíamos chamar de "cultura ocidental", do que com as formas precisas que essa cultura ocidental assumiu em Portugal ou em Espanha. Trata-se, reconheço, de uma generalização um tanto ampla. Mas não devemos deixar que o sentimento de um inequívoco parentesco unindo os povos latino-americanos aos ibéricos disfarce, em benefício de uma retórica da fraternidade, evoluções distintas e interesses por vezes contraditórios. Sabemos que os primeiros resultados da integração de Portugal e da Espanha na Comunidade Econômica Européia não são favoráveis à América Latina, não são favoráveis ao Brasil. Nosso comércio recíproco sofrerá. Esperamos que as adaptações necessárias, decorrentes dessas adesões, se processem rapidamente e com o mínimo de conseqüências negativas para o intercâmbio bilateral. Temos confiança em que, com espírito construtivo, serão encontradas compensações adequadas para os prejuízos sofridos, mesmo porque acreditamos que é do interesse de todos manter dinâmicas as relações entre nossas regiões e aproveitar o potencial de simpatia e familiaridade que existe entre latino-americanos e ibéricos para a construção de uma base maior de entendimento e cooperação entre a Europa e a América Latina. No que respeita ao Brasil, não é com outro espírito que encaramos a presença de Portugal na CEE.

**NOTAS**

(1) "As relações externas das Comunidades Européias e a América Latina", doc. de trabalho preparado para a VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-americano, Caracas, 16 a 25 de agosto de 1982, pelo Secretariado do SELA. Ref. SP/CL/VIII.O/Di n.1.
(2) IMF Survey, 27.7.1987, pg. 226.
(3) EUROPE, 13.10.1987.
(4) "Economic Relations between the European Economic Community and Latin America — A Statistical Profile", IRELA, Working Paper n.10, Madrid, 1987, pp.5 e 6.
(5) "Comércio de la Comunidad Económica Europea con América Latina", Patricio Leiva Lavalle, Santiago, maio de 1987.
(6) "World Commodity Trade: Review and Outlook", UNCTAD, TD/B/C.1/235, Genebra, 4.5.1983.
(7) "O protecionismo dos países industrializados: estratégias regionais de negociação e defesa", CEPAL, LC/G 1459, 8.6.1987.
(8) IRELA, op. cit., pp. 7 e 8.
(9) "Estudio Económico de América Latina y el Caribe — 1986", CEPAL, Santiago, maio de 1987.
(10) Veja-se carta dos economistas Paul Samuelson (Massachusetts Institute of Technology), James Tobin (Yale University), Franco Modigliani (Massachusetts Institute of Technology), Robert Eisner (North Western University) e Rudiger Dornbusch (Massachusetts Institute of Technology) a The Times, publicada na edição de 28 de abril de 1987.
(11) Dados constantes do Relatório Econômico Anual da Comissão Européia, publicado em outubro de 1987.
(12) "Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe — 1986", CEPAL, Santiago, junho de 1987.
(13) Financial Times, 29 de setembro de 1987.
(14) Veja-se a respeito a intervenção do Delegado do Brasil ao XIX Período de Sessões do Comitê Plenário da CEPAL, em agosto de 1987, doc. LC/G.1479(CPE. 19/4), p.8.
(15) Cf. "Informe del Décimo Período de Sesiones del Comitê de Expertos Gubernamentales de Alto Nível — CEGAN", da CEPAL, doc. LC/G.1480 (CEG.13/2), de 2.9.1987.
(16) "Industrialización y Desarrollo Tecnológico", Informe n. 4 da Divisão Conjunta CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia, Santiago, julho de 1987.
(17) "The OCDE Economies to 2000". Mike Young, in European Affairs, n.3/87, pp.94 a 111.
(18) Op. cit. N. 16, p.16.
(19) "Economic Relations between the European Economic Community and Latin America", PROGNOS, Basel, abril de 1987.

# CIÊNCIA E TECNOLOGIA: QUESTÕES PARA O PRESENTE E PARA O FUTURO

**Joaquim Francisco de Carvalho***

## INTRODUÇÃO

Se, no passado, as grandes descobertas científicas podiam resultar do trabalho isolado de um indivíduo, isso, em nossos dias, é praticamente inviável, face ao fantástico aumento do acervo de conhecimentos, e sua crescente complexidade.

Assim, o progresso da ciência e da tecnologia é, hoje, fruto do trabalho de grupos dedicados à pesquisa básica, na Universidade e instituições de pesquisa, e de equipes de profissionais, engajados no que se convencionou chamar de *Pesquisa e Desenvolvimento* (P&D).

As equipes de P&D compreendem várias categorias de especialistas, desde físicos, matemáticos, químicos, biólogos, etc, até engenheiros, ecologistas e cientistas sociais; trabalhando em campos de confluência entre a Universidade, a Indústria, as firmas de consultoria e engenharia, e as instituições de pesquisa.

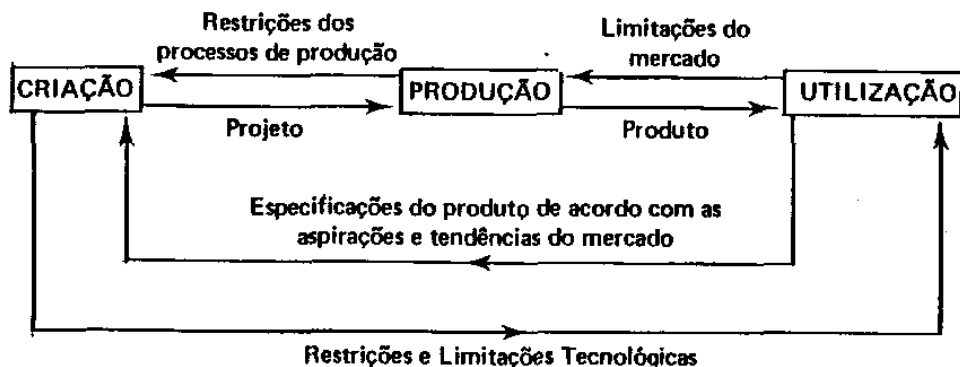
Com uma conotação política, associada ao bem estar da coletividade, são comumente empregadas as expressões *comunidade científica e comunidade técnico-científica,* aí englobando indistintamente grupos de profissionais dedicados à ciência básica e às atividades de P&D.

Podemos dizer que a comunidade técnico-científica é responsável pelo desenvolvimento de novos processos e produtos, de acordo com as tendências do mercado e, por outro lado, pela aplicação dos processos ou pela construção e fabricação dos produtos desenvolvidos, tendo como objetivo final satisfazer necessidades e anseios detectados no contexto econômico social.

Nesse quadro, a tecnologia consubstancia-se na capacidade que tem a comunidade técnico-científica para desenvolver, realizar e utilizar processos e produtos. Esta capacidade extende-se em três áreas visceralmente interdependentes, que são a *criação,* a *produção* e a *utilização.* A fase de *criação* engloba as atividades de P&D e projeto.

* O autor é representante no Rio de Janeiro da Companhia Energética de São Paulo — CESP.

FIGURA 1




As áreas de *criação, produção* e *utilização* influenciam-se e se realimentam mutuamente, de modo que uma só se desenvolve com o desenvolvimento das outras. Assim, as tendências do mercado condicionam os padrões de *utilização,* que influenciam as tecnologias de *produção* que, por sua vez, impõe restrições às tecnologias de *criação;* como ilustra a figura 1.

Cada área deve estar equipada convenientemente não apenas no que diz respeito ao *hardware* (laboratórios, instrumentos e equipamentos diversos, parque de máquinas, etc., conforme o caso), mas também no tocante ao *software* (bibliotecas com a literatura especializada da área, programas computacionais, etc.).

Vê-se, pois, que tecnologia é um patrimônio coletivo extremamente variado, que compreende universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, departamentos técnicos de firmas de engenharia e de empresas industriais, etc., que, em conjunto, constituem o sistema, ou *complexo* tecnológico. Evidentemente, o complexo tecnológico é vivo ou dinâmico, e sua vida depende de pessoal que detenha um certo nível de saber especializado nos respectivos ramos de atividades.

Podemos definir *capital tecnológico* como o estoque e recursos do complexo tecnológico; e *potencial tecnológico:* como a capacidade de,num determinado prazo, aumentar-se o capital tecnológico, para torná-lo mais produtivo. Os conhecimentos especializados nas áreas de criação, produção e utilização caracterizam a idéia de *ciclo tecnológico completo.* Observe-se que a fase de utilização, na qual os produtos e serviços são colocados no mercado, é responsável pelo ingresso de recursos para remunerar as atividades do ciclo tecnológico. Portanto, as atividades de P&D, que não resultem em produtos ou serviços aceitos no mercado, devem ser contabilizadas a fundo perdido. Assim, a escolha das prioridades de um programa de pesquisas deve ser muito amadurecida, a fim de que a conta a fundo perdido não se eleve excessivamente, onerando a sociedade, ou inviabilizando empresas privadas.

Um complexo tecnológico só é evolutivo se repousar sobre um ciclo tecnológico completo. Isto significa que o potencial tecnológico depende do grau de integração do complexo tecnológico.

4ª geração, num país que não disponha de capital tecnológico nem em relação aos computadores de 1ª geração. Vale isso dizer que não se pode saltar por sobre as etapas da civilização industrial para, sem esforço, ingressar diretamente na confortável civilização da informática e da inteligência artificial.

Para progredir na escala do desenvolvimento, é necessário percorrer um árduo caminho, com grandes doses de esforço próprio.

Aqueles que imaginam que o Brasil pode se desenvolver com base no esforço de pesquisa de outros países estão, por assim dizer, adotando o comportamento comodista do estudante preguiçoso, que imagina poder aprender alguma coisa "pedindo cola" aos colegas esforçados.

Para ilustrar essa idéia, imaginemos uma empresa industrial, que não disponha de departamento de pesquisa e desenvolvimento. Admitamos, por exemplo, que essa empresa adquira no exterior os desenhos, programas computacionais e assistência técnica – ou seja, o *know-how* – para produzir um certo tipo de produto. É perfeitamente possível que a empresa capacite-se para produzir o referido produto a níveis de qualidade comparáveis com os da firma estrangeira que lhe vendeu o *know-how;* mas como ela não dispõe de departamento de pesquisa e desenvolvimento, se houver necessidade de produzir um outro produto ligeiramente modificado, ela terá que comprar novamente no exterior os desenhos e a assistência técnica para a fabricação.

Num complexo tecnológico evolutivo, o pessoal de cada área – criação, produção e utilização – deve ir pouco a pouco se entrosando com o pessoal e com os órgãos das outras duas, a fim de que as interações sejam eficientes e resultem em ganho de experiência, aumentando o capital tecnológico.

Em outras palavras, tecnologia depende de uma certa tradição de trabalho em conjunto, por parte dos integrantes da comunidade técnico-científica. Essa tradição só se formará se a referida comunidade tiver responsabilidade central em projetos importantes, e deles participar efetivamente – e não apenas de maneira marginal ou complementar. Isso é válido para a informática, para a indústria aeronáutica, para a energia, para a biotecnologia, enfim, para qualquer campo de atividade.

Dessas considerações resulta claro que é impossível para países que ainda não dispõem de um complexo tecnológico evolutivo, adquirir tecnologia por compra, ou por "transferência", como se esta fosse um produto acabado. Portanto, nas relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a expressão *transferência de tecnologia* é desprovida de sentido concreto; servindo somente para designar determinadas parcelas do balanço de pagamentos, que não possam ser caracterizadas como pagamento direto pela aquisição de produtos ou serviços e nem como remessa de lucros.

A formação da tradição de trabalho, indispensável para que o complexo tecnológico possa evoluir, deve obrigatoriamente basear-se em esforço local, pois a tecnologia criada localmente já é, em sua origem, adaptada às peculiaridades dos insumos e fatores de produção locais e, além disso, o esforço desenvolvido para criar a tecnologia localmente, possibilita a formação *on the job* de pessoal especializado em quantidade e nível de qualificação que permitam o contínuo desenvolvimento tecnológico. Isto é ainda mais válido em setores de base, nos quais os países em desenvolvimento dispõem de fatores, tais como matérias primas e mão de obra, em maior abundância que a maioria dos países industrializados.

## PESQUISA E REALIDADE

É interessante assinalar que o potencial tecnológico só existe a partir de um certo nível de capital tecnológico, em relação ao qual sejam viáveis acréscimos, ou desenvolvimentos. Assim, por exemplo, é nulo o potencial tecnológico na área dos computadores de

Não devemos perder de vista que o desenvolvimento implica, de um lado, mudanças de estruturas mentais e sociais e, de outro lado, mudanças das estruturas econômicas, para que toda a população aproveite o crescimento do produto. Em outras palavras, política de desenvolvimento não deve ser confundida com política de crescimento, da mesma maneira que modernidade não deve ser confundida com imitação de padrões de consumo de países mais desenvolvidos. A esse propósito, permito-me reproduzir algumas reflexões do deputado alemão Freimut Duve, que visitou o Brasil em 1987. "Modernidade", observou ele, "foi a grande lição que tiramos da década de 70. Ela significa combinar fatores e condições assincrônicas da maneira ideal em cada país. Modernidade não se define por complexidade técnica. Por exemplo: um sistema de transportes por bicicletas pode ser mais moderno numa cidade de hoje, do que os mais sofisticados e custosos automóveis; desde que se construa uma infra-estrutura cicloviária bem planejada, sinalizada por modernos sistemas informatizados, e racionalmente integrada aos sistemas de ônibus e metrô.".

"Modernidade é a capacidade de aplicação simultânea de tecnologias novas e tradicionais, adeaptadas ao que as pessoas realmente desejam e precisam, numa determinada região. Nada impede que se combine uma tecnologia de ponta com uma tecnologia rotineira, desde que isso contribua para o bem estar geral, não agrida o meio ambiente, etc. Modernidade não significa substituir velhas e boas tecnologias rotineiras, por tecnologias mais novas." Ainda no contexto de suas reflexões, Freimut Duve pergunta: "De onde surge a determinação de alcançar o desenvolvimento com base em tecnologias de ponta, implantadas no país por força de mecanismos de reserva de mercado? — Vem isso de uma necessidade real, ou, simplesmente, de um capricho de algum economista? "

"Naturalmente, é um absurdo que o Brasil — que é um dos países mais adiantados do Terceiro Mundo — esteja atrasado em energia solar. A Alemanha, onde o sol mal aparece, está muito mais adiantada no uso da energia solar que o Brasil. Parece que os brasileiros estão equivocados na visão tecnológica do futuro. É uma visão turva, dirigida somente para os Estados Unidos. No Brasil, futuro tecnológico só significa aviões, usinas nucleares, armamentos e computadores de 4ª geração. O conceito de modernidade deveria incluir um futuro, no qual os brasileiros estivessem em condições de construir uma infra-estrutura capaz de garantir para todos — e não apenas para 20% ou 30% da população — padrões de instrução, assistência médico-sanitária, habitação e, mesmo, alimentação; compatíveis com a condição humana. E tudo isso pode ser conseguido com o uso racional de velhas tecnologias, convenientemente dosadas com novas tecnologias de ponta."

Generalizando as observações do deputado social democrata alemão, diríamos que, caso a caso, deve-se analisar detalhadamente a seqüência, ou *cadeia* tecnológica, e empregar em cada um de seus elos a tecnologia mais adequada, seja ela de ponta ou não.

Nenhum país — e muito menos os países em desenvolvimento — pode ter a veleidade de estar na frente, em todos os setores da tecnologia.

Por mais avançado que se esteja em determinadas tecnologias, não há nenhum mal em comprar "caixas pretas" em outras, desde que estas sejam necessárias para completar uma cadeia tecnológica eficiente. O importante é selecionar, com realismo, as áreas em que se deve concentrar o esforço próprio, em P&D.

Uma política científica eficiente consistiria em – a partir de uma visão de conjunto – escolher as áreas em que se deve concentrar os esforços locais de pesquisa e decidir, pragmaticamente, que "caixas pretas" precisam ser importadas.

Por exemplo: o Brasil poderia tornar-se, na prática, livre de fontes externas de energias não renováveis, desde que combinasse, criteriosamente, o potencial de geração hidroelétrica, com as possibilidades de se produzirem combustíveis sólidos, líquidos e gasosos a partir de biomassas provenientes de florestas e outras plantações, como cana de açúcar, sorgo, etc. (V. Box). Neste caso, a cadeia tecnológica teria os seguintes elos: teledetecção; edafologia; biotecnologias (para o desenvolvimento de espécies vegetais adequadas; para os biofertilizantes e biodefensivos, e para a conversão das biomassas em combustíveis); técnicas agrícolas e silviculturais; técnicas de proteção dos solos; técnicas de exploração florestal auto-sustentada; técnicas de transporte e distribuição de combustíveis de biomassa, etc.

Muitos desses elos dependem de conhecimentos e práticas já amplamente dominadas no Brasil e outros poderão depender de "caixas pretas", particularmente no tocante a determinados produtos da indústria do estado sólido, essenciais para a construção e operação de sistemas informatizados, a custos acessíveis.

Como os investimentos para o desenvolvimento desses produtos são muito mais *capital intensive* do que na área da biotecnologia, parece claro que, numa primeira fase, deveríamos concentrar os esforços na biotecnologia, e comprar no exterior as "caixas pretas" que fossem necessárias, para completar uma cadeia tecnológica eficiente.

Uma tal política permitiria que o ciclo tecnológico se completasse, como ilustra o esquema apresentado na figura 1. Assim, a utilização de combustíveis, isto é, o mercado, seria um agente indutor de atividades de P&D na biotecnologia; e, em seguida, na indústria do estado sólido, e na informática; atraindo para atividades de P&D nessas áreas, o enorme potencial econômico do setor energético. Numa etapa posterior, seriam abertas as "caixas pretas" importadas, mediante um esforço que, então, estaria ao alcance da capacidade local.

Esta política não excluiria os investimentos, que devemos continuar fazendo, nas mais diversas áreas da ciência básica, no âmbito das instituições de pesquisa e universidades. Esses investimentos devem destinar-se, em última análise, a formar equipes de alto nível, e mantê-las ao corrente do que acontece, nos países mais avançados, nas áreas de fronteira do conhecimento científico e tecnológico. O custo de programas dessa natureza é acessível à nossa capacidade de investimento, pois não envolve tecnologias patenteadas e nem requer o estabelecimento de mecanismos de reserva de mercado que, muitas vezes, acabam sendo onerosos para os setores da economia, usuários dos bens e serviços produzidos sob regime de reserva de mercado.

Aqui, cabe assinalar que a administração eficiente de programas de ciência básica exige um conhecimento realista dos esforços previamente desenvolvidos nas áreas consideradas e áreas afins.

Esse conhecimento realista é adquirido, simultaneamente, por duas vias, a saber:

– a análise de indicadores globais, mensuráveis, tais como os orçamentos; o número de pesquisadores e técnicos envolvidos; o número de professores e doutores no setor, etc.
– o mergulho no âmago do setor, com o objetivo de conhecer sua realidade pelo lado de dentro, em contacto direto com pesquisadores, técnicos e professores engajados.

O exame das informações e conhecimentos obtidos pelas duas vias revela-nos, às

vezes, que a realidade não é aquela que aparece nos relatórios e outros documentos que servem de base para a formulação da "política científica" e para a elaboração dos orçamentos de P&D. Podemos, por exemplo, ser surpreendidos com a constatação de que muitos professores e doutores, não estão efetivamente empenhados em pesquisa, mas sim em atividades administrativas ou políticas; ou com a revelação de que alguns pesquisadores gastam parte de seu tempo em projetos que, a rigor, constituem meras repetições do que já foi feito e publicado no exterior, etc.

Com um pouco de perseverança e coragem, podemos descobrir que grande parte do ensino universitário, no Brasil, não é propriamente um "ensino superior", que ofereça aos estudantes uma visão correta sobre as áreas em que estão sendo criados e estruturados novos conhecimentos científicos.

E o ensino de níveis primário, médio e técnico especializado, que é tão importante quanto o ensino universitário; não é, na maioria dos casos, planejado em função do contexto econômico-social do país, de modo que não induz o estudante a estabelecer futuras ligações com a pesquisa e com os trabalhos práticos e profissionais. Assim, não há como assegurar àqueles que realmente têm talento para a pesquisa, os meios para se encaminharem nessa direção.

Outra revelação surpreendente é que consome-se um tempo excessivo nos programas de pós-graduação. Gastam-se, em média, 5 a 6 anos para formar-se um mestre, e outro tanto para fazer-se um doutor. Isto significa que, depois da graduação, a sociedade continua a investir no candidato a doutor durante cerca de 10 a 12 anos, até que este comece a restituir, com seu trabalho profissional, algum benefício à sociedade. Ora, esse tempo é demasiado, para um país pobre, como o Brasil.

Com um pouco mais de eficiência, poderíamos ter formado, nestes 20 anos, desde que se institucionalizaram os programas de pós-graduação no Brasil; bem mais do que os 10 mil doutores com que hoje contamos, que estão orientando minguadas 4.000 teses de mestrado e apenas 600 de doutorado, por ano. Precisamos de muito mais. Com a formidável massa de recursos investidos na década de 70, poderíamos ter chegado a melhores resultados.

Para resolver esta crise do ensino no Brasil, é necessário promover uma ruptura nas estruturas arcáicas das instituições de ensino primário, médio e universitário, e nos organismos oficiais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Seria de se estranhar se essa ruptura de estruturas não encontrasse obstáculos quase intransponíveis, consolidados ao longo de décadas, ou mesmo séculos, em que se formou a opinião brasileira sobre muitas coisas.

Há cerca de 400 anos, Montaigne já tinha observado que os homens são influenciados por fatores subjetivos, como bem mostra a simples diversidade de opiniões sobre as coisas. A apreciação do bom e do mau depende da opinião que temos das coisas, e não das coisas em si. Ou seja: a "verdade inabalável" nasce da opinião,que é formada por força de informações transmitidas sob as mais diversas formas. A maneira mais eficiente de se formarem opiniões é transmitir, sob a forma de propaganda, informações; sejam elas verdadeiras ou falsas.

Por força de propaganda, nossa cultura tem favorecido a competição, em vez da cooperação; a expansão, em vez da conservação; o consumismo, em vez da racionalização, etc.

Por isso, estamos agora mergulhados numa das mais graves crises, de dimensões sociais, ecológicas, econômicas e morais.

As maciças doses de propaganda dão origem a aberrações éticas como, por exemplo, os gastos, na escala mundial, de um trilhão de dólares por ano (2 milhões de dólares por minuto), na corrida armamentista. Por trás desse absurdo, estão argumentos verdadeiramente imorais, como o de que essa indústria cria empregos e riquezas, e gera tecnologias, aplicáveis em outros setores. Mas não se faz referência ao que acontece com as populações das áreas conflitadas, onde os armamentos são empregados. E ninguém se lembra de contra-argumentar que, se os mesmos recursos fossem aplicados na agricultura, na agroindústria, nos programas habitacionais, no saneamento básico, na educação e na pesquisa científica; criaríamos muito mais empregos e geraríamos muito mais riquezas e tecnologia; sem mencionar o principal, que são os aspectos éticos e morais da questão...

E o pior é que algumas cabeças respeitáveis pensam, por exemplo, que a paz entre o Irã e o Iraque é prejudicial para o Brasil, por que acaba com as encomendas à Engesa!

Como se vê, temos muitos obstáculos a transpor, no campo da educação das massas e da formação cultural das chamadas elites.

Para começar, é necessário romper as estruturas arcaicas do ensino em geral, e, naturalmente, da pesquisa científica. Isto requer uma tomada de consciência, por parte das lideranças da sociedade, particularmente dos políticos e administradores públicos, no que diz respeito às nossas verdadeiras possibilidades e limitações.

A partir daí, será possível reorientar as ações destinadas a formar a opinião numa direção mais compatível com as reais necessidades e anseios da coletividade.

Neste esforço, seriam empregados todos os meios disponíveis, desde a imprensa diária, até os veículos de comunicação de massa mais penetrantes e poderosos, como o rádio e a televisão, que — sob a orientação de grupos esclarecidos, como as sociedades e associações de cunho científico e cultural — poderiam ser transformados em instrumentos de educação e formação de opinião, extremamente eficientes.

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A criação pura de tecnologia não existe isoladamente, nem nos países mais avançados na escala da industrialização. Na verdade, os países que mais criam tecnologia são também os maiores importadores de patentes e assistência técnica. Isto pode ser facilmente verificado mediante um exame das balanças tecnológicas entre o Japão e os Estados Unidos, entre esse país e a Alemanha, etc. Esses fluxos sugerem que só há, realmente, *transferência de tecnologia* entre países que disponham de estrutura industrial e pessoal qualificado nas áreas de criação, produção e utilização; para, efetivamente, absorver, fixar e atualizar a tecnologia recebida do exterior.

Entre países industrialmente maduros, e países em desenvolvimento, o que se observa no tocante às transações com tecnologias de produção, é um comércio de patentes e assistência técnica, que reflete o compreensível interesse dos primeiros em extrair o máximo benefício pela venda de *know-how* destinado à fabricação e ao controle da produção de bens projetados e desenvolvidos no país de origem, os quais nem sempre são adaptados ao melhor uso local. Essas instruções de fabricação vêm acompanhadas de contratos de assistência técnica, sem os quais o fabricante local não tem meios de interpretá-las e aplicá-las em sua produção.

Isto contribui para que as balanças tecnológicas dos países em desenvolvimento tendam a ser crescentemente deficitárias, o que, em última análise, acaba dificultando o próprio processo de desenvolvimento desses países. Esta é uma tendência universal, decorrente do processo de sofisticação das economias desenvolvidas, que aos poucos vão

substituindo suas exportações de bens e produtos manufaturados, por exportações de serviços e de tecnologia. Esses países já ultrapassaram a II revolução industrial, e estão em plena transição para uma nova era, caracterizada pelo desenvolvimento de atividades econômicas baseadas em tecnologias de ponta aplicáveis a curto prazo, tais como a biologia molecular e a ciência da informação, que compreende uma ampla gama de tecnologias, que vão da indústria do estado sólido (lasers, microeletrônica, etc.) até as telecomunicações, os computadores, a informática em geral, os robôs industriais e a inteligência artificial.

Um traço que não pode deixar de ser notado nos países que estão no limiar da nova era — a III Revoluçãao Industrial — é que, além de concentrarem grandes somas de recursos nas mencionadas tecnologias de valor econômico previsível a curto prazo, eles não esquecem as chamadas *ciências de fronteira*, ou seja, a física de altas energias, a astronomia galática e extra-galática, a cosmologia, etc.

É possível que, quando a III Revolução Industrial também estiver superada, estas ciências, que hoje estão na fronteira mais avançada do conhecimento, tenham dado origem a tecnologias previsivelmente aplicáveis logo em seguida...

Mas voltemos ao assunto mais terra-a-terra das relações internacionais no campo da ciência e tecnologia, nos dias de hoje. Como dissemos, quando se trata de tecnologias destinadas à produção de bens e serviços, tais relações situam-se no competitivo terreno do comércio internacional. Entretanto, quando se trata de ciência e tecnologia acadêmica, o clima é de cooperação, pois, por sua própria natureza, a pesquisa científica básica é internacional. Os pesquisadores de qualquer país utilizam os mesmos conhecimentos, métodos e processos, em seu objetivo comum, de procurar as verdades fundamentais.

É um dever dos governos reconhecer esse caráter internacional da pesquisa, pois a ciência só se desenvolverá completamente, se puder transcender as fronteiras nacionais; contando, para isso, com apoio governamental; o que, de resto, tem sido observado, pelo menos até o presente.

Assim, no campo da ciência básica, os entendimentos e negociações entre países, ou entre um país e um organismo multilateral, são conduzidos por órgãos oficiais dos governos envolvidos (conselhos de ciência e tecnologia, serviços diplomáticos, etc.), com a assistência especializada de instituições de pesquisa, geralmente ligadas à Universidade.

Esses entendimentos e negociações têm por objetivo o estabelecimento de programas de cooperação que utilizam, amplamente, os seguintes mecanismos de transferência de conhecimentos e experiência científica e tecnológica:

- convênios multilaterais em campos especiais da investigação básica.
- contratos e convênios bilaterais.
- assistência técnica de organismos internacionais.
- reuniões, simpósios, congressos, conferências, etc.
- literatura especializada, editada livremente.
- relacionamento pessoal de cientistas, pesquisadores e tecnólogos de um país, com os de países mais avançados.
- envio de pesquisadores já graduados, para mestrados e doutorados em países mais avançados.

Não é preciso assinalar que esses programas de cooperação, quando judiciosamente aproveitados, exercem um efeito muito positivo no sentido de acelerar o desenvolvimento da ciência básica e, mesmo, de determinados setores da tecnologia tradicional, nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Sem essa cooperação, tais países — que,

em geral, caracterizam-se pela escassez de recursos para investimento em ciência e tecnologia — não teriam acesso aos novos desenvolvimentos que vão surgindo, em ritmo cada vez mais intenso, nos países mais avançados.

Entretanto, quando a transferência de conhecimentos e experiência de um país a outro tem por objetivo a implantação, neste último, de uma atividade diretamente produtiva, a cooperação aberta deixa de existir, cedendo lugar, como é natural, a uma variedade de relações de caráter comercial; evidentemente competitivas, em maior ou menor grau, conforme os interesses em jogo.

Aqui, os entendimentos e negociações são entre empresas dos países envolvidos, e têm por objeto o estabelecimento de contratos de cooperação técnico-industrial que obedecem a tratados internacionais e às respectivas legislações nacionais relacionadas à propriedade industrial e à remessa de capitais. Por meio desses contratos, empresas do país menos desenvolvido, podem ter acesso a tecnologias de valor comercial desenvolvidas em países mais avançados, mediante o pagamento de *royalties* e outros encargos pelo uso dos seguintes mecanismos de transferência de conhecimentos e experiência técnica:

- contratação temporária ou permanente de especialistas individuais.
- contratação de serviços de consultoria e engenharia, para a solução de problemas específicos.
- envio de pessoal próprio, para estágios de curta duração em instituições de pesquisa ou firmas industriais e de engenharia de países mais avançados.
- serviços de manutenção e reparos, realizados por equipes mistas de especialistas locais e de países mais avançados.
- contratos e assistência técnica para o uso de patentes.
- licenças de fabricação e a respectiva assistência técnica.

## A QUESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

O conceito de *patente* foi criado na Inglaterra, sob o reinado de James II; com o objetivo de permitir que os potenciais inventores pudessem colher os frutos de seu esforço. Em troca da divulgação dos detalhes do processo ou produto, recebiam o direito de monopólio, para explorar sua invenção.

A partir daí, começou a formular-se, especialmente na França, a teoria da propriedade industrial, baseada no direito natural, de caráter moral, que o inventor tem sobre a criação resultante de seu esforço e de seu talento.

Essa teoria foi se amoldando à evidência de que o direito de propriedade sobre uma invenção não podia ser tão forte quanto o direito de posse sobre bens materiais, por que o direito de monopólio sobre a exploração de um invento pressupõe a divulgação desse invento. Sem isso, a figura da patente deixa de ter significado, pois é por meio da divulgação que o inventor permite que a coletividade tire proveito de sua invenção; e adquire, em contrapartida, o direito de monopólio, consubstanciado sob a forma da patente.

Há considerações de outra ordem, que são, às vezes invocadas, como elementos de crítica à teoria tradicional da propriedade industrial, baseada no direito pessoal do inventor. Tais argumentos referem-se ao fato de que, cada vez mais, as patentes são concedidas em nome de uma empresa, pessoa jurídica que, obviamente, não é o inventor. De fato, é concebível que, quando um cientista ou pesquisador aceita ser remunerado, por contrato, para prestar serviços que tenham por objetivo a criação de invenções, ele está,

por esse ato, alienando voluntariamente em favor de uma pessoa jurídica, os resultados de seus conhecimentos e de sua criatividade.

A figura tradicional de patente compreende duas fases de interesse para a sociedade:

— a invenção propriamente dita;

— a propagação da invenção, ou seja, a difusão da informação técnica.

As invenções propriamente ditas dependem de pessoas físicas, ou seja, de pesquisadores individuais ou de equipes de pesquisadores; enquanto a difusão das informações científicas e tecnológicas, englobadas na invenção, depende do detentor da patente; que, em geral, é uma pessoa jurídica (empresa privada; instituição de pesquisa governamental, etc.)

A figura de direito representada pela patente, com suas duas fases de interesse para a sociedade, isto é, a invenção e sua propagação, foi uma grande conquista da ciência jurídica, e desempenhou um papel muito importante, no rápido desenvolvimento dos países europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos e do Japão, permitindo que todos eles usufruissem do grande progresso material que veio com a primeira Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra.

Agora, que muitos desses países já ultrapassaram a segunda e estão no limiar da terceira Revolução Industrial, é de interesse dos países em desenvolvimento que essa figura de direito seja preservada, em sua integridade.

Para isso, no contexto das novas tecnologias de ponta e das ciências de fronteira, é necessário encontrar mecanismos que permitam, na medida adequada, incentivar as invenções e estimular a difusão das informações nelas contidas.

Como foi dito mais atrás, as grandes descobertas são, hoje, fruto do trabalho de grupos dedicados à pesquisa, em universidades, empresas e instituições de R&D. Em geral os indivíduos desses grupos alienam, mediante contrato, os direitos sobre os resultados de seu esforço criador, em favor de uma pessoa jurídica; de modo que o estímulo à invenção depende muito das relações que essa pessoa jurídica mantenha com suas equipes de pesquisadores, isto é, do clima de trabalho; da política de remuneração, etc.

Por outro lado, é razoável que as instituições e empresas que investiram no custeio de equipes de cientistas e pesquisadores, e na construção e operação de laboratórios e instalações de testes, tenham interesse em receber uma remuneração adequada pelas invenções que resultaram de seus investimentos.

Na prática, essa remuneração é obtida mediante a venda dos direitos de monopólio sobre a exploração das invenções.

Vale repetir, entretanto, que a teoria da propriedade intelectual vincula a idéia de patente à pessoa física do inventor, ou à pessoa jurídica detentora de seus direitos; mas a figura da patente deixa de ter significado se não estiver associada à divulgação da invenção. Esta é a base de justiça da teoria, e é por abrir à coletividade o acesso aos benefícios da invenção, que ela representou um notável avanço da ciência jurídica.

Por conseguinte, no limiar da III Revolução Industrial, quando as tecnologias de ponta tendem a aprofundar o fosso que separa os países ricos dos países pobres, seria um grande retrocesso para nossa civilização, se a teoria da propriedade intelectual fosse adaptada a interesses comerciais imediatistas; no sentido de que a proteção aos inventos, não mais implicasse a contrapartida da divulgação detalhada das informações científicas e técnicas que lhes deram origem. Isto obrigaria nações subdesenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, a manterem custosos organismos de propriedade industrial, para protegerem "caixas pretas", inventadas em países ricos. Tal absurdo é frontalmente contrário

ao espírito das leis e teorias da propriedade intelectual, e só contribuiria para agravar ainda mais as tensões Norte-Sul.

Não se questiona o direito que tem a empresa detentora da patente de incorporar, em seus custos, parcelas subjetivas, provenientes do que se poderia chamar de "potenciais lucros cessantes". Estas parcelas seriam calculadas em função de uma *probabilidade virtual*, que teria o comprador de — a partir das informações científicas e técnicas englobadas numa patente — desenvolver outras invenções de valor comercial, que possam, eventualmente, ser utilizadas para explorar parte do mercado que, originalmente, estaria à disposição da empresa vendedora da patente.

Naturalmente, as parcelas calculadas com base na referida *probabilidade virtual*, somente seriam desembolsadas pelo comprador, na hipótese de, efetivamente, concretizar-se o desenvolvimento de outras invenções comprovadamente originadas de informações contidas na patente inicial; e o desembolso seria estabelecido sob a forma de *royalties* sobre as vendas realizadas, durante um prazo limitado, e numa proporção que não onerasse excessivamente o preço dos produtos ou serviços vendidos.

Os critérios para se verificar se uma invenção baseou-se ou não em informações contidas numa patente são, evidentemente, muito vagos; mas poderiam ser convencionados e fixados por consenso, entre os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual — OMPI. O mesmo pode ser dito do cálculo da *probabilidade virtual* acima referida.

De qualquer maneira, é de vital importância para o futuro dos países que ainda não atingiram os estágios mais avançados do desenvolvimento, que seus representantes fiquem atentos ao que vai se passar nas próximas rodadas de negociações no GATT e nas reuniões da OMPI, a fim de se impedir que a legislação existente sobre a matéria venha a se tornar insuportavelmente restritiva.

## OS *PACOTES* TECNOLÓGICOS

Nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, as grandes obras de engenharia são, quase sempre, construídas a partir de *pacotes* tecnológicos, tão mais abrangentes, quanto mais atrasado for o país.

Usinas siderúrgicas, refinarias de petróleo, unidades petroquímicas e instalações industriais dos mais diversos setores, raramente podem ser completamente concebidas, projetadas e construídas com os recursos tecnológicos locais. O mesmo acontece com obras públicas como rodovias, ferrovias, pontes, túneis, aeroportos, usinas hidroelétricas, centrais nucleares, sistemas de transmissão de energia elétrica, etc., embora países como o Brasil, que já estão relativamente desenvolvidos em alguns setores, possam realizar, com tecnologia própria, alguns tipos de instalações industriais menos sofisticadas, e obras de infra-estrutura, como estradas, pontes, túneis e barragens.

De um modo geral, entretanto, a prática adotada é a do *pacote* tecnológico, isto é, a entrega da responsabilidade pela obra a um *arquiteto industrial*, ou firma de engenharia estrangeira. Esta, em muitos casos, para submeter-se à legislação do país que aparece como responsável pela elaboração dos estudos e projetos e, ainda, pela coordenação da construção ou montagem.

A política dos pacotes tecnológicos não deixa muito espaço à comunidade local, para absorver tecnologias relevantes, que possam contribuir para o aumento do capital tecnológico. Entretanto, muitos pacotes tecnológicos são inevitáveis, seja por motivos de ordem técnica ou econômica, seja até por pressões políticas.

Nestes casos, a prática tem demonstrado que a absorção de tecnologia e experiência é maior, quando os pacotes tecnológicos são desagregados, começando de seus componentes elementares, a saber:

— desenvolvimento, projeto e *engineering*.

— produção (fabricação, construção, montagem, etc.).

— comissionamento e início da operação, ou utilização.

Portanto, a estratégia da desagregação de pacotes tecnológicos apresenta bons resultados no tocante à absorção de tecnologia, na medida em que o processo de transferência percorre um ciclo tecnológico completo.

É importante assinalar que o grau mais completo de desagregação de pacotes tecnológicos é obtido quando o proprietário da obra mantém sob seu controle as atividades de Arquiteto Industrial, para executá-las diretamente ou através de uma empresa de engenharia contratada para esse fim, sob sua rigorosa supervisão.

As atividades de Arquiteto Industrial compreendem a coordenação da engenharia básica, a engenharia de detalhes, a direção da obra, os suprimentos e a supervisão da montagem e da entrada em operação.

Assim, a empresa responsável pelo papel de Arquiteto Industrial realiza todos os serviços de engenharia necessários para a concretização do projeto. Estes serviços compreendem o manejo da infra-estrutura, o planejamento preliminar, a disposição geral da obra, o desenho básico dos equipamentos, a direção do projeto e a supervisão da construção e montagem.

A direção do projeto inclui a preparação dos orçamentos de custos da obra, a coordenação das atividades de engenharia e de garantia da qualidade, as atividades no canteiro da obra, etc., e, ainda, a administração e o acompanhamento dos sub-contratos de fornecimento de materiais, equipamentos e serviços.

A engenharia compreende o projeto construtivo dos edifícios com as respectivas instalações; a engenharia básica e de detalhe de montagem de equipamentos, estruturas e tubulações; a engenharia elétrica; a engenharia de processo, e a engenharia de instrumentação e controle.

No tocante aos suprimentos, o Arquiteto Industrial é responsável pela qualificação técnica dos fornecedores, tomadas de preços, concorrências e colocação das encomendas.

Muitas empresas públicas brasileiras, especialmente no setor energético, dispõem de gerências técnicas e núcleos especializados capazes de assumir, diretamente, algumas das responsabilidades do Arquiteto Industrial. Entretanto, em projetos muito extensos ou complexos, não se pode prescindir da contratação de uma empresa de engenharia para exercer essa função. Nesses casos, os contratos de prestação de serviços devem prever que o proprietário da obra acompanhará e supervisionará a execução de cada fase do projeto, através de suas gerências e núcleos especializados.

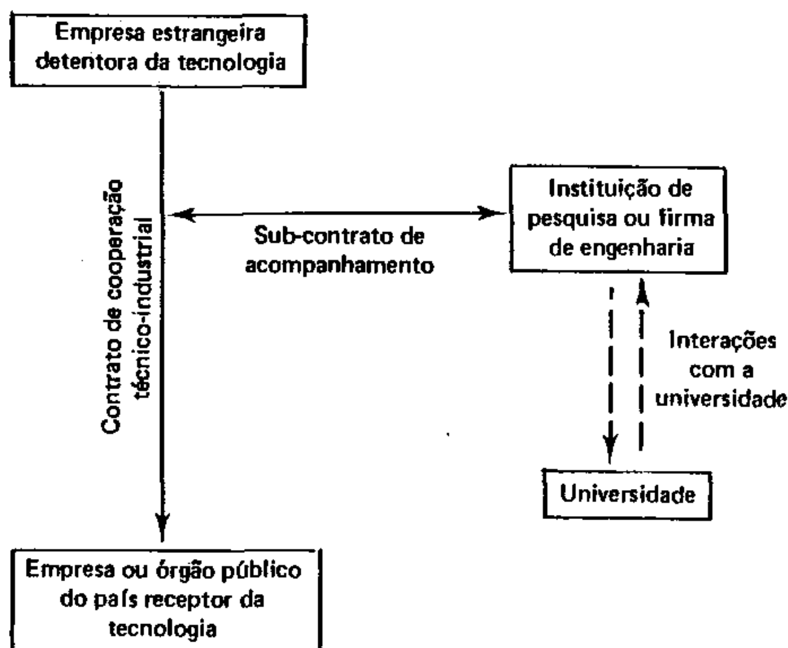
Quanto às encomendas de equipamentos e componentes a serem fabricados pela indústria nacional — campo em que, geralmente, está envolvida a tecnologia mais relevante do projeto — vale assinalar que muitos países em desenvolvimento dispõem de parques industriais amplos e integrados, capacitados a fabricar equipamentos e componentes dos mais diversos tipos, basicamente com esforço próprio, ou com reduzida margem de assistência técnica externa.

Finalmente, seja com pacotes tecnológicos desagregados, seja com pacotes fechados, do tipo *turn key;* pode-se tirar algum proveito, no tocante à absorção e fixação de tecnologia no país; desde que se criem condições para que pesquisadores e engenheiros

locais; pertencentes a organizações estáveis, sejam expostos aos fluxos de conhecimentos e experiências concretas envolvidos nos dos contratos de cooperação técnico-industrial.

Estas condições seriam criadas mediante a interveniência remunerada, de instituições de pesquisa e firmas de engenharia do país, nos mencionados contratos de cooperação técnico-industrial, com a função de assistir o proprietário do projeto ou obra, no processo de adaptação da tecnologia em questão, às condições locais; como está ilustrado na figura 2.

FIGURA 2




## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


1. Piganiol, P. – "La Recherche mal menée? " – Larrousse, 1987.
2. Rattner, H. – "Política Industrial – Projeto Social" – Brasiliense, 1988.
3. Shanks, M. – "Economia da Tecnologia" – Editora Atlas, 1973.
4. Perroux F. ,et al. – "Recherche et activité economique" – Armand Colin, 1969.
5. National Academy of Sciences – "Applied Science and Technological Progress" – U.S. House of Representatives, 1967.
6. Salomon, J.J. – "Science et politique" – Seuil, 1970.
7. Beaune, J.C. – "La Technologie" Presses Universitaires de France, 1972.
8. Bittencourt de Araujo, N. – "A empresa privada nacional e a biotecnologia"; e Paes de Carvalho, A. – "Ciência e empresa: um futuro para a autonomia brasileira", *in* Cadernos Agroceres, n.º 1, 1986.

BOX

Nos limites extremos da atmosfera terrestre, a energia solar incide sobre uma superfície normal à direção das radiações com uma potência de 1353W/m². Dessa energia, 30% são refletidos diretamente, sob a forma de radiações de onda curta e os restantes 70% dão origem a uma grande variedade de fenômenos climáticos, hidrológicos, eólicos, fotossintéticos e biológicos; degradando-se, finalmente, em energia térmica, que é irradiada pela Terra, a uma freqüência menor que a das radiações visíveis, recebidas do sol. Do total recebido, apenas 0,02% vão para a fotossíntese, processo em que os vegetais, através de sua função clorofiliana — elo entre os mundos mineral e biológico — captam a energia solar e transformam em tecidos vivos constituídos, em última análise, por energia química potencial: celulose, glucídios, lipídios, proteínas, lignina, etc. Assim, a fotossíntese nada mais é do que a sintetização de carbohidratos e outros compostos orgânicos de alto teor energético, a partir de substâncias de baixo potencial energético, existentes na atmosfera, como o diáxido de carbono e a água. Em plantas comuns, sob condições climáticas favoráveis, a fotossíntese pode fixar de 4 a 18 mg de $CO_2$ por hora por 100 cm² de superfície de folhas. A matéria formada constitue-se, basicamente, de glucídios ($C_6H_{12}O_6$), com poder calorífico da ordem de 3.600 kcal/kg. Na escala do Planeta, calcula-se que as plantas fixam, aproximadamente, 40 bilhões de toneladas de carbono por ano, quantidade equivalente a 10 vezes o carbono contido no carvão mineral e no petróleo consumidos, anualmente, no mundo.

Nas condições climáticas brasileiras, a insolação média ao nível do solo é de 170 W/m² e a eficiência fotossintética média das plantas usadas para a produção de energia (eucalipto, cana-de-açúcar, sorgo sacarino, etc.) é da ordem de 1,25%. Com esses valores, a produtividade anual média, em toneladas de matéria seca, é da ordem de 15 toneladas por hectare. Descontadas as perdas, a produção média de energia primária, a partir de biomassas, pode chegar a 50.000.000 kcal/ha. ano, o que equivale a cerca de 5 toneladas de petróleo, por ano, por hectare de plantação.

Supondo que, até o ano 2000, a economia brasileira cresça a uma taxa média de 6% ao ano, nosso consumo de energia primária, naquele ano, deverá equivaler acerca de 370 milhões de toneladas de petróleo. Admitindo-se que, desse total, 35% correspondam aos aproveitamentos hidroelétricos e 30% ao petróleo, carvão e gás natural; restariam 35%, ou seja, cerca de 130 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, a serem garantidas pelas biomassas. Isto exigiria que se utilizasse, para "plantações de energia",uma área da ordem de 26 milhões de hectares, ou seja, aproximadamente 3% do território brasileiro. Essas plantações de energia não seriam, evidentemente, cultivadas num maciço contínuo, mas sim em parcelas descentralizadas, localizadas em diversos municípios de cada estado; e seriam convertidas em combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos, conforme a demanda da economia local ou regional. As plantações seriam estrategicamente localizadas, de maneira a minimizar o transporte dos combustíveis produzidos, e sem ocupar áreas aptas para a agricultura de produção de alimentos. Como as atividades de plantio de culturas energéticas e o preparo dos respectivos combustíveis, dependendo do grau de mecanização, podem criar, em média, 0,5 a 1 emprego permanente por hectare ocupado; os 26 milhões de hectares de "plantações de energia" poderiam abrir, até o ano 2000, de 13 a 26 milhões de postos de trabalho, contribuindo ponderavelmente para a solução do grave problema da criação de empregos para a descomunal força de trabalho que o Brasil terá no ano 2000, que deverá ser da ordem de 90 milhões de homens e mulheres entre 18 e 65 anos. Não se deve esquecer, também, que as plantações de energia são renováveis ninguém cogita da utilização de florestas nativas!); contribuem para a estabilização hidrológica, e sua combustão não interfere no balanço de dióxido de carbono da atmosfera, pois os vegetais consomem, na sua formação por fotossíntese, a mesma quantidade de dióxido de carbono que liberam, ao serem queimados.

# NAS INTERFACES DO FUTURO CHINÊS

**Amaury Porto de Oliveira***

A abertura da China continental às forças do mercado transnacional, com vistas a preparar aquele país para o Sec. XXI, é um dos processos fundamentais em desdobramento na Bacia do Pacífico Norte. Conforme o ritmo de avanço desse processo, consoante o país, ou países que ao mesmo se associem ou a ele se oponham, diferente será a configuração político-econômica do Pacífico Norte no final do Séc. XX. Com projeções bem para lá da região em apreço.

Em 1978, o atual homem forte da China, Deng Xiaoping, lançou a campanha da reforma das estruturas econômicas do país. Seu programa de ação apoiava-se em três proposições lógicas: a China só impulsionará sua economia se criar um intercâmbio de técnicas com o resto do mundo; esse intercâmbio terá seu preço; a fim de minimizar os lucros do intercâmbio, será então conveniente limitar a uns quantos lugares do amplo território chinês o exercício concreto das trocas.

A política de abertura possuiu desde o início três dimensões, em conformidade com a linha de pensamento acima. Há a abertura funcional, ou seja, a multiplicação dos organismos do intercâmbio e a descentralização do poder decisório em matéria de relações econômicas internacionais. Há a abertura temporal, isto é, a disposição a conduzir negócios com o exterior a qualquer momento, em vez de apenas nas duas antigas feiras anuais. E há a abertura territorial, expressa nas diferentes formas de "zonas de intercâmbio".

Cinco etapas podem ser caracterizadas nessa questão das "zonas de intercâmbio". Em 1980, foram criadas as quatro zonas econômicas especiais (ZEE) das províncias de Guangdong e Fujian. Em 1984, sobreveio a "abertura" de 14 cidades costeiras e da Ilha de Hainan, no intuito de atrair para elas saber-fazer, capitais e administradores de empresas. Em 1985, foram delimitados três "triângulos", que, nos termos de um decreto de outubro de 1984, estavam destinados a ser "as primeiras regiões a se enriquecerem". Os triângulos em apreço cobrem o delta do Yangtzê, o delta do Rio das Pérolas e uma área tendo por vértices as cidades de Zhangzhou, Ganzhou e Xiamen. O primeiro triângulo corresponde à região mais rica da China, oferecendo condições ideais para o desenvolvimento industrial. Os dois outros triângulos situam-se em zonas tropicais, mais propícias à agricultura, e

* Embaixador do Brasil em Singapura.

foram nitidamente traçados em função das quatro ZEE, as quais tinham tido suas localizações escolhidas com vistas a um trabalho de integração com os territórios chineses "temporariamente" fora da soberania de Beijing. As ZEE de Xiamen e Shantou fazendo face a Taiwan. A ZEE de Shenzhen a cavaleiro de Hong-Kong e a ZEE de Zhuhai a cavaleiro de Macau. O triângulo do Rio das Pérolas foi posto a serviço destas duas últimas ZEE.

Neste artigo nos limitaremos a examinar a evolução político-econômica de um quadrilátero geográfico (v. Mapa), onde estão incluídas as quatro ZEE com seus respectivos "triângulos" e os "territórios exteriores" de Taiwan, Hong-Kong e Macau. Mas, antes de passarmos a observá-lo, cabe caracterizar as duas últimas etapas, das cinco mencionadas mais acima.

A quarta etapa data também de 1985, quando o Governo central decidiu "abrir" oito portos situados nas províncias de Guangdong, de Liaoning e de Shandong. Uma reportagem de *The Economist* (14.09.85) forneceu o fundo-de-tela da decisão de "abrir" esses portos, no tocante pelo menos à província de Guangdong: as ZEE não estavam correspondendo à expectativa. O objetivo central da criação das zonas havia sido atrair investimentos estrangeiros em setores de tecnologia de ponta, na esperança de obter produtos exportáveis. Mas Beijing estava investindo mais nas zonas do que os capitalistas estrangeiros, e um terço apenas da nova produção era destinada à exportação. Mais de 80% do dinheiro "estrangeiro" afluindo para Shenzhen, por exemplo, provinha dos chineses de Hong-Kong. Do verdadeiro "exterior" havia poucos empreendimentos a registrar, destacando-se dentre eles uma fábrica de *Pepsi-Cola* e outra da *Epson* (subsidiária dos fabricantes japoneses de relógios, *Seiko*). A empresa típica eram atelieres de confecção abertas por firmas de Hong-Kong para aproveitar os salários cintinentais, equivalentes à metade ou menos dos pagos no território. Shenzhen se estava transformando numa plataforma de montagens e num bazar de produtos de consumo avidamente buscados pelo resto da China continental.

A quinta etapa foi lançada no 1º semestre de 1988. No mês de abril, a Ilha de Hainan foi desanexada da província de Guangdong e transformada num "paraíso" para investidores estrangeiros. No mesmo passo — conforme anunciado pelo Secretário-Geral do Partido Comunista Chines (PCC), Zhao Zyiang, em discurso retransmitido por satélite para o Fórum Europeu de Gerenciamento (Davos, fevereiro de 1988) —, a costa chinesa, da província de Liaoning até a Ilha de Hainan, foi toda transformada numa enorme zona especial. Quase 5 mil quilômetros de costas, afetando algo como 200 milhões de habitantes, foram expostos à influência estrangeira. Como se pode imaginar, essa ousada iniciativa de Zaho Zyiang provocou reações desencontradas no plano chinês. Ela traz o risco de reabrir a velha clivagem histórica entre a China camponesa do maciço interior e a China marítima das cidades comerciantes. Na primeira sessão da nova Legislatura, iniciada em Beijing na penúltima semana de março de 1988, o Primeiro Ministro Li Peng, embora endossando as reformas políticas e econômicas em marcha, insistiu na necessidade de não ir muito longe nem muito depressa. Li Peng parece simpatizar com um grupo, no partido e no governo, que advoga a parada temporária das experiências de atração dos investimentos estrangeiros, a fim de criar tempo e espaço para a solução de outros problemas da economia. Os observadores de fora tendem a delinear, talvez sem razão, a existência de um jogo de forças entre Zaho Zyiang e Li Peng.

Não pretendemos mergulhar nos arcanos da política da República Popular da China. Nem tampouco analisar os acertos ou desacertos da abertura econômica. Como já salien-

tado, vamos focalizar o quadrilátero coberto pelo Mapa, iluminando em particular a área do delta do Rio das Pérolas, com as cidades-entrepostos de Hong-Kong e Macau, as ZEE de Shenzhen e Zhunhai, e o triângulo rural que as serve.

Os reformistas de Beinjing procuram continuamente diferenciar as Zee da China das zonas francas de exportação ou de processamento para a exportação, que pulularam no Terceiro Mundo. No discurso chinês, as Zee não são apenas espaços destinados a atrair investimentos estrangeiros, mas também laboratórios de idéias que associem a experiência dos países desenvolvidos no exterior e os imperativos políticos e sociais da economia socialista na China, de maneira a criar ensinamentos para o resto do país. Observar, aprender e experimentar são as palavras-de-ordem associadas às ZEE. Traduzindo esse discurso em termos mais terra-à-terra, o arguto correspondente de *Le Monde*, Patrice de Beer, escrevia (20.01.86): "Senzhen é uma espécie de zona-tampão entre a prosperidade capitalista de Hong-Kong e o subdesenvolvimento da China socialista. Destina-se a absorver a riqueza do território, a experimentar seus 'truques' para ver se podem ser úteis ao resto do país, a permitir aos executivos comunistas que se exponham às duras realidades do mercado internacional. Um banqueiro francês de Hong-Kong descreveu a criação de Shenzhen como 'processo evolutivo sutil de aclimatação de Hong-Kong à China' — na perspectiva de 1997".

Se isolada dessa função histórica muito especial, ou seja, tomada como zona de processamento para exportação convencional, Shenzhen tem sido um fracasso. Assinalamos mais atrás o insucesso relativo das quatro ZEE chinesas, aos olhos dos analistas de 1985. A decepção só fez aumentar, de lá para cá. Na edição de 1.10.87, a reputada *Far Eastern Economic Review (FEER)*, de Hong-Kong, publicou ampla reportagem sobre as quatro ZEE, solidamente apoiada em fontes chinesas. As insuficiências de 1985, longe de terem sido corrigidas, estavam mais acentuadas. Tudo considerado, achava a *FEER* que as ZEE figuravam, em meados de 1987, entre os centros industriais menos eficientes da China. Em que pesasse ao papel de pontas-de-lança da modernização que lhes tinha sido atribuído, as ZEE não podiam equiparar-se a parques industriais como Xangai ou Shenyang, no tocante à qualidade do gerenciamento e da tecnologia. Em Shenzhen, somente 7% da tecnologia importada era de padrão internacional. A atividade industrial mais lucrativa de Shenzhen seguia sendo a montagem de sistemas diversos, como subcontratantes para manufaturas de Hong-Kong. No primeiro semestre de 1987, quase metade das divisas obtidas através de exportações havia sido sob a forma de retribuições por processamento.

Ainda segundo a *FEER*, as cidades manufatureiras do delta do Rio das Pérolas, cuja infra-estrutura industrial preexistia à criação das ZEE de Shenzhen e Zhuhai, estavam apresentando melhores resultados econômicos do que as ZEE, sem necessidade de incentivos ou subsídios especiais. Cidades médias como Foshan e Jiangmen haviam produzido mais, em 1986, do que as quatro ZEE em conjunto. Muitos outros depoimentos, de revistas ou jornais abalizados, poderiam ir sendo colecionados para retratar a evolução das ZEE. Não levaremos adiante esse esforço. Sintetizaremos, dizendo que Shenzhen aparecia de todo modo, em 1988, como a mais desenvolvida das quatro, após o bilhão e tanto de dólares que Beijing investiu para transformar uma antiga aldeia de pescadores em cidade moderna de 400 mil habitantes. As análises estatísticas variavam quanto à rentabilidade do investimento feito pelo Governo central. Zhuhai, a ZEE associada a Macau, era a menos desenvolvida das quatro, embora Xiamen (centrada sobre Taiwan) fosse a que menos tinha atraído investimentos estrangeiros. A conclusão central era a de ter sido

reduzida a parcela das atividades das ZEE resultante de capitais e tecnologia não chineses. A integração com empresas do interior da própria China, prática conhecida como *neilian*,, mostrava-se a grande fonte de negócios. Isso é — no caso de Shenzhen e Zhuhai — o crescente entrosamento com Hong-Kong.

A esta altura convém lançar uma vista-de-lhos sobre a evolução recente de Hong-Kong e Taiwan.

Nos termos de convênio sino-britânico assinado em 1984, todo o atual território de Hong-Kong retornará em bloco à soberania de Beijing, em 1997. A República Popular da China prometeu conceder a Hong-Kong, durante cinqüenta anos, o estatuto da Região Administrativa Especial. Ou em outras palavras, deixar que lá subsistam os elementos de uma sociedade de tipo capitalista, até pelo menos meados do sec. XXI.·Como se expressará na prática essa promessa? E, mais concretamente, quem governará Hong-Kong após 1977? Ainda não há respostas cabais para essas perguntas.

Parece certo, porém, que o conteúdo que Beijing venha a dar ao estatuto de região especial de Hong-Kong influirá decisivamente no relacionamento da RPC com Taiwan. A famosa fórmula dos "dois sistemas num só país", com a qual Beijing tem procurado acalmar os temores da população de Hong-Kong, foi na verdade concebida com vistas a Taiwan. Muitos observadores continuam, aliás, a achar que a melhor garantia do cumprimento da promessa feita a Hong-Kong reside no interesse, que persistirá em Beijing, de ver o problema de Taiwan resolvido de forma semelhante à encontrada para o território. Inversamente, não faltam em Taiwan estratégias para os quais a vitrine capitalística de Hong-Kong será a fresta por onde minar o sistema socialista continental. Com o objetivo de reunificar a China sob a égide do regime de Taipei.

Quando o acordo sino-britânico sobre Hong-Kong foi dado a público, simultaneamente (26.09.84) em Londres e Beijing, Taipei insurgiu-se contra o ato, através de um comunicado do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual se insistia na tese de que à República da China caberia receber a soberania sobre o território, em 1997. Foi uma reafirmação de princípio. Taiwan não dispõe de meios para impedir ou retardar o retorno de Hong-Kong à soberania de Beijing. E a verdade é que, a partir de 1987, uma série de importantes mudanças ocorreram, tanto no quadro institucional de Taiwan quanto no da RPC, mudanças determinadoras de ajustamentos que têm desanuviado o ambiente entre os dois contendores.

O primeiro evento a registrar foi a morte, a 13 de janeiro de 1988, do Presidente de Taiwan (Rep. da China), Chiang Ching-kuo. Filho do Generalíssimo Chiang Kai-shek, que em 1949 comandou a instalação em Taiwan de importante grupo de fugitivos da vitória comunista na China continental, o velho e enfermo Presidente (77 anos) notabilizara-se, nos seus últimos anos à frente da RC, como o grande promotor da liberalização do regime político taiwanês. Os avanços democráticos ocorridos na ilha, a partir de meados de 1986, modificaram totalmente a configuração do poder, criando inclusive embaraços para as forças oposicionistas, diante da rapidez das reformas de Chiang Ching-kuo. Mas provocando também o descontentamento da velha-guarda do *KMT*, o partido nacionalista que impôs a lei e a ordem em Taiwan durante 40 anos.

Nos termos de dispositivo constitucional, o Vice-Presidente, Lee Teng-hui, assumiu a Presidência da República logo após o falecimento de Chiang. Detentor de um doutorado em Economia Agrícola pela *Cornell University*, dos EUA, Lee Teng-hui é tido por tecnocrata capaz e homem inteligente e moderado. Não se apóia, contudo, nas bases de poder tradicionais em Taiwan (os militares, o aparelho de segurança e a máquina do *KMT*) e sua

condição de nativo da ilha torna-o suspeito aos olhos dos grupos conservadores. Sua ascensão à Presidência foi, assim, cercada de considerável ceticismo quanto à possibilidade de ele manter-se no cargo. E com efeito, no dia 27 de janeiro, seus adversários tentaram colocar em causa a liderança de Lee, bloqueando sua elevação ao posto, também deixado vago por Chiang, de *chairman* do *KMT*. A manobra falhou. Lee Teng-hui foi confirmado nestas outras funções, graças à ala moça do partido. O Secretário-Geral, Lee Huan, um chefe-de-fila reformista, saiu também fortalecido do episódio. Os observadores tendem a ver a dupla Lee-Lee como capaz de superar a ameaça não de todo desfeita de um golpe militar.

As forças reformistas lograram importante vitória nos primeiros dias de fevereiro de 1588, com a aprovação pelo Comitê Central do *KMT* de um projeto destinado a liquidar praticamente com o domínio da máquina partidária pelos remanescentes dos políticos continentais chegados com Chiang Kai-shek. Em virtude da ficção de que a RC representa toda a China, os dois organismos nacionais (a Assembléia Nacional e o Yuan Legislativo) abrigam enorme maioria de anciãos, eleitos para os cargos ainda no Continente, nos idos de 1947 e 1948, e simplesmente reconduzidos desde então. Estes veteranos vão ser pensionados, e embora ainda não esteja claro como se distribuirão os assentos nas futuras assembléias, tudo faz crer que deputados oriundos de Taiwan constituirão a nova maioria.

O que não implica movimento firme no sentido da busca de independência para Taiwan. Uma tal reivindicação continua a ser anátema, tanto para Taipei quanto para Beijing, e a 16 de janeiro de 1988 o Supremo Tribunal Taiwan condenou a 10 anos de prisão dois populares membros da Associação de Antigos Prisioneiros Políticos (conhecidos como o "Grupo Formosa", de nome de antiga revista) pelo crime precisamente de pugnarem pela independência da ilha. O oposicionista Partido Democrático Progressista (PDP), com 13 membros na atual Legislatura, aprovou no seu Segundo Congresso, em novembro de 1987, uma resolução afirmando "a liberdade do povo de advogar a independência de Taiwan". Na constituição do partido, elaborada em 1986, falava-se apenas no "direito à auto-determinação" do povo taiwanês. A linguagem é agora mais ousada, mas o PDP avança com muito cuidado nesse perigoso terreno.

Para completar esta rápida revista dos desenvolvimentos políticos recentes, em Taiwan, assinale-se a fundação, em 5 de dezembro de 1987, do Partido Trabalhista, a primeira organização partidária voltada especificamente para os mais de 7 milhões de trabalhadores da ilha. Seus dirigentes são militantes sindicalistas das duas grandes cidades industriais — Kaoh-siung e Hsinchue — e intelectuais esquerdistas, entre os quais dois conhecidos escritores: Wang Tuo e Chen Yingchen, ambos antigos prisioneiros políticos.

Na China continental, enquanto isso, prosseguiam os ajustamentos consecutivos às grandes mudanças na equipe dirigente decididas pelo XIII Congresso do Partido Comunista Chinês (25.10:1.11.87). Os octogenários remanescentes da Grande Marcha cederam o comando do país e do Partido a um grupo reformista, cuja idade média é de 65 anos. Em posição suprema, mas desligado de responsabilidades concretas, permaneceu por certo o octogenário Deng Xiaoping, o arquiteto da profunda reforma por que está passando a RPC. Como é sabido, Deng Xiaoping planejara transmitir o poder à dupla Hu Yaobang-Zhao Ziyang, dois discípulos seus. Hu Yaobang perdeu a posição de Secretário-Geral do PCC em começos de 1987, na esteira das demonstrações de descontentamento político desencadeadas pelos estudantes. Com o apoio de Deng, Zhao Zhiyang trouxe o regime até o XIII Congresso, acumulando sua posição de Primeiro Ministro com a de Secretário-

Geral, mas sem a chefia do Executivo. O novo Primeiro Ministro, Li Peng (58 anos), formado em Engenharia em Moscou e filho de criação de Zhou Enlai, passa por ser favorável à centralização econômica. Suas bases no aparelho partidário serão certamente mais fortes do que as de Zhao Ziyang, e ele aparece como sério rival do novo Secretário-Geral, cuja carreira, na opinião de alguns observadores, dificilmente sobreviverá à morte de Deng, evento previsível para futuro não muito distante.

No seu discurso do XIII Congresso, Zhao Ziyang insistiu na definição oficial da China como encontrando-se no primeiro estágio da construção do socialismo. Período que ele previu se estenderá até meados do século XXI. Os clássicos do marxismo não se ocuparam dessa "primeira fase da construção do socialismo", e isso quer dizer que a China se sente autorizada a toda uma gama de experiências políticas e econômicas, sem necessariamente renunciar à sua Revolução. O tema é por demais vasto, e neste artigo não vamos sequer especular sobre os caminhos possíveis da experiência chinesa. Concentraremos nossa atenção no quadrilátero territorial inicialmente mencionado, no qual se entrechocam no presente planos de Beijing e pretensões de Taipei. O ponto de encontro são as cidades-entrepostos de Hong-Kong e Macau.

A ilha de Hong-Kong foi comprada da China, em 1842, pela Coroa britânica. Desde 1841, no entanto, flutuava na ilha o pavilhão inglês, após ter sido ela militarmente ocupada em nome da Rainha Vitória. Dois convênios, ditos de Pequim, regularizaram e ampliaram mais tarde a presença britânica. O primeiro (1860) anexou a possessão de Hong-Kong a península de Kowloon e a ilha Stone. O segundo (1898) cedeu em *lease* à Inglaterra, por um período de 99 anos, determinada área do território continental chinês e mais 235 ilhotas costeiras. Com a aproximação do fim desse *lease* (1997) e a instalação do regime revolucionário chinês, empenhado na política de revisão dos "acordos desiguais" do séc. XIX, a RPC e a Grã-Bretanha encetaram negociações secretas, das quais saiu o acordo de dezembro de 1984. O conjunto dos territórios integrados na colônia de Hong-Kong, tanto os alugados quanto os adquiridos, serão restituídos pela Grã-Bretanha à República Popular da China em 1997. Conforme já assinalado, Beijing concederá a esses territórios, por um período de 50 anos, o estatuto de "zona especial".

O território de Macau foi cedido a Portugal em 1557, pelo monarca chinês da época, como base para operações contra os piratas do Mar da China do Sul, e também em recompensa do trabalho de repressão destes piratas que já vinham efetuando as naus portuguesas. Através dos séculos, Portugal manteve seu controle do território na base de convênios bilaterais redefinidos de tempos em tempos, ao sabor das mudanças na correlação de forças. Ao instalar-se, o Governo da República Popular da China encontrou em vigor um convênio do séc. XIX, concebido em termos favoráveis a Portugal, mas que interessou a Beijing ir deixando subsistir. Após a conclusão das negociações em torno de Hong-Kong, e considerando as disposições anti-colonialistas do regime instaurado em Portugal em 1974, Beijing e Lisboa tenderam naturalmente a buscar uma redefinição moderna para o destino de Macau. Nos termos de declaração comum assinada em Beijing, a 13 de abril de 1987, o território reverterá à China a 20 de dezembro de 1999. Como Hong-Kong, Macau receberá durante 50 anos o estatuto de região administrativa especial (RAE), pela qual Beijing se compromete a deixar prevalecer nas duas áreas os sistemas social e econômico em existência.

A República Popular da China soube desde cedo tirar proveito da integração de Hong-Kong no sistema capitalista mundial para seus próprios contactos comerciais e financeiros com o exterior. Em 1945, Hong-Kong saíra em ruínas de quatro anos de

ocupação militar japonesa. De quase dois milhões, sua população estava reduzida a 600 mil habitantes empobrecidos. A guerra civil chinesa iria transformar o território em ativo centro de distribuição de armas e equipamentos de todo tipo. E com a vitória dos comunistas, a população da colônia explodiu, em virtude da afluência de fugitivos. Mas apesar do anti-comunismo que motivava estes últimos, Hong-Kong foi assumindo o papel de intermediário entre a República Popular da China e o mundo exterior. Em 1951, a população retornaria aos 2 milhões de antes da ocupação japonesa. O comércio externo já era cinco vezes maior, mas um terço dele era conduzido com a China continental. Das exportações totais de Hong-Kong, 89% eram reexportações, na maior parte de mercadorias oriundas do continente.

Esse primeiro surto de prosperidade de Hong-Kong não tardaria a vir abaixo, sob o impacto do boicote imposto pelos Estados Unidos da América ao comércio externo da República Popular da China, em punição ao auxílio dado pelos chineses à Coréia do Norte, na guerra dos anos 50. Data daí o impulso industrializante que faria de Hong-Kong um "novo país industrial". Frustrada na sua vocação de entreposto comercial, a população foi levada a voltar-se para as manufaturas. No quadro de um dos exemplos mais acabados de sociedade apoiada nos princípios da livre empresa, a administração colonial inglesa tem assegurado ampla margem de não intervenção econômica, orçamentos equilibrados e baixos impostos, sem ter deixado de fazer compromissos entre o governo ideal descrito por Adam Smith e as imposições de uma sociedade moderna. Um analista do *Financial Times* (18.09.87) observou: "Muitas das maiores e mais prósperas companhias do território tornaram-se fortes não em função de sua dedicação à livre iniciativa, e sim graças aos lucros possibilitados por monopólios garantidos pelo governo — os chamados esquemas de controle".

Como no caso dos outros três Novos Países Industrializados (NPI) da Bacia do Pacífico Norte (Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura), o êxito de Hong-Kong não pode ser reduzido a uma fórmula milagrosa. Houve influxos externos relacionados com a evolução do capitalismo mundial na fase da II Revolução Industrial. E muita determinação e trabalho da parte do corpo nacional. Distintiva de Hong-Kong é a falta de um Estado planificador. Também de grandes firmas locais ou transnacionais atuando como locomotivas do crescimento industrial. Conglomerados retalhistas americanos associaram-se desde cedo ao derrame pelo mundo das manufaturas de Hong-Kong, mas a produção destas últimas manteve-se essencialmente nas mãos de pequenas firmas chinesas, em geral familiares. O censo de 1983 registrou a existência em Hong-Kong de 46.817 estabelecimentos industriais. Deles, 28 empregavam entre 1.000 e 2.000 pessoas, e apenas quatro empregavam mais de 2.000 operários.

O embargo ao livre comércio da China, obtido nas Nações Unidas pelos Estados Unidos da América, coincidiu com a afluência para Hong-Kong de centenas de milhares de refugiados da revolução chinesa de 1949. Muitos deles empresários, trazendo experiência e mesmo capitais. A Guerra do Vietnam e medidas discriminatórias contra a diáspora chinesa, decretadas na Indonésia e Filipinas, iriam incitar, ao longo dos anos 50, novas levas de refugiados para Hong-Kong e novo afluxo de capitais.

A administração inglesa soube agir com grande prudência e maleabilidade diante da explosão demográfica do território. Os mais enérgicos e bem sucedidos dentre os refugiados foram cooptados institucionalmente para ajudar a governar Hong-Kong, num regime *sui generis*, fundamentalmente apolítico, a que um autor americano (David Aikman) chamou "colonialismo consensual". A partida industrializante foi dada, atacando-se em

primeiro lugar o setor dos tecidos de algodão. Os produtos *made in Hong-Kong*, que em 1950 representavam 11% das exportações totais do território, logo subiram para 36% (1955), alcançando 76% em 1966.

As únicas empresas industriais de grande porte, em Hong-kong, são as centrais elétricas. A produção de bens de equipamento é reduzida e limitada a tecnologias banais. A produção de bens intermediários é inexistente. Predominam maciçamente as indústrias leves, numa economia de subcontratantes e de baixo nível tecnológico. Raras são as empresas que praticam alguma atividade de "Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A característica essencial é a adaptabilidadee manufatureira. Se uma linha de produtos torna-se obsoleta ou tem seu escoamento de alguma forma bloqueado, as firmas reequipam-se e partem para outra. No final dos anos 50, os algodões de Hong-Kong começaram a defrontar-se com medidas protecionistas da parte dos países industrializados e políticas de resguardo dos seus próprios esforços industrializantes, surgidas em outros países da Orla do Pacífico. Os fabricantes de Hong-Kong diversificaram para os tecidos plásticos e as roupas feitas, para as flores artificiais, as perucas e as escovas de dentes. O território transformou-se no maior exportador mundial de brinquedos. Num dos principais exportadores de relógios. Em fabricantes e montadores de produtos eletrônicos elementares.

Nos últimos anos, um momento de verdade configurou-se para Hong-Kong enquanto novo país industrial. Hong-Kong veio a encontrar-se diante da necessidade, surgida também nos outros três NPI do Pacífico Norte, de ou ascender a novo patamar tecnológico ou perder competitividade. Em Hong-Kong, com sua economia *sui generis* de pequenas e médias empresas (tornadas prósperas, nas etapas preliminares da formação do paradigma tecnológico da III Revolução Industrial, graças à cobertura liberal dada pelo regime colonial britânico), não parece contudo existir impulso próprio de resposta ao desafio tecnológico. Mas o Novo País Industrializado (NPI-NIC) Hong-Kong, em vez de perder velocidade, atravessa fase excepcional de expansão. o desemprego é quase zero, as exportações atingem níveis recordes, cresce portentosamente o PNB. A chave do mistério encontra-se na China continental. Um processo simbiótico está em marcha, no delta do Rio das Pérolas. Hong-Kong veio a ser a locomotiva do progresso econômico que esteja ali ocorrendo, do lado chinês da fronteira ainda de pé até 1997. Mas Hong-Kong começou a perder sua identidade de NPI para transformar-se na fachada luxuosa de uma "conurbação" chinesa.

David Dodwell, o excelente correspondente do *Financial Times*, percebeu com agudeza o problema quando observou (11.09.87): "Hong-Kong não está tendo um crescimento normal, e o fator de anormalidade é a China". As pressões inflacionárias e a escassez de mão-de-obra, que numa economia convencional com o crescimento anual de quase 12% teriam convergido em inflação galopante, estão sendo equilibrados em Hong-Kong pelo desdobramento econômico por terras continentais. os 300 quilômetros de delta fluvial, entre Hong-Kong e Cantão, estão suprindo as manufaturas de Hong-Kong com cerca de metade da mão-de-obra atualmente ativa. Um milhão de trabalhadores espalhados pelas cidades do delta (Foshan, Zhongshan, Panyu, Shunde, Jiangmen e Taishan), fora das ZEE, a trabalharem por meia-paga numa infinidade de empresas subcontratantes. A maior parte dos fabricantes de brinquedos e produtos eletrônicos e grande número de empresas dos têxteis e da confecção, do território, transferiram para o delta o grosso da sua produção.Uma cidade como Dongguan, a duas horas de carro da fronteira entre Hong-Kong e a China, possuía, em 1987, 1.600 empresas trabalhando para firmas de Hong-Kong ou associadas às mesmas. Um conhecido fabricante de brinquedos eletrônicos

do território já só mantém ali 200 empregados, contra 5.000 operários no delta. E assim por diante.

A absorção em perspectiva de Hong-Kong pela República Popular da China vai sendo assim precedida, ironicamente, pelo estabelecimento de relações econômicas de tipo semi-colonial do território em relação ao continente. O acelerado crescimento nominal do comércio entre Hong-Kong e a China, nos últimos dois anos, explica-se em grande parte pelas remessas de componentes eletrônicos e de produtos semi-acabados, num sentido, e a volta dos produtos montados, no sentido oposto. Hong-Kong é o primeiro exportador de brinquedos do mundo, e esse item é o quarto na pauta de exportações do território. Mas, parte crescente dos brinquedos "made in Hong-Kong" estão sendo manufaturados do delta do Rio das Pérolas, em empresas chinesas. Sobre uma indústria doméstica com capital investido da ordem de 1 bilhão de dólares, ou pouco mais, apareceu nos últimos dois ou três anos uma indústria internacional avaliada em mais de 2 bilhões de dólares. Os processos que exigem muita maquinaria permanecem em Hong-Kong. Para o delta estão sendo transferidos: operações de montagem, costura de brinquedos moles e de roupas de bonecas, pintura a pistola, implantação de cabelos, etc... Enquanto não melhorar o suprimento de eletricidade no delta não se deslocarão para lá atividades mais complicadas. A melhoria desse suprimento deverá ocorrer com a construção da central nuclear de Daya Bay, na ZEE de Shenzhen. Trata-se de empresa mista, possuída em 75% por uma companhia pública da província de Guangdong, e em 25% por uma subsidiária da *China Light and Power*, de Hong-Kong. Cerca de 70% da eletricidade a ser produzida serão vendidos ao território.

A imagem do capitalismo hong-kongiano a colonizar Guangdong deve ser temperada pela verificação de que a República Popular da China fortalece incessantemente sua presença no seio do capitalismo de Hong-Kong. Na descrição de um artigo da revista londrina *Euromoney* (abril 1986), o Estado chinês além de proprietário da agência do *Bank of China* e seus 12 bancos associados, em Hong-Kong, controlava no território 31 outros estabelecimentos financeiros, 5 companhias de seguros, 53 empresas no setor dos transportes e do turismo, 26 no setor dos imóveis e construção civil, 19 empresas industriais e 4 tipografias e editoras.

A famosa *China International Trust and Investment Corp. (CITIC)*, de Beijing, tem crescido de forma extraordinária em Hong-Kong, desde seu aparecimento ali em 1985, como co-financiadora do segundo túnel de cruzamento da baía. Em meados de 1987, os investimentos da *CITIC* em Hong-Kong eram superiores a 400 milhões de dólares, destacando-se a absorção do *Ka Wah Bank*, velha casa bancária de Hong-Kong com ramificações internacionais, que foi salva da falência pela *CITIC*. Em outubro de 1987, foi o Banco da China que interveio maciçamente para sanar a crise da Bolsa de Valores de Hong-Kong.

Hong-Kong oferece à República Popular da China um porto de águas profundas sem equivalente no resto da costa chinesa. A integração desse porto com as cidades cantonesas do delta do Rio das Pérolas criará uma "conurbação" com capacidade de alterar todo o jogo comercial da Bacia do Pacífico Norte e marcar a entrada da China no século XXI. Novos aeroportos estão em construção no delta. A província de Guangdong, já entre as mais bem servidas da China em matéria de comunicações, dotou-se em 1986 de um sistema de micro-ondas que se estende à Ilha de Hainan e foi conectado com Hong-Kong e Macau. Cresce a cooperação energética no delta, prefigurada pela central nuclear de

DayaBay. Os planejadores do território e de Guangdong já vêm, na verdade, encarando a área como uma coisa só.

No tocante a Taiwan, cabe assinalar que o estatuto internacional da ilha permanece tecnicamente indeciso. Em 1895, quando ainda reinava na China a dinastia Quing, Taiwan foi anexada pelo Japão, que governou a ilha até 1945. Durante a II Guerra Mundial, Roosevelt e Churchill asseguraram: a Chiang Kai-Shek o apoio dos EUA e do Reino Unido à volta de Taiwan à soberania chinesa, mas o assunto nunca foi posto preto no branco, do ponto de vista da disposição dos territórios liberados pela derrota do Japão. A posição jurídica dos Estados Unidos nesse assunto, posição de grande importância para efeitos práticos, está sintetizada num memorando da Divisão Jurídica do Departamento de Estado, de janeiro de 1955, (memorando que se baseou em ofício de 16 de julho de 1952, do Ministério do Exterior da República da China ao Legislativo local) e numa declaração do Secretário de Estado Dulles, datada de 1º de dezembro de 1954. A essência desses dois textos é que o tratado de paz Estados Unidos—Japão registrou a renúncia japonesa a Formosa (Taiwan) e às Ilhas Pescadores, mas sem determinar a quem era passada a soberania sobre as mesmas. Seu estatuto jurídico é, assim, diferente do das demais ilhas da costa da China, que sempre estiveram sob soberania do Estado chinês. Essa fresta legal tem sido usada, por exemplo, para legitimar os fornecimentos de armas americanas a Taiwan.

Desde o início da presente década, Beijing vem procurando persuadir os dirigentes de Taipei, o povo de Taiwan e o mundo em geral, os Estados Unidos muito especialmente, de que o único obstáculo à conclusão pacífica e definitiva da guerra civil chinesa é a obstinação da liderança do KMT em fugir a negociações com o poder central. Em 1981, Ye Jianying, na época Vice-*chairman* do Partido Comunista Chinês, formulou os "Nove Pontos para a Reunificação pacífica", prometendo a Taiwan um alto grau de autonomia como região administrativa especial; postos no Governo central; e o direito a manter forças armadas próprias. A partir de meados de 1983, Deng Xiaoping começou a falar em "um país dois sistemas", fórmula que veio a ser usada para estruturar o acordo sino-britânico de dezembro de 1984, a propósito de Hong-Kong. Sucessivos governantes de Beijing têm alardeado a disposição de esperar cinqüenta ou cem anos pela reunificação pacífica da China. Recusam-se eles, no entanto, a renunciar explicitamente ao uso da força para obter a unificação, insistindo em que fazer isso seria uma limitação de soberania. Na análise de alguns observadores, três situações podem ser entrevistas como capazes de incitar Beijing ao uso da força. A declaração de independência por parte de Taiwan. Uma aliança de Taipei com a URSS. A tentativa do KMT de esmagar uma eventual insurreição popular na ilha em prol da unificação.

Evidentemente, a hipotética decisão de Beijing de usar força para retomar Taiwan teria de atender também a considerações de estratégia internacional e apoiar-se numa avaliação positiva da própria capacidade de levar a cabo a empreitada. Além de Taiwan e do arquipélago dos Pescadores, Taipei proclama sua jurisdição sobre as Ilhas Hinmen, Matsu, Tung-yin, Wu-chiu, Pratas e Spratlys. Um colar de ilhas vantajosamente situadas a cavaleiro das principais rotas marítimas do Oceano Pacífico e das rotas que ligam o Pacífico ao Oceano Índico. O interesse dos Estados Unidos e do Japão em manterem essas ilhas nas mãos de Governo aliado é bem claro, e o dispositivo militar nipo-americano no Pacífico Norte não pode deixar de ser tomado em conta por quem deseje iniciar ação armada na zona. O estado de preparação da República Popular da China e da República da China (Taiwan) para a luta eventual é, por sua vez, fator de grande imponderabilidade. Trata-se de assunto complexo, que nos levaria longe se fôssemos abordá-lo aqui. Além da

questão dos fornecimentos de armas a Taiwan, entra em causa aí o esforço de modernização das forças armadas chinesas. Tema este último que pode ser visto como um dos importantes processos atualmente em marcha na Bacia do Pacífico Norte.

Quando o Generalíssimo Chang Kai-chek desembarcou em Taiwan, em 1949, com os seus 2 milhões de fugitivos da terra firme (militares, funcionários públicos e homens de negócios), a ilha tinha pouco mais de 8 milhões de habitanTes e estava em ruínas. Toda a infra-estrutura insular fora destruída pela aviação americana, através de bombardeios que figuraram entre os mais violentos da guerra contra o Japão. Dois terços da população local viviam da agricultura, em condições de grande atraso econômico e social. A reforma agrária foi a primeira preocupação do novo Governo, que não tinha qualquer engajamento com os senhores de terras da ilha. Conduzida segundo os ensinamentos de Sun Yat-sen, o fundador do *KMT* e da República chinesa, a reforma agrária foi aplicada com êxito, de 1949 a 1953, e veio a constituir a base da paz social e do futuro progresso econômico de Taiwan.

Os recém-chegados de 1949 confiscaram o poder na ilha e o vêm exercendo com mão-forte desde então. Os "continentais" e seus descendentes representam hoje 15% da população, mas ainda dominam os postos-chaves nos aparelhos políticos e de segurança. Todavia, 70% dos membros do próprio *KMT* já são taiwaneses, e o processo de taiwanização da vida política está em plena explosão, como já aconteceu com a vida econômica. A geração que está chegando ao poder é uma mistura de filhos de refugiados e de gente local. A velha equipe diretora do *KMT* começou a deixar fisicamente a cena, conforme ficou visto acima.

Taiwan possui certamente as condições para uma vida independente. Mais de 35 mil quilômetros quadrados, 19 milhões de habitantes, uma economia em expansão, as segundas maiores reservas financeiras do mundo (mais de 70 bilhões de dólares), só superadas pelas do Japão. Beijing não logrou isolar Taiwan do concerto internacional, como foi durante algum tempo tentado. A ilha tem inclusive voltado a fazer parte de vários organismos internacionais de que fora antes excluída. A situação conflitante criada pela pretensão de Taipei de representar toda a China vem sendo contornada graças ao artifício, aceito por Beijing, de não usar a denominação República da China. Usa-se China-Taiwan. China-Taipei. Ou simplesmente Taiwan. A ilha mantém relações comerciais intensas com cento e tantos países, inclusive a China continental, onde produtos "feitos em Taiwan" são livremente vendidos e muito procurados. Essas relações comerciais são a porta para o relacionamento diplomático oficioso, mas não menos efetivo, com um grande número de capitais teoricamente cortadas de Taipei. Os Estados Unidos mantêm em Taipei o *American Institute in Taiwan* com instalações e todos os serviços de uma Embaixada. Os japoneses têm a *Interchange Association.* Existe a *Association française pour la promotion du commerce avec l'Asie.* A *Câmara Española de Comercio.* Escritórios com nomes assim fantasiosos da Grã-Bretanha, do Canadá, da Austrália, de países da ASEAN, etc.. Em praticamente todos esses escritórios, diplomatas sem estatuto oficial conduzem relações oficiosas com o Governo local, e alguns estão inclusive habilitados a emitir vistos. Normalmente, o país interessado concede a Taiwan situação equivalente no respectivo território.

No tocante às relações República Popular da China-Taiwan o que está posto no momento é o aprofundamento das relações comerciais da ilha com o continente. Ao longo dos anos 80, o comércio — tanto direto quanto indireto — entre Taiwan e a China continental vem crescendo regularmente. Desde 1985 seu valor anual tem sido bem su-

perior a 1 bilhão de dólares, nos dois sentidos. As principais exportações de Taiwan para o continente são têxteis, confecções e produtos eletrônicos. Do continente vêm ervas medicinais, chá e licores. Algumas análises registram o desejo dos taiwaneses de darem mais peso a esse intercâmbio: gostariam de importar carvão e algodão do continente e vender para lá aparelhos e máquinas industriais, e sentem-se frustrados diante do avanço que japoneses e coreanos vão tomando nesses terrenos. Beijing atiça a insatisfação dos empresários taiwaneses oferecendo-lhes incentivos maiores do que a estrangeiros. Os investidores de Taiwan gozam no continente de juros preferenciais nos empréstimos e pagam aluguéis menores pelos terrenos ou locais que ocupem. Os continentais vêem nesses incentivos um impulso no sentido da reunificação, e por isso, precisamente, Taipei reluta em levantar sua restrição ao comércio direto com o continente. Sem lograr impedir que ele avance. Jornais como o *Financial Times* começam a registrar iniciativas do setor privado taiwanês, o qual vai buscando suas próprias soluções e encontrando maneiras para contornar as restrições de Taipei e as implicações políticas do crescimento dos negócios com a China continental. Aumenta o número de empresários de Taiwan que abriram ou estão em vias de abrir, indústrias ou casas comerciais no continente. Em geral usando chineses de Hong-Kong como gerentes ou supervisores.

Hong-Kong é o grande trampolim. Terceiro cliente comercial de Taiwan, o território funciona também como centro nodal das comunicações e transportes entre Taiwan e o resto da Ásia. Além de abrigar a sede regional de muitas companhias estrangeiras com operação na ilha. Num estudo de 1986, os consultantes *Business International Asia/Pacific Ltd.* concluiram que uma crise militar ou diplomática suscetível de levantar empecilhos para as relações econômicas entre Taiwan e Hong-Kong abalaria mais profundamente a estabilidade do regime de Taipei do que foi o caso em 1979, quando do reconhecimento de Beijing por Washington. Os gastos acrescidos de viagens e comunicações entre Hong-Kong e a ilha poderiam, por exemplo, levar as companhias sediadas no território e com negócios em Taiwan a reconsiderar a vantagem desse elo. E se se colocasse a imperiosidade de optar entre a infra-estrutura e a mão-de-obra relativamente desenvolvidas de Taiwan e a magnitude potencial do mercado da China continental, era de esperar que as transnacionais "hesitassem em ofender Beijing."

•

A partir de 1986, Taiwan começou a aparecer como um dos terrenos de eleição de investidores de Hong-Kong desejosos de criarem bases de recuo para o caso de uma deterioração dos negócios no território, em função do retorno do mesmo a Beijing. Pela mesma razão, vista às avessas, os investidores privados de Taiwan não têm demonstrado grande entusiasmo com Honk-Kong. Em começos de janeiro de 1988, foi o Governo de Taipei que, num comunicado ministerial de resposta a indagação no Parlamento, anunciou sua decisão de incentivar investimentos em grande escala de capital taiwanês no território. Em hotéis, teatros e outros estabelecimentos culturais, tudo com vistas "a fortalecer as idéias de liberdade, numa região — Hong-Kong e o território vizinho de Macau — que se encontra na linha-de-frente da batalha entre o capitalismo e o comunismo".

A extraordinária evolução econômica de Hong-Kong no pós-II Guerra Mundial decorreu antes de mais nada de sua situação na interface do Império Britânico em declínio com o colosso chinês que reacorda. Mas Hong-Kong veio a encontrar-se também na

Interface da luta historicamente ainda não dirimida, entre o PCC e o *KMT*, pelo direito a modelar o futuro da China. Pondo tal luta na sua perspectiva histórica, a fase em vias de abrir-se aparece como momento crucial. As velhas direções dos dois partidos estão passando adiante o facho. As certezas ideológicas de um e de outro lado estão cedendo o passo à busca pragmática de soluções inovadoras. A Orla do Pacífico encontra-se no centro da revolução tecnológica de que sairá a III Revolução Industrial. Neste nível, um complexo tecido está sendo trançado entre Taiwan, Hong-Kong e as ZEE chinesas. Neste nível cabe não esquecer, também, que Taiwan e Hong-Kong figuram entre os quatro "novos países industriais" da Ásia. E que a explosão desses NPI asiáticos não é fenômeno a ser compreendido isoladamente. Nos quatro casos, trata-se de países destituídos de recursos naturais e de fontes de energia, onde elites modernizantes estão sabendo enquadrar-se num sistema altamente integrado e dinâmico, que se estende a toda a Bacia do Pacífico Norte e vai sendo levado pela cooperação/competição entre os Estados Unidos e o Japão.

# O BRASIL E O FUTURO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Rubens Ricupero*

Não é como Embaixador em Genebra ou ex-Assessor da Presidência que venho falar neste seminário. Falo como um brasileiro qualquer, com a mesma carga de insegurança e angústia diante do impasse do Brasil atual, do fracasso que a cada 25 anos, perversamente se renova quando estamos a poucos metros da praia da democracia e do desenvolvimento.

Não engajo a responsabilidade do Itamaraty nem de ninguém no que vou dizer, mas apenas um julgamento pessoal e intransferível.

Se em meio a economistas capazes de dizer coisas precisas e técnicas, prefiro repetir generalizações sem rigor científico, é porque, no fundo, não tenho escolha: minha ignorância, confesso como Millôr Fernandes, é muito mais geral do que especializada...

Dividi o tema em três partes. Na primeira, veremos como as formidáveis mudanças atuais podem empurrar o sistema internacional para um tipo de configuração, na qual os países se realizarão cada vez menos pela disputa de poder por meios políticos e militares e cada vez mais pela integração à economia mundial do dinamismo do comércio.

A segunda mostra como no após-guerra o comércio esteve à altura dessas expectativas e as ameaças e dúvidas que se perfilam hoje no horizonte.

O capítulo final tenta explorar o potencial de promessas que o comércio pode oferecer para a solução dos problemas brasileiros e, em contraponto, o desafio constante de manter e desenvolver a presença competitiva do Brasil no multilateralismo comercial no passado, no presente e, como diria um recente escritor científico francês, no condicional, já que o futuro é incerto.

## I. PARA ONDE NOS LEVA A HISTÓRIA?

O fascínio da História vem não tanto da mudança mas do sentido em que mudam as coisas.

É banal mas talvez salutar relembrar essa verdade quando nos deixamos levar pela excitação que despertam as vertiginosas transformações recentes.

* Embaixador do Brasil no GATT.

Poucas vezes a densidade histórica, isto é, a taxa de acontecimentos por unidade de tempo, foi tão intensa como agora.

Não que possamos rivalizar com aquele distante momento, há mais de 530 anos, quando, em curto tempo, a invenção da imprensa (1450), o término da Guerra dos 100 Anos e a Queda de Constantinopla (ambos em 1453) anunciavam o fim da Idade Média e a inauguração dos tempos modernos.

Sem subir a tais alturas, os eventos recentes não deixam de causar alguma vertigem.

Após o ponto baixo de 1983, ano da derrubada do avião comercial coreano, da declaração sobre o "Império do Mal", da interrupção das conversaçoẽs sobre armamentos de Genebra, do marasmo de mais de uma década de Governos gerontocráticos na União Soviética, a inesperada ascensão de Gorbatchev aparece, isoladamente, como a explosão simbólica do dique de contenção das irreprimíveis correntes de reforma na URSS e nas relações entre as potências.

É certo que, 6 ou 7 anos antes, Deng Xao Ping dava partida ao fenômeno que, segundo alguns, foi mais determinante para espicaçar a "perestroika" do que o próprio temor do declínio perante os Estados Unidos: a marcha forçada para fazer da China, colada às espaldas da URSS, um dos supremos poderes do início do próximo milênio.

Há uma certa ironia em ver surgir justamente nas Romas rivais de uma ideologia devotada ao determinismo histórico, as duas lideranças que, pelo vigor e originalidade individuais, projetam sobre o fim do século uma sombra de gigantes. Em contraste, após a saída de cena de figuras do porte de Churchill, De Gaulle e Roosevelt, o Ocidente "individualista" mergulha numa espécie de crespúsculo dos deuses, um lusco-fusco feito de lideranças pálidas, coletivas, anônimas, quando não de governo por delegação a assessores.

Ao arejar a irrespirável atmosfera da política interna por meio da transparência da informação e dos debates e das reformas do aparato partidário, ao impulsionar, com muito menos êxito, a reeestrutração da economia, mas sobretudo ao demolir tabus sacrossantos da política externa soviética, Gorbatchev imprimiu ao jogo diplomático uma velocidade que seus parceiros souberam acompanhar. Mesmo porque os americanos reivindicam o crédito pela mudança, ao atribuí-la à sua política de firmeza, de rearmamento, de Iniciativa de Defesa Estratégica.

Seria uma espécie de tardia corroboração da teoria do "containment" exposta em 1947 por George Kennan: após não 15 ou 20, mas 40 anos de firme contenção, o comunismo soviético perderia sua força expansiva e sofreria um processo de "mellowing" isto é, de amolecimento ou abrandamento e retorno a objetivos internos de bem-estar e progresso.

Seja como for, diante de nossos olhos fixos na televisão desfilaram, em rápida sucessão, as cenas surpreendentes dos 4 encontros de cúpula de Genebra. Rekjavik, Washington e Moscou, a assinatura do primeiro tratado de eliminação de armas nucleares, o avanço rumo à meta de redução de 50% das armas estratégicas. Simultaneamente, a renovada colaboração das Superpotências no Conselho de Segurança ou junto a seus clientes vai restaurar um papel de utilidade e prestígio para a ONU e desencadear, como num efeito-demonstração, um processo contagioso de pacificação que parece ser o caminho de resolver, um após outro, alguns dos piores conflitos regionais: retirada soviética do Afeganistão, cuja invasão em 1979 marcara o ponto de partida do que chegou a ser descrito como nova Guerra Fria; evacuação do Cambodja pelo Vietnã; cessar-fogo na África Meridional, preparação da saída dos cubanos e sul-africanos de Angola, indepen-

dência da Namíbia; e finalmente, o que parecia além de toda esperança, cessar-fogo da guerra monstruosa entre o Iraque e o Irã.

Para entender porque as mudanças são percebidas como unanimemente positivas, é preciso acrescentar ao quadro alguns retoques importantes: aproximação Argélia-Marrocos, Grécia-Turquia, redução do antagonismo em torno da Líbia, relativo recuo do terrorismo, sinais de distensão nas questões do Saara, de Chipre; na Etiópia, a volta à democracia em grande parte da América Latina, Filipinas, Coréia do Sul, as surpresas das eleições mexicanas, tudo isso contrastando, pela relativa falta de progresso, com o mais explosivo dos focos de conflito, o problema israelense e do Oriente Próximo e, mais perto de nós, o da Nicarágua e, em sentido mais amplo, da América Central.

Não é de admirar, após uma enumeração de tirar o fôlego como essa, que as ilusões mais generosas cheguem a insinuar o sonho de uma era de paz perpétua.

Nessas horas, convém sobriamente recordar que, não faz muito tempo, tivemos em 1979 um ano tão fértil como este de 1988, só que acontecimentos cujo sentido era visto como conflitivo e perigoso. Penúltimo ano do fugaz interlúdio de Carter, véspera da mais duradoura era de Reagan, o fim da fatídica década da guerra do Yom Kippur e do embargo e quadruplicação do preço do petróleo parecia marcar o ponto extremo do desengajamento americano iniciado com a "débâcle" do Vietnã e a queda de Saigon entre 73 e 75, prosseguido por Watergate e suas dilacerantes conseqüências internas, pela paralisia diante do desafio em Angola e na Etiópia, a inflação de dois dígitos, as filas nos postos de gasolina, o famoso sentimento de "malaise" celebrizado por Carter.

Iniciada sob tão maus auspícios, a década não quis despedir-se sem concentrar em poucos meses a queda do Xá, o triunfalismo do fundamentalismo anti-ocidental de Khomeiny, a humilhação da tomada dos reféns americanos em Teerã, o ponto crítico do problema gerado na Polônia pelo Movimento Solidariedade, a vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, a subida ao poder de Maurice Bishop em Granada e, para culminar, na noite de Natal, a entrada de tropas soviéticas no Afeganistão e a reação americana de suspender o fornecimento de grãos à URSS, de boicotar os Jogos Olímpicos de Moscou no ano seguinte, de desfechar o processo de restrições ao comércio e ao fornecimento de tecnologia ao bloco soviético.

Os papéis parecem agora se inverter e, uma década após os Estados Unidos, é a vez da União Soviética de efetuar seu desengajamento, direto ou indireto, do Afeganistão, do Cambodja, da África Meridional, é o momento de encurtar as linhas de projeção do poderio militar perigosamente esticadas na era Brejnev, de reduzir gastos com guerras e *armas, de voltar as energias para a revitalização da política e da economia internas.*

Esses cotejos servem-nos para mostrar que a História não é constante nem no mal nem no bem e que razão tinha Camões ao queixar-se de que "não sabe o tempo ter firmeza em nada".

O que se deve concluir daí, que o instante atual não passa de uma etapa a mais na alternância de fases de negociação e fases de confrontação, para retomar a fórmula de Nixon? Ou, mais precisamente, seria esta a mais recente encarnação da "détente", sua 5ª manifestação após as fases do "degelo" (53 a 56), a efêmera do "Espírito de Camp David" (59-60), a posterior à crise dos mísses de Cuba (62-68) e a "Détente" propriamente dita de que reclamam a paternidade Nixon e Kissinger (71-73)?

Todas inspiram em seu tempo entusiasmo e ilusões e algumas produziram resultados mais ou menos apreciáveis. No entanto, a que talvez apresente maiores semelhanças, ao menos superficiais e exteriores, com a hora atual é a do "Degelo", assim chamada por causa do romance de Ilya Ehrenburg.

Como o de agora, esse primeiro ensaio de superação da Guerra Fria se abre com uma crise de liderança, acarretada então pela morte de Stalin e a transição, passando pela direção coletiva, até a supremacia de Kruschev. Da mesma forma que em nossos dias, o poder soviético, após o período de expansão de 45 a 48, volta-se para dentro, alivia a censura jornalística e cultural, denuncia os abusos da liderança anterior, estimula o debate político no XX Congresso com o famoso discurso de Kruschev sobre os crimes de Stalin, busca incentivar e reorganizar a economia com o desbravamento das terras virgens, a ênfase na produção de bens de consumo, a promessa de um comunismo produtivo e eficaz, capaz de alcançar os Estados Unidos. Não são tampouco desprezíveis os resultados de apaziguamento de conflitos e tensões: o armistício da guerra da Coréia em 53, os acordos de Genebra, que, em 54, põem fim à fase francesa da Guerra da Indochina, o Tratado de Estado, a neutralização e evacuação da Áustria em 55.

Ou porque o objetivo não tivesse jamais estado nos desígnios soviéticos, ou porque Eisenhower e Dulles não tiveram flexibilidade para responder às mudanças na URSS, o impulso vai-se esgotar sem ter conseguido resolver o grande problema da época: a divisão de Berlim e da Alemanha. Em 56, a intervenção soviética contra a rebelião húngara e a crise de Suez interrompem brutalmente a distensão.

Algumas analogias com o que está acontecendo são, como se vê, significativas. O que é diferente, então?

Em primeiro lugar, a intensidade do desengajamento. Mesmo entre 45 e 49, quando os americanos dispunham do monopólio da arma nuclear e de esmagadora superioridade econômica e industrial, a terrível máquina de guerra convencional do Exército Vermelho nunca deixou de fazer-lhes frente, de desafiá-los e fustigá-los no coração da Europa Central, no golpe de Praga ou no bloqueio de Berlim, nas pressões em seguida irrompidas sobre a Grécia, a Turquia, o Irã, mais tarde e através dos chineses, na Coréia. Agora, pela primeira vez nos 43 anos decorridos desde o fim da guerra, os soviéticos dão a impressão de jogar um jogo estratégico aparentemente defensivo e seletivo na concentração em algumas prioridades, poucas e fundamentais. Ante igual retração da China, o espaço parece livre para uma ação desimpedida dos Estados Unidos, os quais multiplicam iniciativas e planos na África Meridional, no Oriente Médio, na América Central, despacham a esquadra para o Golfo, atacam objetivos líbios, abatem por engano um avião civil iraniano, sem que o aniversário busque explorar oportunidades ou vulnerabilidades, nem tente criar pressões em setores desguarnecidos ou expostos. Ao contrário, a contenção soviética vai ao ponto de aceitar voluntariamente um papel de coadjuvante discreto nas negociações sobre a África Meridional, deixando a glória a Washington.

A segunda diferença está na amplidão e profundidade das reformas políticas internas, atingindo mesmo um domínio que Kennan num livro recente ("The Nuclear Delusion") achava fora do alcance da distensão: os direitos humanos, a participação política, a tolerância religiosa. Aqui, porém, acontecimentos como os da Armênia revelam a existência de limites até agora intransponíveis.

Por fim, um elemento central no qual o processo atual se diferencia dos anteriores, em particular do último, é uma maior aceitabilidade para os soviéticos de vínculos não-explícitos, de "linkage" entre os diversos aspectos da "detente". Como se sabe, a atitude real ou suspeitada da URSS na Guerra do Yom Kippur e no envio de tropas cubanas para Angola e Etiópia alimentou, desde 73, as críticas dos conservadores americanos, que denunciavam a "détente" como uma "rua de mão única". Nela, Moscou só estaria disposta a cooperar no que era do seu interesse — negociações de controle de armamentos,

reconhecimento de fronteiras e do "status quo" na Europa Oriental, aumento do comércio e do intercâmbio tecnológico – ao mesmo tempo em que continuava a explorar oportunidades de ganhos unilaterais na periferia do sistema, no Terceiro Mundo onde a retração americana não cessava de abrir janelas de vulnerabilidade. A queixa era, aliás, endossada pelo próprio Kissinger, que chegou a falar da "indivisibilidade da *détente*", conceito sempre rejeitado pela diplomacia de Brejnev.

Hoje, ao contrário, a política externa soviética é de ativa cooperação na contenção e esvaziamento de conflitos seja no Golfo, entre o Iraque e o Irã, seja na África Meridional, no Afeganistão ou no Cambodja. Mais do que a assimilação das lições do passado, talvez se queira ver na mudança sobretudo o efeito de que, desta vez, quem bate em retirada são os soviéticos, interessados, portanto, em evitar novos incêndios e em apagar os antigos.

Até que ponto se poderia esperar uma consolidação durável do que, no período após a crise dos mísseis, foi descrito como "condomínio americano-soviético", quer dizer a "détente" conduzindo a uma verdadeira "entente", a um entendimento construtivo para administrar conflitos e problemas?

Ninguém mais autorizado para dar expressão a essa idéia do que o Ministro do Exterior Shevardnadze, que, numa conferência em Moscou, em fins de julho, pretendia que a coexistência pacífica destinada a evitar a guerra nuclear, o desastre ecológico e a superar a pobreza devia ter precedência sobre a luta contra o capitalismo.

E, numa fórmula mais taxativa, afirmava, segundo a agência Tass: "A luta entre os dois sistemas opostos já não é mais uma tendência determinante da era presente".

Não se poderia desejar propósitos mais claramente evocativos das teses kruschevistas, denunciadas na época por Mao Dze Dong como revisionistas e antileninistas e uma das causas do Grande Cisma Sino-Soviético do início dos anos 60.

Como para mostrar que a audácia dessas palavras inquieta ainda os guardiães da ortodoxia, 10 dias apenas após o discurso do Ministro, o segundo homem do Kremlin, Igor Ligatchev, numa rara mostra de desacordo público da liderança soviética sobre política externa, afirmava numa reunião em Gosky que as relações exteriores da URSS deveriam ser primariamente guiadas pelo modelo da luta-de-classes contra o capitalismo e que o excesso de menção da cooperação pacífica com países capitalistas "somente contribui para confundir a mente do povo soviético e de nossos amigos estrangeiros".

É assim claro que, nessa matéria, assim como nas relativas aos métodos econômicos ocidentais, à possível tolerância diante de alguma oposição política, às reivindicações de direitos humanos ou étnicos, a partida na União Soviética está ainda longe de ser definida.

Seria, aliás, plausível acreditar numa atitude duradoura e irreversível de colaboração entre os dois pólos de um sistema internacional que, ao menos no plano estratégico-militar, preserva seu essencial caráter bipolar, não obstante a inegável e crescente tendência à multipolarização nos domínios político e econômico?

Não, responderia Raymond Aron, lembrando que num sistema bipolar, os líderes das duas coligações se opõem por ideologia (o que pode vir a ser cada vez menos o caso) ou por posição.

Sem examinar se a emergência de circunstâncias novas como a irreparabilidade das armas nucleares não poderia modificar o fatalismo da afirmação, registremos apenas que seria prematuro dizer que as mudanças na política externa soviética são definitivas antes de terem elas superado o teste do tempo de um sério repto interno ou exterior.

Um componente indissociável dessa verdadeira revolução dentro da revolução que se está gestando na União Soviética, é a determinação de integrar sua economia no sistema

mundial de comércio. A agenda para lograr esse fim foi em julho apresentada em Moscou pelo Vice-Presidente da Comissão de Relações Econômicas Exteriores, Ivan Ivanov, o qual indicou três objetivos principais: a negociação imediata de um amplo acordo comercial e de cooperação com a CEE, a apresentação de candidatura para aderir ao GATT dentro de dois anos, após a conclusão de reformas de preços e de mudança da estrutura das tarifas e a introdução de um rublo conversível até o fim do século.

O anúncio soviético vem apenas completar o quadro das iniciativas das economias centralmente planificadas para se beneficiarem das vantagens do comércio mundial. A China está intensificando as negociações iniciadas há algum tempo para seu reingresso no GATT e já começa a aparecer como um exportador de potencial considerável, em têxteis, por exemplo. A Hungria é um dos mais ativos participantes da organização, onde estão presentes a Tchecoslováquia, a Polônia e a Romênia, com a Bulgária iniciando seus processos de adesão.

Essa tendência quase unânime dos mais importantes países socialistas convida a evocar de novo as teses lançadas em 1986 pelo professor Richard Rosecrance. Em seu livro "The Rise of the Trading State", Rosecrance declarava que, superados o protecionismo e as guerras comerciais dos anos 30, o mundo do após-guerra tinha assistido ao desenvolvimento paralelo de dois sistemas internacionais coexistindo lado a lado: o sistema Westfaliano dos Estados territoriais e o sistema dos Estados comerciais.

O primeiro, cujo nome vem dos tratados de Westfália, fim da Guerra dos 30 Anos, em 1648, seria o sistema vigente nos últimos três séculos. Constituído por Estados cujo objetivo é a auto-suficiência e o auto-engrandecimento através da expansão territorial, é o sistema clássico europeu da Balança do Poder, alimentando incessantes conflitos militares e políticos. Seus protótipos atuais seriam as duas coligações lideradas pela União Soviética e pelos Estados Unidos.

O segundo seria formado pelas nações que renunciaram aos meios militares e de disputa política, ou lhes conferem menor ênfase e que buscam realizar os objetivos de progresso e bem-estar social para seus povos através da integração, pelo comércio, na economia internacional. Seus exemplos mais evidentes seriam a Alemanha e o Japão, os quais, derrotados nos intentos de conquistar o "espaço vital" ou a "esfera de coprosperidade asiática", se voltaram para a auto-realização através das exportações, onde ocupam respectivamente o primeiro e o terceiro lugares. Seguiriam esse mesmo caminho os 4 Dragões asiáticos e seus imitadores recentes da ASEAN.

Não é aqui o lugar para discutir em profundidade as idéias de Rosecrance. Recordei-as apenas devido ao seu poder sugestivo, sobretudo no momento em que um livro mais recente e ainda mais polêmico, "The Rise and Fall of the Great Powers", do professor Paul Kennedy, contrasta com a emergência do Japão, o relativo declínio dos Estados Unidos e o atribui ao peso financeiro do seu excessivo engajamento militar.

Talvez mais sugestiva seja a coincidência entre o que vem ocorrendo ao redor de nós e a meta desejada por Rosecrance. Na conclusão de sua obra, ele argumenta que seria muito mais seguro e estável um mundo no qual o sistema territorial se dissolvesse progressivamente num sistema comercial ampliado.

Prova de como têm sido velozes as transformações mundiais é que o professor da Universidade de Cornell, apenas há pouco mais de dois anos atrás, tinha muito pouca esperança de ver essa via adotada pela URSS e pelo Terceiro Mundo.

Ora, o que se constata hoje é que a União Soviética, a China, a Hungria, a Turquia, a Argélia, a Índia, os asiáticos em sua quase totalidade, o México, o Chile, a Argentina, o

Brasil, se engajam uns mais, outros menos, na busca de uma maior eficiência comercial.

Essa tendência virtualmente universal coincide, todavia, infelizmente, com uma fase em que a economia mundial dá sinais de desaceleração e perda de dinamismo, complicados por um comportamento crescentemente nervoso e inseguro.

Seria assim possível que estivesse ocorrendo um lamentável desencontro e, justamente na hora em que um número cada vez maior de países se converte às atrações do comércio mundial, este se viesse a revelar incapaz de satisfazer ao aumento de expectativas?

É o que tentaremos explorar na segunda parte dete trabalho.

## O COMÉRCIO COMO FORÇA DINÂMICA DA EXPANSÃO ECONÔMICA

Os "30 Gloriosos", como os franceses epicamente chamam os 30 anos que separam aproximadamente o fim da 2ª Guerra Mundial do primeiro choque do petróleo, criaram a ilusão de uma expansão sem limites e sem término.

Em contraste com a retomada tímida e modesta após a 1ª Grande Guerra, já a reconstrução produzira, entre 46 e 52, taxas de 8,5% ao ano na Europa e no Japão.

O aumento do produto se estabilizara, em seguida, em torno de 5% ao ano de 52 a 73, com virtual pleno emprego, mínimas flutuações cíclicas e acelerado aumento na acumulação do capital.

O delicioso sonho de fartura e bem-estar teve a duração de quase um terço de século e parecia ter-se transformado no novo parâmetro da normalidade, no padrão que se perpetuaria pelo futuro adentro.

Confundiu-se a exceção com a regra, não se percebeu que aquele era provavelmente o princípio e único período de grande e rápida aceleração econômica conhecido pelo mundo industrial, em cotejo com o desempenho relativamente mais moderno da era Vitoriana, ou dos anos de entre-guerras (Boltho, 1988).

O fim do sonho veio em 1973 com o primeiro choque do petróleo. A taxa média de expansão anual despenca dos 5,3% entre 65 e 73 (série que inclui o hoje quase esquecido "Milagre brasileiro") para os 3% de 74 a 85. As projeções para a década de 80 são constantemente reajustadas para baixo. Em 79, por exemplo, o Banco Mundial prognosticava para os países industrializados um crescimento médio de 4,2% ao ano, posteriormente reduzido para 3,2%. Hoje, faltando pouco para virar a página destes melancólicos anos 80, estima-se que a taxa real se situe por volta de 2,5%.

O período vem sendo marcado por crescimento baixo, persistentes altos índices de desemprego na Europa estacionados em torno de 10%, nenhum aumento dos salários reais nos EUA, ameaçadores desequilíbrios de balança de pagamentos e comercial entre EUA, Alemanha e Japão, crise agônica dos países endividados, turbulência permanente nas bolsas de valores e nos mercados de câmbio.

Admitindo que a cooperação internacional possa corrigir os desequilíbrios macroeconômicos, encaminhar soluções para o problema da dívida, deter a instabilidade das taxas de câmbio e o aumento do neoprotecionismo, a Comissão Econômica para a Europa da Organização das Nações Unidas acaba de publicar um estudo sobre a "Overall Economic Perspective to the Year 2000", no qual apresenta dois cenários de crescimento econômico a longo prazo.

O cenário-base, que presume, dadas as mudanças acima assinaladas, uma continuação das demais tendências recentes, projeta um crescimento médio anual do produto

mundial da ordem de 3,1% muito abaixo, portanto, da fase dourada do após- guerra, mas, meio ponto acima do valor medido desde 1980.

No cenário mais positivo, a expansão se daria a uma taxa de 4,1%, um ponto a mais do que no cenário-base, mas ainda muito inferior às taxas dos anos 60. Conforme nota o documento "embora o padrão de crescimento econômico regional assumido neste cenário de recuperação possa parecer demasiado otimista nas atuais circunstâncias econômicas, *tais taxas têm de ser atingidas no mais longo prazo se se quiser alcançar algum alívio tanto na situação internacional de pagamentos como nos problemas domésticos estruturais e sociais, especialmente no desemprego"* (ênfase do documento citado, pg. 44). É possível retornar ao crescimento rápido? — Num dos estudos mais estimulantes que li ultimamente, Andrea Boltho, economista de Oxford explora a questão não pelo método das simulações quantitativas da Comissão Econômica para a Europa, mas pela análise conceitual das diversas teorias que tentam explicar a exaustão do impulso de crescimento econômico nos anos recentes. Da mesma forma que o estudo anterior, ele assume ("heroicamente", como diz) que, por volta do início dos anos 90, o déficit orçamentário dos Estados Unidos esteja sob controle ou melhorando, os desequilíbrios externos reduzidos, que haja estabilidade a médio prazo nas taxas cambiais e a inflação e a taxa de juros sejam mantidas em nível baixo.

Examina, em seguida, e considera infundadas ou exageradas as teorias estagnacionistas relativas a uma desaceleração permanente ou quase permanente, a saber:

A) teorias que julgam a economia fatalisticamente sujeita a oscilações de longa duração, com a atual desaceleração como parte da fase declinante do ciclo (os ciclos de Kondratieff, por exemplo);

B) explicações que atribuem a inevitável desaceleração a constrangimentos físicos, à finitude dos recursos como nas advertências do Clube de Roma, ao esgotamento do petróleo, ou a problemas tecnológicos;

C) interpretações que dão ênfase às mudanças sociais e, em particular, aos efeitos desaceleradores do amadurecimento da população e de uma maior afluência.

Diante do debate despertado pela ênfase ideológica que a Revolução Thatcheriana ou Reaganiana vem pondo no livre jogo do mercado, uma de suas conclusões mais interessantes e atuais é que dificilmente ocorrerá uma aceleração autônoma, conduzida apenas pelas forças do mercado. Isso se deveria em grande parte à improbabilidade de serem simultaneamente criadas todas as condições necessárias para configurar essa rara situação (lembra Boltho, por exemplo, que mesmo o choque reverso do petróleo em 86 não levou à aceleração, apesar de ter contribuído para aumentar lucros e reduzir pressões inflacionárias).

Sua opinião, em resumo, é que altas taxas de crescimento dependem de uma taxa de investimento em ascensão e que esta, por sua vez, é um reflexo da confiança na economia. Para isso, um caminho plausível seria não fazer tanta fé na espontaneidade do mercado e recorrer a políticas governamentais expansionistas sofisticadamente dosadas para evitar, de um lado, a inflação, e do outro, um impulso tão enfraquecido e difuso que se revele insuficiente. Dentre as duas alternativas, o melhor é optar por certa audácia.

Também importante, a seu ver, é desenvolver uma capacidade internacional de "policymaking", readquirir maior estabilidade cambial, com a esperança de que essa coordenação internacional venha a ser, como no fim da Segunda Guerra, o impulso para o crescimento rápido.

Não posso furtar-me a transcrever, na íntegra, as desesperançadas palavras finais do estudo:

"Este último (isto é, um aumento súbito e rápido no grau de coordenação de políticas no nível internacional) não parece, infelizmente, muito provável, ao menos nas presentes circunstâncias. Na verdade, o mundo parece estar-se movendo em direção a uma fragmentação em vários grandes blocos comerciais e monetários e esse movimento pode ser reforçado pelos desequilíbrios financeiros e pelo lento crescimento que se pode esperar venha prevalecer nos curtos e médios prazos. Quanto às políticas destinadas a remover rigidez, até agora elas têm tomado mais a forma de deflação indiscriminada do que de reforma estrutural, caminho que dificilmente há de encorajar expectativas empresariais. Dada a ênfase contínua colocada em tantos países no objetivo pré-Keynesiano de um orçamento equilibrado, essa inclinação parece de improvável mudança no futuro. Dos dois pontos de vista, as perspectivas de crescimento a prazo mais longo não aparecem como particularmente estimulantes". (op. citada, pg. 68).

Embora tenha boas razões para pôr de lado as teorias clínicas fatalistas, Boltho chega, como se vê, por outros caminhos, a expectativas não muito diversas do que as do patrono do nosso Instituto. No seu livro, "Le Temps du Monde", redigido na segunda metade dos anos 70, Fernand Braudel se pergunta, com efeito, se o choque de 1973 não teria inaugurado o começo da demorada descida de um dos seus ciclos longos ou "trends", o que teria iniciado sua ascensão em 1896. Em tal caso, teríamos de esperar por uma ou duas gerações até chegar penosamente ao fundo do poço.

Nesse panorama, uma nota mais animadora embora de natureza conjuntural, é dada pela surpreendente resistência da economia mundial ao "crash" das bolsas de outubro de 1987. Não só não se confirmaram as previsões recessionistas avançadas na época, mas o desempenho geral foi melhor do que em 85/86. Para os países da OCDE, por exemplo, a taxa de aumento do produto foi, no ano passado, de 3,1% (contra 3,3% da economia mundial e os 2 3/4% estimados) e as projeções para este ano são de uma expansão de 3%.

O Japão passa aparentemente com brilho, o teste de transição para uma economia impulsionada pela demanda interna em substituição das exportações e continua a crescer aceleradamente. Os EUA, por seu lado, tiveram, nos últimos meses, muitos bons resultados tanto na continuidade do crescimento do produto interno como a expansão das exportações.

O relatório divulgado pelo GATT no começo de agosto, a respeito do comércio internacional de 1987-88 mostra claramente como o desempenho dos países industrializados no período após-"crash" de outubro, foi inesperadamente superior ao da fase anterior. Em 5 dos 7 maiores países industriais, o crescimento do PIB de outubro a dezembro de 87 foi maior do que entre outubro-dezembro de 86. Da mesma forma, em 5 desses países, o aumento da produção industrial de janeiro a março de 88 superou o incremento no mesmo período de 87.

| Países | PIB Real | | Produção Industrial | |
|---|---|---|---|---|
| | Out./Dez. 1986 | Jan./Mar. 1987 | 1987 | 1988 |
| Japão | 2,5 | 7,5 | 6 | 13 |
| Canadá | 0 | 6,5 | 6,5 | 2 |
| Estados Unidos | 1,5 | 5 | 3 | 4 |
| Alemanha | –0,5 | 3 | –6 | 2 |
| Reino Unido | 12 | 4 | 3 | –3 |
| França | 1,5 | 2 | 1,5 | 4 |
| Itália | 1,5 | 2,5 | 1,5 | 13 |

Preocupa, entretanto, o ritmo lento com que se vem fazendo o ajuste dos desequilíbrios entre as três maiores economias industrializadas, estimando o FMI que não haverá provavelmente nesses desequelíbriós, oscilações maiores do que 1% do PIB. Assim, em 1989, o déficit da balança de pagamentos dos EUA seria ainda da ordem de US$ 130 bilhões (2,5% do PIB), enquanto os superávits da Alemanha (US$ 40 bilhões) e do Japão (US$ 75-80 bilhões) se situariam em 3% e 3,5%, respectivamente.

Nesse quadro precário e sujeito a todo tipo de turbulência, como se comportará a variável do comércio, tão sensível às oscilações derivadas do desbalanceamento da economia mundial?

*Poderá o comércio manter seu papel dinamizador?*

Um aspecto notável da etapa gloriosa da economia internacional é que o comércio cresceu sempre a taxas acentuadamente mais altas do que as do aumento do produto, tendência que se manteve mesmo na fase de expansão mais lenta.

Assim, no período de 65 a 73, enquanto o produto mundial aumentava à taxa de 5,3% ao ano, o comércio se expandia à velocidade vertiginosa de 9,3%, quatro pontos acima do crescimento da economia. Entre 74 e 80, a taxa do produto cai para 3,2% e a do comércio para 4,6%. De 81 a 85, essas cifras são, respectivamente, de 2,7% e 3,1% e, no período mais longo, de 74 a 85, elas se fixam em 3% e 4%.

Esses números indicam evidentemente que o comércio foi, ao mesmo tempo, uma causa motora e uma conseqüência do crescimento econômico. Sua expansão mais veloz do que a produção se traduziu, é claro, numa acentuação do grau de interdependência da economia global e reflete a circunstância de que alguns países aumentaram muito mais do que outros sua participação nas trocas comerciais.

Na recente análise do comércio internacional de 1987/88, cujas primeiras duas partes acabam de ser divulgadas pelo GATT, verifica-se que a taxa de expansão do volume do comércio de mercadorias no ano passado foi de 5%, desempenho que se deverá repetir no corrente ano, com base nas projeções dos resultados do primeiro semestre. Dessa forma, por três anos consecutivos (86, 87, 88), o comércio mundial estaria mais uma vez demonstrando sua capacidade de expandir-se a dois pontos percentuais acima da taxa do produto, próximo portanto da média dos bons tempos.

O índice atual se aproximaria também da meta fixada para o aumento do comércio até o fim do século no cenário mais otimista das simulações da Comissão Econômica para a Europa (6%).

Preocupa, entretanto, o ritmo lento com que se vem fazendo o ajuste dos desequilíbrios entre as três maiores economias industrializadas, estimando o FMI que não haverá provavelmente nesses desequilíbrios, oscilações maiores do que 1% do PIB. Assim, em 1989, o déficit da balança de pagamentos dos EUA seria ainda da ordem de US$ 130 bilhões (2,5% do PIB), enquanto os superávits da Alemanha (USRR 40 bilhões) e do *Japão (US$ 75-80 bilhões) se situariam em 3% e 3,5% do PIB, respectivamente.*

Nesse quadro precário e sujeito a todo tipo de turbulência, como se comportará a variável do comércio, tão sensível às oscilações derivadas do desbalanceamento da economia mundial?

*Poderá o comércio manter seu papel dinamizador?*

Um aspecto notável da etapa gloriosa da economia internacional é que o comércio cresceu sempre a taxas acentuadamente mais altas do que as do aumento do produto, tendência que se manteve mesmo na fase de expansão mais lenta.

Assim, no período de 65 a 73, enquanto o produto mundial aumentava à taxa de 5,3% ao ano, o comércio se expandia à velocidade vertiginosa de 9,3%, quatro pontos acima do crescimento da economia. Entre 74 e 80, a taxa do produto cai para 3,2% e a do comércio para 4,6%. De 81 a 85, essas cifras são, respectivamente, de 2,7% e 3,1% e, no período mais longo, de 74 a 85, elas se fixam em 3% e 4%.

Esses números indicam evidentemente que o comércio foi, ao mesmo tempo, uma causa motora e uma conseqüência do crescimento econômico. Sua expansão mais veloz do que a produção se traduziu, é claro, numa acentuação do grau de interdependência da economia global e reflete a circunstância de que alguns países aumentaram muito mais do que outros sua participação nas trocas comerciais.

Na recente análise do comércio internacional de 1987/88, cujas primeiras duas partes acabam de ser divulgadas pelo GATT, verifica-se que a taxa de expansão do volume do comércio de mercadorias no ano passado foi de 5%, desempenho que se deverá repetir no corrente ano, com base nas projeções dos resultados do primeiro semestre. Dessa forma, por três anos consecutivos (86, 87, 88), o comércio mundial estaria mais uma vez demonstrando sua capacidade de expandir-se a dois pontos percentuais acima da taxa do produto, próximo portanto da média dos bons tempos.

O índice atual se aproximaria também da meta fixada para o aumento do comércio até o fim do século no cenário mais otimista das simulações da Comissão Econômica para a Europa (6%).

Ao menos nos três últimos anos, o sistema comercial se mostraria, assim, razoavelmente à altura das expectativas quanto a seu papel de acomodar os parceiros empenhados em dinamizar suas economias através da integração ao mercado mundial.

Para manter-se fiel èssa função, o sistema deverá, porém, superar dois tipos de ameaças, o primeiro dos problemas exógenos ao sistema (a solução dos desequilíbrios macroeconômicos, da dívida dos países em desenvolvimento, da instabilidade monetária, etc.) e o segundo constituído pelo perigo intrínseco da escalada do neoprotecionismo.

*A escalada das muralhas protecionistas* — Se não se pode esperar do GATT mais do que um papel modesto na tentativa de agir sobre o meio ambiente econômico internacional, em troca é razoável exigir que ele se mostre muito mais eficaz em imunizar-se contra o

tumor insidioso que o vem roendo por dentro. A proliferação da ofensiva protecionista se faz em duas direções: a das medidas e restrições não-tarifárias que se multiplicam desde os anos 70 e a crescente tendência ao unilateralismo e ao bilateralismo.

Uma das mais indiscutíveis contribuições do GATT ao sistema mundial do comércio foi a notável redução das barreiras tarifárias em sete sucessivas rodadas de negociações que permitiram derrubar o nível geral das tarifas de mais de 40% no fim da Guerra a uma média atual que se situa, para os países desenvolvidos, entre 2,8% para o Japão e 4,4-4,7% para os EUA e CEE, embora ainda permaneçam picos tarifários exagerados.

Infelizmente, a partir de 1974 e, sobretudo, 1980, as tarifas foram sendo cada vez mais substituídas por muralhas de maior contundência como as Barreiras Não-tarifárias (NTBs), tais como as Restrições Voluntárias de Exportação (VERs) e as quotas de importação; das primeiras já existiam em fins de 1986 mais de 90. Essas barreiras vieram reforçar as restrições que nunca deixaram de pesar sobre alguns setores particularmente refratários à liberalização como a agricultura, os têxteis, onde o Acordo de Multifibras constitui grave exceção às regras do GATT, os artigos de couro, aços, automóveis, produtos eletrônicos, etc.

Chegou a tal extremo a multiplicação dessas medidas que o Banco Mundial calculou que a proporção de itens controlados por barreiras não-tarifárias em países desenvolvidos é atualmente equivalente à parcela de produtos beneficiários de cortes tarifários na Rodada Tóquio. Entre 81 e 86, a freqüência no uso de tais barreiras aumentou de 16% nos países industrializados, tendo sido de 23% a alta nos EUA, 21% no Canadá e de 18% na CEE. Seu impacto é especialmente sensível no caso dos países em desenvolvimento, cujas exportações para os industrializados são por elas alteradas numa proporção de 21% contra 16% apenas para o comércio entre países desenvolvidos.

Estimativas do custo do protecionismo dos desenvolvidos contra os países em desenvolvimento variam de 2,5% a 9% do PIB destes últimos, enquanto para as nações industrializadas o custo de sua própria proteção oscilaria entre 0,3% e 0,5% do PIB. Alguns exemplos individuais são, contudo, estridentes. Na Inglaterra, por exemplo, em 1983, o custo de manutenção de um emprego na indústria automobilística a equivalia a. 4 vezes o salário industrial médio. Nos Estados Unidos, por outro lado, os subsídios diretos à agricultura montavam, em 1987, a cerca de US$ 25 bilhões, ou seja, 17% do déficit orçamentário federal (Dados do "World Development Report", do Banco Mundial, 1988, pg. 16).

Não só não se vê sinais de reversão nessa lamentável tendência como se alastra a erosão do sistema multilateral de comércio através do recurso cada vez maior ao unilateralismo ou bilateralismo. Do primeiro, um exemplo eloqüente é a Lei de Comércio dos EUA, tanto na sua versão de 1974 como na de 1988, ambas dando ou impondo ao Executivo poderes unilaterais de retaliação de que, entre outros, o Brasil tem sentido o injusto impacto. Ao mesmo tempo, a tentação de fragmentar o sistema em blocos mais ou menos fechados faz temer os efeitos demolidores que possam eventualmente ter em 1992 a adoção definitiva do Mercado Comum Europeu, assim como o Acordo de Livre Comércio entre os EUA e o Canadá e o plano de estendê-lo ao México até constituir uma área comercial de toda a América do Norte, sem mencionar projetos mais incipientes como o de um possível acordo entre o Japão e os países neo-industrializados da Ásia ou mesmo de um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Japão.

É verdade que a diversidade da natureza e dos graus de integração desses intentos e a circunstância de, na maioria dos casos, temer-se mais a intenção justa ou injustamente

suspeitada de que decisões concretas, obriga a cena circunspecção na avaliação de seu eventual dano. Diga-se de passagem que a suspicácia é freqüentemente alimentada pela deliberada ambigüidade de fórmulas vagas com que as autoridades européias se referem ao assunto, dizendo, por exemplo, que a "Europa unida não será nem uma fortaleza, nem um coador" ("passoire" no original francês). Ou as insinuações de cobranças futuras de "reciprocidade setorial" ou outras exigências de concessões não-especificadas para possibilitar aos demais parceiros o acesso ao mercado comum ampliado.

Seja como for, se o pior no todo ou em parte se confirmar, dois gêneros de conseqüências poderiam complicar substancialmente as perspectivas futuras. Para o sistema multilateral como um todo, o risco maior seria o triunfo despudorado da discriminação e da seletividade, anátemas para o Acordo geral e o retorno às zonas exclusivas dos anos 30, como os famosos "acordos dos marcos de compensação" da Alemanha nazista, aos quais até o Brasil sucumbiu. Não seria demais lembrar a propósito que, em parte devido a isso, em parte como efeito da depressão e da guerra tarifária, a queda do volume do comércio foi, naquela época, de 25%, quatro vezes maior do que em 1975, o pior ano comercial desde o fim da 2ª Guerra (em valor, a baixa do comércio foi de 40%, de 1929 a 1932).

Para o Brasil, viria somar-se a isso o perigo muito real do isolamento, cabendo lembrar, levando em conta a associação de quase toda a África e o Caribe à CEE, que os diferentes projetos citados cobrem praticamente todas as grandes regiões do globo, exceto a América do Sul, a cujos dirigentes só restaria o recurso de dar finalmente realidade à desgastada retórica da integração.

*A Rodada Uruguai e a reação antiprotecionista* — A contra-ofensiva do GATT essas ameaças tomou sobretudo a forma do lançamento, em setembro de 1986, em Punta Del Este, da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais. Com duração prevista de 4 anos e abarcando nada menos do que 25 Grupos Negociadores, a Rodada Uruguai é de longe o mais ambicioso designio em toda a História da organização tanto em extensão, como em amplitude e complexidade temática.

Percorrido até agora quase metade do caminho, os juízos sobre suas chances de êxito são mitigados. De um lado, ficam os desenvolvidos que privilegiam o tratamento dos assuntos definidores do futuro da economia mundial (serviços, propriedade intelectual e tecnologia, investimentos), relegando a uma benigna negligência a proscrição das medidas de área cinzenta e outros muitos abusos e agressões por eles perpetrados durante mais de quinze anos.

No outro extremo, encontram-se os países em desenvolvimento, que reclamam atenção prioritária para reparar os desgastes e abalos do neoprotecionismo, obediência aos compromissos do "stand-still" e "rollback" assumidos em Punta del Este, adoção de uma disciplina em salvaguardas capaz de inibir violações futuras, atenção aos produtos tropicais, aos têxteis, em certos casos à agricultura. No fundo, seria preciso restaurar as fundações abaladas e os muros em ruínas antes de querer adicionar andares novos ao edifício. Para os países em desenvolvimento, ceder às exigências dos industrializados em sua forma mais extrema, equivaleria a produzir uma Nova Ordem Econômica às avessas, uma caricatura da reforma da economia mundial que perpetuaria e institucionalizaria as intoleráveis deformidades atuais.

Desse entrechoque de interesses contraditórios tingidos pela inevitável contaminação ideológica, é possível que finalmente surja algum meio-termo bem ao gosto e na tradição pragmática e pouco rigorosa do GATT. Linha mediana que contorne os espectros

mais extremos evocados acima sem por isso adotar na prática a litania do livre comércio, de uso obrigatório na liturgia gatteana, mais para exorcizar os demônios do protecionismo que para guiar a conduta real dos países. Esse tipo de compromisso de evitar o pior sem escolher o melhor, é tanto mais plausível que não tem sido outra a orientação acomodatícia que foi capaz de assegurar há décadas a sobrevivência do sistema, é verdade que a níveis cada vez menos satisfatórios de desempenho.

*A exacerbação da competição* — Se é arriscado tentar visualizar a configuração que há de tomar no futuro o sistema comercial, é muito menos duvidoso avançar que a competição será cada vez mais intensa e implacável. Conduzem a esse resultado o ritmo pressumivelmente mais lento da expansão, a defesa intransigente de suas cotas por parte dos beneficiários atuais do sistema e a agressividade com que se lançam à conquista de um mercado menos dinâmico países como os novos e novíssimos industrializados da Ásia, a China e, mais adiante, a URSS e países do Leste.

Na sua visão idealizada do comércio, Rosecrance vê a competição mercantil, não como um jogo de soma zero no qual um ganha e outro perde (as guerras, por exemplo), mas como um jogo de soma diferente de zero, onde todos em princípio podem ganhar alguma coisa. Muitos achariam ingênua uma abordagem que ignora as teses da teoria da dependência sobre a espoliação da periferia pelo centro através do mecanismo da deterioração dos termos de intercâmbio, tantas vezes desfavoráveis a nossos interesses em décadas recentes. Sem entrar nesse debate, convém lembrar que, mesmo na concepção de Rosecrance, alguns acabarão ganhando muito mais do que outros.

O que nos leva à constatação óbvia de que o sistema mundial de comércio se caracteriza pela desigualdade e a assimetria, transparentes nas análises do citado relatório do GATT, que projetam o seguinte quadro:

— os desenvolvidos respondem por 70% das importações mundiais de manufaturas;

— a Europa Ocidental e a Ásia representam dois terços das exportações de mercadorias; o valor em dólares das exportações dessas duas áreas aumentou de 20% em 1987;

— a Ásia é a mais dinâmica região exportadora, com um aumento de 70% no valor de suas exportações de 1987, em comparação com o nível de 1980 (contra uma média de 25% para o resto do mundo);

— os dez maiores exportadores são, pela ordem:

**Exportações em 1987 (valores em bilhões de dólares)**

| Países | Valor | Porcentagem |
|---|---|---|
| Alemanha | 294 | 11,9 |
| Estados Unidos | 253 | 10,2 |
| Japão | 231 | 9,3 |
| França | 148 | 6,0 |
| Reino Unido | 131 | 5,3 |
| Itália | 116 | 4,7 |
| URSS | 108 | 4,4 |
| Canadá | 97 | 3,9 |
| Países Baixos | 92 | 3,7 |
| Bélgica-Luxemburgo | 84 | 3,4 |

— os primeiros países em desenvolvimento a aparecer na lista ocupam os 11º 12º e 13º lugares e são, respectivamente:

| | | |
|---|---|---|
| Taiwan | 54 | 2,2 |
| Hong Kong | 48 | 2,0 |
| Coréia do Sul | 47 | 1,9 |

— desde 1980, a porcentagem dos países em desenvolvimento no total das exportações tem declinado (é hoje menos de 20%, incluindo petróleo), embora no ano passado, pela primeira vez em 7 anos, essa porcentagem tenha aumentado;

— o intercâmbio entre países em desenvolvimento constitui, em 1987, apenas 4,9% do total (5,6% correspondem ao comércio interno entre países do Leste); de 81 a 86, o comércio entre países em desenvolvimento diminuiu constantemente (em 86 havia encolhido de mais de 25% em relação a 81);

— o desempenho da América Latina em matéria de exportação foi dos mais medíocres, superando apenas a África: contra a média de crescimento mundial em valor de 3% para o período 80-87 e de 16,5% para 87, a América Latina apresentou as cifras de —7 e de 8% respectivamente;

— o Brasil, apesar de estar entre as 10 maiores economias de mercado, não figura entre os primeiros 20 exportadores; quando se considera, porém, o aumento em valor do comércio de mercadorias de 70 a 87, de 82 a 87 e 86-87, o Brasil ocupa o 19º lugar com cifras de 10,9%, para o primeiro período, —4,7, para o segundo e 6,6 para o terceiro.

Nesse quadro de intensificação da competição e de encolhimento dos benefícios, faria ainda sentido para o Brasil considerar o comércio internacional como um dos fatores da retomada de seu desenvolvimento e, em caso positivo, quais seriam, realisticamente, as possibilidades de êxito, à luz do desempenho passado e das condições presentes e futuras?

## III. O BRASIL E O COMÉRCIO MUNDIAL

Embora tenha figurado, em 1947, entre os seletos 31 fundadores do clube do GATT, naquele momento e por longos anos a seguir, o Brasil participou de forma modesta na evolução do comércio internacional.

Enquanto a Europa conhecia, entre os anos 46 e 54, um salto de mais de 50% nas exportações, as vendas brasileiras ao exterior em 1960 (US$ 1269 milhões) eram menores do que dez anos antes, em 1950 (US$ 1355 milhões). As oscilações foram constantes durante a década de 50, entre um máximo em 1951 (US$ 1769 milhões) e um mínimo em 1958 (US$ 1243 milhões). O principal culpado por isso foi o café, responsável na época por mais de 60% das exportações nacionais e que, após ultrapassar US$ 1 bilhão em 1951, 52, 53 (anos da Guerra da Coréia) e 56, mergulhou, em 1962, a US$ 642 milhões (dados do excelente trabalho de Pedro Sampaio Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil", 1945-1964, cap. 11 de "O Brasil Republicano", História da Civilização Brasileira, pg. 80). Em fins da década de 50, era generalizado entre economistas brasileiros e ceticismo com que se encarava a possibilidade de vir o Brasil a atingir a marca de US$ 2 bilhões em exportações.

No estudo "Obstacles to Brazilian Export Growth and the Present Multilateral Trade Negotiations", que combina de forma notável e sempre iluminadora a História Econômica e a rigorosa análise de interrelação atual entre a economia do Brasil e a

mundial, Marcelo de Paiva Abreu e Winston Fritsch retraçam o impressionante processo de expansão das exportações brasileiras a partir da introdução, em meados da década de 60, de novas políticas macroeconômicas e de políticas específicas de promoção das vendas. Assim, entre 1964 e 1985, o volume das exportações cresceu a uma média anual de 9,5% e o valor a 14,7% (como proporção do PIB, as exportações atingiram 7,7% em 1973, estiveram acima de 6,3% até 1979 e chegaram a um pico de 12,8% em 1984).

Dentro desse movimento geral, merece um capítulo à parte a expansão das vendas externas de manufaturados, que partem de uma participação nas exportações globais de 5,3% em 1964 para alcançar 41,6% em 1983 e cerca de 60% atualmente. O volume dessas vendas aumentou uma taxa de 17,3% e o valor a 25,6% ao ano, desempenho que, salvo entre 81 e 83, superou sempre a média do incremento mundial e o dos países em desenvolvimento (todos esses dados são emprestados do citado trabalho de Abreu e Fritsch, ao qual remeto os interessados num tratamento científico do tema).

Apenas para carregar no contraste, vale lembrar que, após chegar a responder por 73% das exportações brasileiras em 1953, o café não representa, 30 anos mais tarde, nem sequer 10% dessas vendas.

A acentuação das dificuldades econômicas brasileiras explica um comportamento mais errático do comércio exterior nos últimos anos, com um recorde de exportações em 1984 (US$ 27,5 bilhões), a brusca contração devida ao Plano Cruzado, em 1986 e a recuperação, no ano passado, de um saldo comercial de mais de US$ 11 bilhões.

No corrente ano, estamos assistindo à exacerbação de uma aparente incongruência que já se desenhava desde o anterior. Num panorama econômico depressivo, no qual, salvo a produção agrícola, todos os índices, inflação, queda do produto industrial, baixa da taxa de poupança e de investimento, emitem sinais inquietantes, somente as exportações aparecem como solitária e brilhante estrela. Com a perspectiva de, pela primeira vez, dobrarem o cabo dos US$ 30 bilhões e gerarem um embaraçoso saldo de US$ 15 ou até US$ 16 bilhões, as vendas ao exterior refletem, é certo, a retração do nível geral da atividade econômica. Não deixam, todavia, de constituir não só uma válvula de escoamento da produção industrial como, e mais importante, a confirmação da capacidade do comércio exterior brasileiro de desempenhar, mesmo na adversidade, um papel dinâmico que se poderá revelar decisivo para a retomada dc desenvolvimento em condições mais favoráveis.

Essa capacidade de reagir com rapidez e flexibilidade à mudança súbita de circunstâncias, conforme ocorreu na brilhante recuperação do saldo entre 1986 e 1987, não é, porém, nem pode ser, uma variável independente do comportamento global da economia. Se a estagnação produtiva e a paralisia dos investimentos se prolongarem por algum tempo, em breve não se disporá nem de excedente exportável de uma produção cuja competitividade em termos de preço ou qualidade tende de qualquer maneira a degradar-se.

Da mesma forma que o comércio internacional não pode aspirar a mais que um papel limitado na conformação do meio ambiente econômico global, o comércio exterior brasileiro não terá salvação isoladamente do destino da economia nacional, a cujas perspectivas de desenvolvimento está indissoluvelmente ligado.

Eis-nos, assim, de novo projetados ao coração do debate que já se vem tornando justificadamente a obsessão brasileira de nossos dias: a de saber se temos condições de voltar a crescer.

*Em busca do desenvolvimento perdido* — De todas as provas a que não cessa de submeter-nos a História recente, nenhuma talvez tenha sido tão dura como a destruição da

generalizada e ingênua certeza interior de que a capacidade para o desenvolvimento era um dado imutável da circunstância nacional, uma propensão tão natural e espontânea como o gosto pelo futebol ou pela praia.

Ninguém contribuiu tanto como Juscelino Kubistchek para fazer da paixão material pelo desenvolvimento uma espécie de ideologia nacional acima das facções, único denominador comum capaz de unir os brasileiros de todas as tendências. Foi logo após o final do seu Governo, contudo, que o país se descobriria perplexo e desamparado em meio à grande crise de crescimento, a que se foi progressivamente agravando de 1961 a 1965.

Uma geração mais tarde, nos encontramos de novo como personagens de "O Anjo Exterminador" de Buñuel, tolhidos e misteriosamente incapazes de transpor a porta aberta que nos separa de um desenvolvimento não mais por espasmos mas estável e auto-sustentado.

E, no entanto, não era sem boas razões que começávamos a superar o pessimismo fatalista, a descrença no potencial de nosso povo, que volta e meia se manifesta nas elites do século XIX ou num livro como o "Retrato do Brasil", de Paulo Prado.

Com efeito, Angus Maddison, cuja ausência a este seminário é tão sentida por todos nós, concluía em estudo recente, ("World Economic Performance Since 1870") que, numa comparação de 10 economias representativas, as 5 principais da OCDE (EUA, Alemanha, Japão, França e Reino Unido) e as 5 maiores de fora da OCDE (URSS, China, Índia, México e Brasil, a de melhor desempenho durante os 117 longos anos que separa 1870 (fim da Guerra do Paraguai) de 1987 tinham sido a brasileira, com uma média anual de 4,4% (em termos per capita, o maior crescimento foi do Japão, com 2,7%, vindo o Brasil em segundo lugar, com 2,1%).

Outras medições apontam na mesma direção. Há pouco, por exemplo, Ignácio Rangel recordava que, entre 1938 e 1980, a produção industrial aumentou 26 vezes no Brasil, contra apenas 14 no Japão.

Por sua vez, o trabalho do BNDES sobre os cenários da economia brasileira na próxima década indicava que, no período do após-guerra, o Brasil tinha vivido dois ciclos de expansão acelerada, de cerca de 14 anos de duração cada, o primeiro de 1948 a 1961, com uma taxa média de crescimento anual de 7,1% e o segundo de 1967 a 1980, com a média de 8,3%.

A qualidade desses resultados e o período mais do que secular pelo qual se estenderam mostram que não era infundado o nosso otimismo. Ao mesmo tempo, tornam mais chocante o contraste com o fracasso do desempenho na década de 80, vividamente descrito por Rogério Furquim Werneck em "A Longa Transição dos Anos 80" (Carta Econômica ANBID, ano VII – março 1988).

*A travessa do deserto da década de 80* – Após mencionar que de 1910 a 1980 a economia brasileira cresceu consistentemente a uma média de 7% ao ano, o autor realça a estabilidade do período, pois só em 6 dos 40 anos a taxa caiu a menos de 4%: 1942 (único em que se registrou queda do produto), 1947; 1956 e 1963-65.

Em 4 décadas, o PIB real foi multiplicado por 15 e o PIB por habitante por 5 vezes (4,2% ao ano), apesar de a população ter quase triplicado. Em dólares de 1987, transformou-se uma economia com produto por habitante de US$ 350 em uma economia de US$ 2100 per capita.

Em contraste, de 1981 a 1987, o crescimento do PIB foi de apenas 2,8% ao ano. Em 4 dos 7 anos, o aumento foi menor que 4% e em 2 houve quedas expressivas do PIB. Em termos por habitante, o crescimento do produto foi de pouco mais de 0,6%. Se a

desaceleração do crescimento dos anos 80 pudesse ter sido evitada e mantida a taxa histórica de 7% ao ano, o PIB de 1987 teria alcançado US$ 415 bilhões e não US$ 313 (diferença de cerca de US$ 100 bilhões) e o produto por habitante US$ 2900 e não US$ 2200 (US$ 700 a mais).

Um dos cálculos mais sugestivos de Rogério Werneck é relativo ao que teria acontecido se a taxa histórica de 7% pudesse ter sido preservada nas décadas de 80 a 90, o que dá como resultado que o PIB chegaria no ano 2000 a US$ 1000 bilhões, um quarto da economia americana; o produto por habitante seria de US$ 5600, equivalente aos países menos avançados da CEE (Espanha, Grécia, Irlanda).

A diferença em relação a um cenário mais modesto (crescimento de 3% em 1988, de 4,5% em 1989, de 6% em 1990 e de 7% de 1991 a 2000, ou seja, um PIB de US$ 700 bilhões no ano 2000) seria de US$ 300 bilhões. Em conclusão, mesmo na hipótese otimista de uma duvidosa recuperação como a do segundo cenário, a perda irrecuperável provocada pela oportunidade perdida dos anos 80 equivaleria ao total da produção de bens e serviços da economia brasileira no ano passado (todos esses dados são reproduzidos do trabalho citado acima).

Tendo já copiado tão extensamente esse estudo conciso e contundente, gostaria igualmente de transcrever trechos de sua conclusão, que partilho inteiramente:

"Esta prolongada transição vem levando a uma crescente descrença na viabilidade do projeto de crescimento da economia brasileira... (e) conduzido ao argumento de que o crescimento... de 7% tornou-se uma coisa do passado, e que... a sociedade brasileira terá que se contentar com uma expansão muito mais lenta da economia. É importante lembrar... que a retomada do crescimento à taxa histórica... não é uma questão de escolha mas um requisito de estabilidade social no Brasil... (pois) a absorção dos novos contingentes... no mercado de trabalho ainda requer uma expansão do emprego a uma taxa de cerca de 3,5% ao ano... (o que) pressupõe um crescimento do PIB ao dobro desta taxa. Em segundo lugar, não há em princípio qualquer razão estrutural que possa sustentar a conclusão de que a retomada da taxa histórica de crescimento da economia brasileira ao longo dos próximos anos se tenha tornado necessariamente inviável" (artigo citado, pág. 2).

Não é este o lugar para discutir as causas dessa situação ou seus remédios. Tendo, porém, em vista nosso objetivo de explorar o possível papel do comércio como um dos instrumentos da retomada do desenvolvimento, seria útil dispor de alguma perspectiva comparativa.

*Que lições tirar da experiência dos países de crescimento rápido?*

O "Estudo Econômico Mundial 1987", da Organização das Nações Unidas dedica toda uma seção aos países em desenvolvimento de crescimento rápido no decênio de 1980 e verifica, em primeiro lugar, que o número de êxitos é cada vez menor. Adotando como critério definidor do crescimento rápido uma taxa média anual de aumento do PIB de 4,5% ou mais e de 2,5%, no mínimo, de incremento per capita, o estudo só conseguiu, nos anos 80, contar 14 países contra 32 da década anterior (o Brasil é um dos que não conseguiram manter-se na lista).

O grupo ainda se estreita mais, quando se considera os que tiveram bom desempenho nas 2 décadas, reduzidos aos seguintes oito, todos asiáticos: Hong Kong, Coréia, Cingapura (o 4º dragão, Taiwan, não é incluído, por motivos políticos, no estudo da ONU), Malásia, Tailândia, Paquistão, China e Omã. Desse elenco, dois (Omã e Malásia) são exportadores líquidos de energia e os demais são importadores. Na relação dos anos 70

figuravam 8 latino-americanos, todos vítimas da crise da dívida e desaparecidos do cômputo atual: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Paraguai e República Dominicana.

Ao examinar o comportamento das economias mais bem-sucedidas, o relatório identifica as seguintes características:

— *Agricultura:* exceto nos casos especiais de Hong Kong e Cingapura, em todos os países de crescimento rápido importadores de energia (PCR), a produção agrícola aumentou em cerca de 4%, comparados à média de 2% dos demais;

— *coeficiente de investimentos:* os PCR, tanto importadores como exportadores de energia, tiveram índice de investimento em relação ao PIB bem mais elevados do que os outros; na primeira categoria, a diferença foi de 26% contra 19,5% (o da China é de 30%);

— *poupança interna:* a taxa de poupança interna dos PCR importadores de energia foi de 21% e a dos exportadores de energia de 29%, em comparação com os magros 11% dos demais países em desenvolvimento (na China a taxa de poupança interna é praticamente igual à de investimento, 30%);

— *taxa de inflação:* é, na opinião dos autores do relatório, a diferença mais notável nos resultados macroeconômicos entre os países de crescimento rápido e os demais (11% contra 35%, em média);

— *capacidade de importação:* diminuiu nos países em desenvolvimento em geral, mas aumentou nos de crescimento rápido em uns 5,5% em volume;

— *gastos do serviço da dívida:* nos PCR importadores de energia (nos quais me concentrei por apresentarem maior semelhança com o caso brasileiro), os índices de endividamento eram menos graves do que nos países de mais lento crescimento. Assim, a relação dívida externa/PIB foi de 18% contra 28%; o serviço da dívida representou, no primeiro caso, 2,3% do PNB em contraste com os 6,5% dos demais no período 1980-1984;

— orientação da economia para as exportações: os PCR importadores de energia estavam, em geral, mais orientados para as exportações do que os demais, com uma participação das exportações no seu PIB da ordem de 41% contra 20% para os outros, assim como uma proporção de manufaturas nas vendas externas de 47%, em comparação com apenas 24% das nações de menor desempenho. Julga o estudo que o importante no exame dos resultados do crescimento não é a orientação para as exportações como tal, mas o caráter e a orientação e as oportunidades de comércio que tem uma economia aberta (maior porcentagem de manufaturados, maior diversificação nas exportações, mais capacidade de responder às mudanças de demanda mundial etc.).

O trabalho da ONU reconhece que os países grandes como a China, Índia, Indonésia e Brasil estão, em geral, menos orientados para a exportação, mas que seu desempenho foi muito diferente, com a China crescendo muito rapidamente e a Índia a um rítimo moderadamente alto, enquanto o Brasil e a Indonésia apresentaram resultados inferiores.

A conclusão relativa ao Brasil é que, retrospectivamente, "sua política de acumulação da dívida na década de 70 foi imprudente (pois) o elevado grau de sua orientação para as finanças internacionais, não estava suficientemente apoiado pela orientação para a exportação de sua estrutura de produção".

*Pode (ou deve) o Brasil esperar algo do comércio internacional?*

Já vimos que raramente a parcela das exportações representou 10% do PIB brasileiro, embora isso possa de novo ocorrer neste ano de crescimento baixo ou nulo e de aumento das vendas externas. Nos dois sentidos, somadas exportações e importações, o peso do comércio exterior dentro da economia brasileira tem geralmente ficado abaixo

dos 20%, que é a média para os mais de 90 membros do GATT. Nosso coeficiente de importações em relação ao PIB, por outro lado, tem estado em 5 ou 6%, o que, descontadas as importações de petróleo (uns 3%) faz certamente de nossa economia uma das mais auto-sufucientes do mundo.

Não há, em princípio, nada de vergonhoso ou inédito num retrato que reflete, em parte, as vicissitudes históricas dentro das quais tivemos de crescer (guerras mundiais, depressão, deterioração de trocas, crise da dívida, etc) e, em parte, a imposição do próprio tamanho continental. Em debate de que participei, Antonio Barros de Castro assinalava que, até poucas décadas atrás, não era maior o coeficiente de importação dos Estados Unidos, os quais, como mostra Angus Maddison no trabalho acima citado, alcançaram a posição de liderança em termos de renda per capita entre 1870 e 1913, quando eram um país de tarifas altas.

Por que deveríamos então incomodar-nos em competir num mercado internacional cada vez mais difícil?

Por muito tempo ainda, não há dúvida de que o potencial de crescimento horizontal e extensivo de nosso mercado interno constituirá o principal motor do desenvolvimento brasileiro (Barros de Castro apontava, nesse mesmo debate, para a verdadeira voracidade de consumo com que a população brasileira reagiu à fugaz melhoria do seu poder aquisitivo durante o Plano Cruzado como demonstração desse potencial irrealizado). A concretização desse potencial depende, contudo, de desafios talvez mais difíceis do que os da competição nos mercados de fora, ao menos para os dirigentes brasileiros, incapazes até hoje de completar reformas como as implementadas pelos neo-industrializados da Ásia: reforma agrária rápida e eficaz, melhoria dos salários reais, solução dos problemas básicos de educação e saúde, maior equilíbrio na distribuição da riqueza e da renda.

Além disso, a autarquia, a auto-suficiência, a edificação do desenvolvimento num só país, encontram-se em fase de maré baixa histórica, como o demonstram os dois protótipos por excelência desse tipo de abordagem, a China e União Soviética, nos quais seria temerário afirmar que se acham saturadas as possibilidades internas de consumo de produtos industriais e agrícolas.

Outras razões para reservar ao comércio um papel não absoluto ou exagerado, mas razoável na estratégia do desenvolvimento, são tão óbvias que parece perda de tempo repeti-las: válvula de segurança para momentos em que fraqueja a atividade econômica doméstica (como aconteceu no Brasil, de 1981 e 1985, e está voltando a suceder este ano); criação dos tão-necessitados empregos; pressão para a introdução de melhores padrões tecnológicos e, de maneira geral, de mais rigoroso controle de qualidade dos produtos; recurso para combater altas exageradas de preços; proteção do consumidor contra cartórios e monopólios industriais internos; meio de correção de abusos criados pela falta de competição e de eliminação de ineficiências responsáveis pela baixa produtividade da economia em geral; geração de divisas para pagar as importações de petróleo e equipamentos para modernizar o setor industrial, etc.

Se tudo isso não bastasse, o julgamento do relatório da ONU sobre a imprudência, no caso brasileiro, de uma política de acumulação da dívida insuficientemente apoiada numa estrutura produtiva voltada para as exportações serve para recordar-nos nova e imperativa razão.

*O constrangimento da dívida externa* — Ainda que a estratégia de normalização das relações financeiras do Brasil, tão bem concebida, e em tempo recorde implementada pelo Ministro Mailson da Nóbrega, dê todos os resultados esperados, teremos de conviver com

a inescapável necessidade de um serviço da dívida que, se o melhor acontecer, poderá baixar dos atuais URS 11-12 bilhões para algo em torno de US$ 8 bilhões (ou menos, se possível).

Supondo embutidos nessa redução os aportes das instituições multilaterais, dos créditos de exportação, dos investimentos estrangeiros, do Plano Nakason, dos bônus, etc. esses US$ 8 bilhões terão necessariamente de ser produzidos pelo comércio exterior.

Não preciso dizer que eu também, assim como, imagino, todos os presentes nesta sala, preferiria fôsse dado ao problema uma solução menos precária e mais duradoura. É fácil perceber que as estratégias atuais não resolvem definitivamente uma questão que se coloca, não tanto em termos de saber se somos ou não capazes de gerar excedentes comerciais, mas de eliminar a insuportável pressão sobre o déficit orçamentário da necessidade de financiar a aquisição pelo Governo, das divisas produzidas pelo setor exportador e o efeito debilitante das gigantescas transferências ao exterior.

Também nesse ponto, Angus Maddison fere a nota certa, ao sugerir que prévias experiências de dívida sugerem que o problema será resolvido por "delinquency", cujo sentido, embora não corresponda ao homônimo português, creio que todos entendem perfeitamente.

De passagem, não custa repetir que uma solução adequada para a crise do endividamento teria impacto altamente positivo na dinamização do comércio. O recente relatório do GATT estima, a propósito, que, no período de 1982 a 1987, registrou-se uma redução cumulativa das importações dos 15 países mais endividados da ordem de US$ 310 bilhões, praticamente o PIB brasileiro, dos quais um terço devido à baixa do preço do petróleo e dois terços atribuíveis ao problema do serviço da dívida (ver relatório, pág. 29).

Enquanto, porém, essa saída não se materializa, continuaremos a enfrentar o dilema de ou suspender o pagamento (a alternativa são as incessantes renegociações para cobrir as deficiências do saldo), ou fazer face ao serviço através das exportações. Teremos, todavia, capacidade para isso?

*Tem o Brasil condições de gerar saldos comerciais na medida requerida?*

Embora não possa rivalizar com a Coréia, que cresce a 12% (15% no primeiro trimestre do ano) e já conseguiu saldar antecipadamente US$ 10 bilhões do principal de sua dívida, o Brasil tem provado que é um dos poucos endividados aptos a gerarem saldos consistentemente altos durante períodos longos. Não é essa infelizmente a regra na América Latina, onde, como notava Norman Gall, alguns países incorporados no século passado à economia internacional através da exportação de minérios, estão sofrendo hoje o processo inverso de desalojamento dos mercados (onde, aparentemente, um dos únicos produtos em demanda é a cocaína...).

Em nosso caso, de acordo com conhecida tese de Antonio Barros de Castro, os pesados investimentos do final da década de 70 teriam criado a capacidade de gerar saldos estruturais, tanto pelo lado das exportações (diversificação no número de itens exportadores e de mercados de destino), como pelo das importações (baixa dependência externa devido ao grau de auto-suficiência).

Não parece, de fato, existir qualquer obstáculo estrutural e intransponível para que o Brasil continue a produzir saldos razoáveis, sobretudo se ocorrer o alívio visado pela presente estratégia financeira e desde, evidentemente, que se retomem os investimentos, se possível também com aportes de capital de risco de fora.

O efeito conjugado do alívio do serviço da dívida e da renovação dos fluxos financeiros, ao tornar necessários saldos cada vez menores possibilitaria expandir as impor-

tações, com vistas a atualizar tecnologicamente o parque produtivo nacional. Permitiria igualmente uma abertura saudável da economia ao exterior, como reclamam nossos parceiros e é nosso desejo, até hoje não-realizado devido a constrangimentos externos que escapam, na maioria das vezes, a nosso controle.

Na verdade, a economia brasileira dispõe de todos os pré-requisitos para alcançar um crescimento acentuado do comércio externo, tanto na variável das exportações como na das importações. Afinal, quando se pensa que a Coréia espera exportar este ano o dobro de nossas vendas ao exterior, as quais mal representam pouco mais de 1% do total *mundial (no qual a Bélgica detém 3,4% e a Suíça 1,8%), não soa exagerado ou irrealista* sustentar que o potencial de expansão do Brasil no mercado internacional ainda está longe do esgotamento.

Nem seria para tanto necessário que o país tentasse reproduzir a performance dos neo-industrializados da Ásia, para os quais o comércio exterior constitui elevada porcentagem do PIB e, em certos casos, como em Hong Kong ou Cingapura, chega perto de confundir-se com ele.

Com a vantagem de dispor, dentro de suas fronteiras, de um mercado de porte, com boas possibilidades de expansão, o Brasil não precisa aumentar sua dependência dos mercados externos até um nível excessivo, de forma a tornar-se imprudentemente vulnerável às oscilações da economia internacional.

Não se pode também, no outro extremo, privar-se dos influxos benéficos que lhe seria lícito esperar de uma abertura sensata e controlada às correntes internacionais, encerrando-se num isolamento gerador de obsolescência, de distorções e privilégios internos.

Refletindo a especificidade de suas condições, o país há de encontrar, entre os adeptos interesseiros ou sectários da autarquia e os defensores apressados da abertura escancarada e indiscriminada, o ponto de equilíbrio de seus interesses e de suas possibilidades.

Na suposição de que os desequilíbrios macroeconômicos e o neo-protecionismo não destruam o jogo normal da vida econômica, vejo, sobretudo, três problemas principais no rumo da meta de uma expansão comercial compatível com a escala da nossa economia: a exigência crescente de uma abertura às importações como condição de acesso a outros mercados, a necessidade de maior diversificação a fim de reduzir a vulnerabilidade a pressões e o desafio de permanecer competitivo num comércio cada vez mais exigente em matéria de sofisticação tecnológica.

*A abertura e as difíceis exigências*

Tendo deixado claro que não defendo uma abertura irresponsável, insensível aos legítimos interesses dos setores produtivos nacionais, não quero ocultar, entretanto, que os extremos de proteção a que muitas vezes fomos levados por circunstâncias internas e externas não me parecem sustentáveis por muito tempo.

Se até agora pudemos acumular saldos apreciáveis sem sofrer, no mesmo grau, as pressões aplicadas sobre a Coréia ou Taiwan, é apenas porque a realidade indiscutível do nosso endividamento nos cobre justificadamente com uma espécie de álibi, uma supensão de pena. Se, e na medida em que houver alívio real no serviço da dívida, nos defrontaremos com exigências maiores de reciprocidade para manter nossas posições em mercados alheios.

Convém lembrar, com efeito, que se os 4 NICs asiáticos respondem por 9% das exportações mundiais de manufaturas, eles absorvem igualmente 6% das importações.

Outro dado indicativo de que o sucesso asiático no comércio exterior se manifesta nas duas vias é que, embora os 10 maiores países em desenvolvimento da Ásia tenham em conjunto um PIB que é menos da metade do do Japão, suas importações somadas foram em 1987 de US$ 211 bilhões, comparados a um valor de US$ 151 bilhões para as japonesas.

O louvável desejo de proteger a economia nacional, não nos deve tornar cegos para o perigo de criar enclaves de privilégios com efeitos concentradores de renda e riqueza. É preciso que os partidos e setores nacionalistas, não percam de vista os interesses da maioria dos consumidores de baixa renda, desprovidos dos instrumentos e organizações de defesa e serviço de interesses setoriais.

Apenas para dar um exemplo, não é justo que a proteção ao triticultor nacional se faça pelo denominador comum dos menos eficientes, e que o preço de sustentação pago pelos consumidores mais pobres seja de US$ 185 a tonelada, quando, poucos meses atrás, o preço internacional estava em torno de US$ 110. Se a níveis mais razoáveis não logramos competir, qual é o sentido de uma meta absurda de auto-suficiência que não só sacrifica o consumidor como nos priva, ao fechar-nos o mercado, de um valioso meio de abrirmos às nossas exportações mercados de produtores tritícolas mais eficazes?

*O perigo da concentração de mercado*

O estudo de Abreu e Fritsch, anteriormente citado, proporciona dados impressionantes sobre a concentração de algumas exportações brasileiras em determinados mercados, especialmente o dos Estados Unidos, que, na fase recente de explosão das importações, acabou por voltar a representar mais de 27% das vendas brasileiras ao exterior.

O mercado americano, é hoje o principal destino para manufaturas brasileiras e absorveu, em 1985, mais de 85% das exportações de calçados, 28% de aço (1984), 41% de máquinas não-elétricas e 18,9% de equipamento de transporte.

Observam os autores do estudo, que a limitada importância do mercado japonês e a tendência declinante do da CEE desde 1973, são características com importantes implicações em matéria de política comercial (trabalho citado, pág. 12, 13).

Com efeito, a existência de um substancial superávit brasileiro no intercâmbio bilateral com os EUA, tem fornecido a setores daquele país um elemento permanente de pressão, ao permitir-lhes, ainda que unilateralmente e em violação das regras do GATT, ameaçar cortar o acesso de determinados setores de exportação brasileira ao mercado americano. Mesmo na hipótese da retaliação, é evidente, nesse jogo, que o país detentor do saldo é quem leva desvantagem, pois tem mais a perder.

Não é por outra razão que os norte-americanos têm empregado essa arma com êxito junto ao Japão, à Coréia, Taiwan e mesmo à CEE.

A fim de reduzir a vulnerabilidade, será, portanto, indispensável diversificar as exportações de forma mais equilibrada, reduzir a necessidade de saldos elevados e, caso se atenue a crise do endividamento, reabrir os mercados promissores que, até o início da década de 80, fomos capazes de conquistar na América Latina e nos países em desenvolvimento da África, Oriente Médio e Extremo Oriente.

Que não haja, porém, ilusão: teremos de constantemente exercitar a capacidade negociadora e quem diz negociação, diz compromisso, muitas vezes de penosa aceitação interna, dado o seu custo para um ou outro setor.

*O desafio tecnológico*

Não me estenderei muito neste item de importância evidente a ponto de dispensar o esforço de demonstrar o óbvio.

No estudo do GATT sobre o comércio internacional 1987-88, de presença freqüente neste texto, encontram-se duas observações que falam por si mesmas. A primeira é que o volume do comércio, em produtos eletrônicos (atualmente 12% do comércio de manufaturas), cresceu duas vezes mais do que o intercâmbio mundial de manufaturados no ano passado. A segunda é que, em contraste, o volume do comércio de aço (5% do total) declinou moderadamente.

No começo deste ano, as exportações coreanas de aparelhos de vídeo estavam aumentando de 42% em relação ao ano passado, as de maquinária no mesmo índice e as de produtos químicos em 63%.

Esses exemplos indicam, com a eloqüência dos fatos, que, ao contrário das áreas tradicionais em declínio, é nos setores de tecnologia avançada que tende a concentrar-se o dinamismo do comércio internacional.

Em alguns desses domínios, a orientação seguida entre nós visou mais à reserva do mercado interno do que à criação de capacidade exportadora, objetivo aparentemente longínquo, dada a elevada estrutura dos custos internos. Pondo de lado preconceitos, não seria o caso de procurarmos serenamente examinar se a política industrial adotada nesses campos é a mais apta para construir uma indústria eficiente, autônoma e competitiva?

No longo prazo, será impossível ao Brasil mesmo manter, para não falar em aumentar, sua participação no mercado internacional de manufaturados, se não tomarmos logo a decisão de traduzir em fatos a prioridade retórica que conferimos no discurso oficial, à reforma da educação e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento da tecnologia.

*Conclusões*

Embora ao alcance de nossas forças, o caminho será difícil, exigindo a cada passo inventividade, coragem, disposição de mudar.

Este fim de século já está sendo um dos períodos de mais profundas transformações no sistema político e econômico de toda a História, de deslocamentos e reajustes que não deixarão indiferente uma só vida no planeta.

Se durar, distensão entre os blocos abre perspectivas ilimitadas. Pode até viabilizar e completar, no plano estratégico e de defesa, um genuíno multipolarismo.

Compreende-se que, na visão convencional de um Henry Kissinger, isso conduza desejavelmente a uma Pentarquia, isto é, uma renovação da Balança de Poder do passado. Seria, desta vez, um Concerto mundial, onde os Estados Unidos, a Europa mais ou menos integrada, o Japão, a União Soviética, a China, repartiriam as decisões, as responsabilidades e, presumivelmente, os benefícios do governo do mundo.

Contra essa tendência dos fatos, haverá que reafirmar uma vez mais o ideal de um autêntico sistema internacional, onde as notas características sejam a universalidade da participação, a democratização das decisões e a distribuição dos benefícios.

Se a correção dos desequilíbrios macroeconômicos se efetuar com êxito, nada impede o retorno gradual a um crescimento mais satisfatório e a um mercado mundial dinâmico e planetário, capaz de acomodar e integrar a URSS pós-"perestroika", a China modernizada e um Terceiro Mundo reconciliado com o desenvolvimento.

Prevaleça esse cenário ou, o mais plausível, um quadro onde se misturem luzes e sombras, a nenhum país estará garantida a sobrevivência ou a participação se não souber acompanhar as mudanças.

O Brasil, a partir dos anos 30, a América Latina, dos 50, souberam captar no ar os sinais das mutações trazidas pela reconstrução européia e a aceleração econômica do

Hoje, são claros e perceptíveis os indícios de nova revolução em marcha. O declínio econômico relativo dos Estados Unidos, a ampliação e consolidação do Mercado Comum Europeu com sua abertura para a União Soviética e a Europa Oriental, a emergência da Bacia do Pacífico onde vaga após vaga se mostra capaz de desempenho econômico surpreendente, primeiro a do Japão, em seguida, a dos neo-industrializados e agora a dos novíssimos como a Tailândia, a Malásia, a Indonésia, a possibilidade do aparecimento de blocos integrados de produção e comércio, são todas forças que começam a desenhar uma configuração inesperada para o espaço econômico internacional. Nesse esboço, já se evidencia o papel central da inovação tecnológica e da qualidade dos recursos humanos, como conseqüente perigo da marginalização de áreas como a latino-americana, cujas pontes para a economia mundial sempre foram, no passado, os recursos minerais, as vantagens comparativas da agricultura ou da exploração extensiva, a produção de manufaturados simples a partir de mão-de-obra barata.

Diante dessa terra nova que se desvenda em meio às brumas do futuro, a América Latina parece desamparada e sem rumo, estrangulada pela dívida e paralisada pelas contradições internas. Muitos desses milhares, milhões mesmo de latino-americanos que formam um desesperado "boat people" em busca de praias salvadoras nos Estados Unidos, não se dão conta de estarem repetindo, 150 anos depois, a terrível conclusão de Bolivar na carta que, pouco antes de morrer, escreveu de Barranquillà ao General Juan José Flores: "En nuestra América solo hay una cosa a hacer: enmigrar".

Não preciso acrescentar, que só uso essa evocação como recurso retórico, para realçar a necessidade de uma reação vigorosa que depende não exclusiva, mas principalmente, de nós mesmos.

E é aqui que me volto para o Brasil: temos em nós a força de mudar?

Nosso país deu sempre mostras de dinamismo econômico e, enquanto pode, usou desse meio, do crescimento extensivo, para adiar até o limite do intolerável as reformas sociais. Foi assim com a escravidão, tem sido assim com a distribuição da renda, com a reforma agrária, com o acesso de todos à educação básica, problema resolvido há cem anos nos países desenvolvidos.

Fala-se muito entre nós, dos índices de crescimento dos NICs asiáticos mas se omite, em geral, em matéria de distribuição de renda, que a participação dos 40% mais pobres e dos 20% mais ricos na renda é, na Coréia, de 16,1% e 45,4%, em Hong Kong, de 16,2% e 47,0%, na Tailândia, de 15,2% e 49,8% enquanto no Brasil, os índices são de 7,0% e 66,0%, contra 19,4% e 40,0% na Espanha (dados de "Korean Growth Policy", de Rudiger Dombusch e Yung Chul Park).

O recurso ao adiamento das soluções penosas está prestes a esgotar-se, pois agora a própria continuidade do crescimento se vê ameaçada pela indefinição quanto a problemas fundamentais como o da educação.

Gosto muito de uma frase de Norbert Wiener, que dizia "Ser informado é ser livre". O mesmo pode ser dito a propósito do Brasil e da América Latina: sem educação e, portanto, informação, não seremos livres para optar (e crescer) pois ignoramos se existem opções e quais são elas.

O mito paralisador da conciliação, muitas vezes só praticável com sacrifício das reivindicações de reforma, o sistema proporcional, que atribui peso desproporcional e

distorcido a setores pouco representativos, acabam por dar a cada grupo de pressão um virtual poder de veto.

Da mesma forma, mas numa outra questão, não apenas os Governos mas os setores dirigentes em geral têm, ao longo de mais de meio século, demonstrado um dos mais acentuados e irresponsáveis índices de complacência, de tolerância em relação à inflação, o que não deixa de explicar, em parte, porque tem sido tão difícil melhorar de forma duradoura os salários reais.

Reconheço que se tratam de problemas gigantescos e complexos, mas estou convencido de que chegou o momento de atacá-los pela raiz, por meio de reformas estruturais drásticas.

Mesmo se quisermos escapar ainda uma vez da pressão dos problemas da atualidade, não poderemos buscar refúgio num mundo fictício onde a História, congelada, já não se alimente de mudança. Como, por exemplo, no "Henrique IV", de Pirandello, cujo personagem, ao revelar que era uma comédia a sua fingida loucura de se tomar pelo Imperador da Alemanha, diz a seus acólitos:

"E pensar daqui, deste nosso tempo remoto, tão colorido e sepulcral, pensar que a uma distância de oito séculos abaixo, abaixo, os homens do mil e novecentos continuam a engalfinhar-se, arrebatam-se numa ânsia sem repouso de saber como se definirão seus casos, de ver como se determinarão os fatos que os mantêm em tanta aflição e em tanta agitação. Enquanto vós, ao contrário, já na História! Comigo! Por tristes que sejam meus casos, e horrendos os fatos; ásperas as lutas, dolorosas as derrotas: já História, não mudam mais, não podem mais mudar, compreendei? Imobilizados para sempre; que se podem arrumar com cuidado, admirando como cada efeito segue obedientemente à sua causa, com perícia lógica, e cada acontecimento se desenvolve preciso e corrente em cada um dos seus pormenores. O prazer, o prazer da História, em suma, que é tão grande!"

Essa tentação, assim como a do sanatório de Hans Castorp em sua montanha mágica, pode oferecer, a título individual, a oportunidade de uma evasão trágica.

Para um povo paralisado pelo impasse, contudo, o que é preciso é redescobrir o gosto pela mudança, não a qualquer, a mudança pela mudança, mas como se dizia no começo deste interminável texto, a que nos conduz no sentido da História.

Gostaria de poder acreditar que o mal-estar presente em minhas palavras como, aliás, permeando toda a atmosfera brasileira nos dias que correm, pudesse ser explicado por outro grande italiano contemporâneo de Pirandello, Antonio Gramsci, naquela célebre anotação dos seus "Cadernos de Prisão": "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer, nesse interregno uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece".

Em recente carta, Helio Jaguaribe, para mim a mais alta e lúcida expressão da consciência intelectual de nosso povo diante da crise brasileira, dizia-me acreditar, apesar da gravidade da conjuntura, que o necessário, se viável, acaba por acontecer.

De nós depende que esse necessário, quando vier, não se apresente, como outras vezes em nossa História, com sacrifício dos valores democráticos, mas seja, ao contrário, o instrumento para, em definitivo, realizar uma democracia social próspera e estável.

# índice remissivo

## REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

## volumes – 1 a 30

## números – 1 a 120

## anos – 1958 a 1987

O presente ÍNDICE REMISSIVO contém todos os artigos, documentos, notas e livros publicados na REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL durante os primeiros Trinta Anos de sua existência (1958 a 1987).

O Índice, para facilitar a consulta, é feito em duas partes. Na primeira, são listados os artigos, documentos, etc., pelo título, acrescentando-se subsidiariamente o autor quando pertinente. Na segunda parte, os mesmos artigos, documentos, etc, aparecem listados por *autor.*

SÍMBOLOS UTILIZADOS

(A) – Artigo.
(D) – Discurso ou Documento.
(R) – Resenha.
(L) – Resenha de Livros.
(RB) – Referências Bibliográficas.
(vol.) (N.° da revista) (página)

A consulta do Índice Remissivo permite facilmente aos pesquisadores localizar o material do seu interesse.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS dispõe de alguns exemplares de números antigos da REVISTA e poderá fornece-los aos interessados ao preço indicado em "número atrasado" na REVISTA. No caso de número esgotado, o INSTITUTO poderia fornece o artigo de interesse do pesquizador em cópia xerox.

A Direção da Revista

## ÍNDICE REMISSIVO POR TÍTULO

# REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXIX 113 - 114

IBRI

instituto brasileiro de relações internacionais

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL



**REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL**

**ASSINATURA ANUAL** . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . **Cz$ 4.000,00**
YEARLY SUBSCRIPTION . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . US$ 20,00

**PEDIDO DE ASSINATURA:**
SUBSCRIPTION TO BE SENT TO:

**Nome:** . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
*Name:* . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
**Endereço:** . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
Adress . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

**Este pedido é acompanhado da importância de Cz$** . . . . . . . . . . . .
With this subscrition is included . . . . . . . . . . . . . . . . . . US$.

**Data** / Date — **Assinatura** / Signatures

**INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
BRAZILIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL RELATIONS

*Praia de Botafogo, 186 — Grupo B — 22250 — Rio de Janeiro - RJ — BRASIL*

# ÍNDICE REMISSIVO POR AUTORES

ALMEIDA, Miguel Ozório de — Amazônia — O problema da Urbanização — 14(55/56)30 — (A).

ALMEIDA, Miguel Ozório de — Desenvolvimento Econômico e Preservação do Meio Ambiente — 14(53/54)125 — (D).

ALMEIDA, Paulo Roberto de — Geopolítica do Atlântico Sul — 29(115/116)131 — (L).

ALMEIDA, Paulo Roberto de — Relações Exteriores e Constituição — 29(115/116)83.

ALMEIDA, Romulo — Reflexão sobre a Integração Latino-Americana — 30(117/118)9 — (A).

ALVES, Rex Nazareth — Programa Nuclear Brasileiro — 30(113/118)75 — (D).

AMADO, Gilberto — Presença na Política — 2(6)168 — (L).

AMADEO, Mário — Cyro de Freitas Valle — 24(93/96)193.

AMARAL, Sergio — Dívida Externa: da crise de liquidez à crise de crescimento — 30(117/118)27 — (A).

ANDERSON, Jack — U.S.A., Second class power — 3(9)189 — (L).

ANDRADE, Teófilo de — DISCURSO — 9(33/34)231.

ANGLARIL, Nilda Beatriz — O Clube de Roma: As Projeções para o Futuro — 21(81/84)51 — (A).

ARANHA, Oswaldo — Relações Diplomáticas com a União Soviética — 1(2)18 — A).

ARARIPE, Alencar — Declaração ao "Grupo dos Oito Países" em Genebra — 10(37/38)114 — (D).

ARCHER, Renato — Discurso — 7(27)587 — (D).

ARCHER, Renato — San Thiago — Formulador da Política Externa Independente — 27(105/108)7.

ARCHER, Renato — Saudação ao Chanceler San Tiago Dantas — 7(27)583.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de — A Processualística dos Atos Internacionais — 2(8)180 — (L).

ARAÚJO, João Lizardo R. H. de — Impasse e Perspectivas da Política Energética — 22(85/88)67.

ARINOS FILHO, Affonso — discurso — 9(33/34)217.

ARINOS, Afonso — discurso no Senado Federal — 9(35/36)12.

ARINOS, Afonso — discurso no Senado Federal — 9(33/34)30.

ARON, Raymond — La tragedie Algérienne e L'Algerie et la Republique — 2(7)183 — (L).

ARROIO, Guilherme — Sistema Geral de Preferências — 15(59/60)5 — (A).

ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de S. J. — Uma política imigratória para a América Latina 3(11)22 — (A).

ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de S. J. — Uma política imigratória para a América Latina — 3(11)22 — (A).

ABRAMOVIC, Dragoslav — Fontes Externas de Financiamento — 10(39/40)29 — (A).

BACHMAN, Hans — The External Relations of Less — Developed Countries — 13(51/52)161 — (L).

BAKKER, Múcio Piragibe de — O Direito do Mar e os interesses do Brasil — 28(109/110)5 — (A).

BAKKER, Múcio Piragibe de — O Poder Militar Brasileiro — 27(105/108)27 — (A).

BATISTA, Paulo Nogueira — Cooperação Tecnológica entre Argentina e Brasil — 24(93/96)62 — (A).

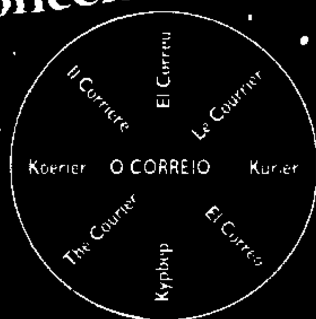
BATISTA, Paulo Nogueira — Dívidas Externas dos Estados — 29(113/114)5 — (A).

HOUSTON, John A. — Latin America in the United Nations — 2(8)190 — (L).


IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira — O Caso Amazônico — 28(109/110)105 — (A).

18(69/72)75 — (A).

# 31 idiomas em mais de 100 diferentes países do mundo, concentrados num só universo cultural.




**A FGV Editora**
**Caixa Postal 9.052 — Rio de Janeiro — CEP 20000**

**Autorizo o envio dos exemplares abaixo assinalados de O Correio da Unesco. Estou ciente de que pagarei pela mercadoria quando retirá-la na agência dos Correios mais perto do endereço que envio abaixo.**

- ☐ Quebra-cabeça das drogas (7/73)
- ☐ *Os segredos da chuva e do bom tempo (10-11/73)
- ☐ Paquistão: 5 mil anos de arte e cultura (2/74)
- ☐ A energia no mundo - as promessas do sol (3/74)
- ☐ A saga da Islândia (4/74)
- ☐ A Olimpíada dos paralíticos (5/74)
- ☐ Arte e arqueologia: Albânia, Equador, China e Bulgária (6/74)
- ☐ Al Biruni: humanista de gênio que viveu há mil anos (8/74)
- ☐ *O homem ou a fome? Ano Mundial da População (9-10/74)
- ☐ Tesouros perdidos do cinema (11/74)
- ☐ Leonardo redescoberto em dois manuscritos de Madri (12/74)
- ☐ Os ciganos no mundo moderno (1/75)
- ☐ Arte Cultural do Nepal (2/75)
- ☐ Os esquimós (3/75)
- ☐ Nossos recursos minerais (4/75)
- ☐ Ano internacional da mulher (5/75)
- ☐ Sahel: um deserto sem retorno (6/75)
- ☐ Bartolomé de las Casas e os direitos do índio (8/75)
- ☐ Ao micróbio, a ciência reconhecida (9/75)
- ☐ *A nova imagem da mulher (10-11/75)
- ☐ Stress: mal do século (12/75)
- ☐ Trinta anos após a 2.ª Guerra (1/76)
- ☐ Os Celtas (2/76)
- ☐ À Procura da identidade cultural (4/76)
- ☐ A Unesco aos trinta anos (5/76)
- ☐ Humor sem fronteiras (6/76)
- ☐ Terremoto (7/76)
- ☐ Um lugar para viver (8/76)
- ☐ Bicentenário dos EEUU: a primeira revolução anticolonialista (9/76)
- ☐ *O Planeta Unesco (10-11/76)
- ☐ Por uma nova ordem econômica mundial (12/76)
- ☐ Descoberta na Síria uma cidade de 4 mil anos (4/77)
- ☐ A Unesco e o mundo (5/77)
- ☐ Informações: de quem e para quem? (6/77)
- ☐ Imagens da África (7/77)
- ☐ Rubens, o magnífico (8/77)
- ☐ O avanço do deserto (9/77)
- ☐ A acrópole em perigo (12/77)

**Preços:**
**n.º do mês Cr$9.000**
**n.º simples (atrasado Cr$14.000**
**n.º duplo (atrasado Cr$28.000**
**Assinatura anual:**
**Cr$85.000 Enviar cheque nominal à FGV, pagável na praça do RJ**

- ☐ O Sul da África enfrenta o racismo (1/78)
- ☐ O teatro na rua (3/78)
- ☐ A aviação completa 75 anos (6/78)
- ☐ Pelo fim de um desterro (9/78)
- ☐ Papua-Nova Guiné: tradições culturais de uma jovem nação (12/79)
- ☐ O exército de argila do 1.º imperador chinês enterrado há 2 mil anos (2/80)
- ☐ A pintura mágica dos aborígenes australianos (3/80)
- ☐ *Vitória da Núbia: 4 mil anos de história salvos das águas (4-5/80)
- ☐ Ilhas e montanhas: ecossistemas em perigo; a Bauhaus; a música e computador (6/80)
- ☐ O homem e a Terra: uma estratégia de sobrevivência (7/80)
- ☐ Alfabetização, caminho para a liberdade (8/80)
- ☐ A mulher invisível (9/80)
- ☐ Natureza e cultura: patrimônio da Humanidade (10/80)
- ☐ Desarmar as mentes para edificar a paz (11/80)
- ☐ Avicena, médico e filósofo do século X (12/80)
- ☐ Povos e culturas da Iugoslávia (1/81)
- ☐ Picasso, gênio do século (2/81)
- ☐ O mundo dos deficientes: eles querem participar (3/81)
- ☐ Tradições culturais e turismo de massa (4/81)
- ☐ A ciência a serviço da arte (5/81)
- ☐ O homem e a bicicleta (6/81)
- ☐ Bulgária: 13 séculos de História e de cultura (7/81)
- ☐ Ano Internacional dos Deficientes: os caminhos da participação (8/81)
- ☐ Energia para o século XXI (9/81)
- ☐ *Islã: 15.º século da hégira (10-11/81)
- ☐ Os deserdados: a realidade econômica dos países menos desenvolvidos (12/81)
- ☐ Ataturk - o criador da Turquia moderna (1/82)

- ☐ Antilhas: unidade na variedade (2/82)
- ☐ Mosaico das drogas (3/82)
- ☐ Cérebro e língua materna; ciência e necessidade humanas; o mundo de Dostoievski; deuses e homens da África (4/82) *
- ☐ Da guerra à paz (5/82)
- ☐ KIEV - 1.500 anos de Cultura (6/82)
- ☐ DARWIN (7/82)
- ☐ O Universo dos Contos de Fadas (8/82)
- ☐ Povos e Cultura - O Correio no Espaço (9/82)
- ☐ *O Mundo e seus problemas (10-11/82)
- ☐ A Idade da Plenitude (12/82)
- ☐ Guerra à Guerra (01/83)
- ☐ As Novas faces da China (02/83)
- ☐ Um futuro à altura do homem (03/83)
- ☐ Borobudur - a recuperação de um patrimônio humano (04/83)
- ☐ Informática e Comunicação (05/83)
- ☐ Teatros do mundo (06/83)
- ☐ Educação - as perspectivas (07/83)
- ☐ Gente do campo (08/83)
- ☐ Língua - um tesouro a preservar (09/83)
- ☐ Educação - as estratégias (10/83)
- ☐ Os Rios (11/83)
- ☐ Lutero, Kafka, Euler, Marx, Stendhal, Gibran e Wagner (12/83)
- ☐ Racismo (1/84)
- ☐ Civilizações do mar (2/84)
- ☐ George Orwell (3/84)
- ☐ Alfabetização: escada para o desenvolvimento (4/84)
- ☐ Os Tâmis - uma cultura viva da Índia (5/84)
- ☐ Para vencer a fome (6/84)
- ☐ História da África (7/84)
- ☐ As grandes rotas comerciais (8/84)
- ☐ A arte na América Latina (9/84)
- ☐ Maravilhoso e frágil, o cinema (10/84)
- ☐ A História do universo (11/84)
- ☐ Os ciganos (12/84)
- ☐ Ciência e ficção científica (1/85)
- ☐ As Civilizações do arroz (2/85)
- ☐ As Maravilhas da água (3/85)
- ☐ A Memória da humanidade — bibliotecas e arquivos (4/85)
- ☐ A Cidade no ano 2000 (5/85)
- ☐ A Mulher: entre a tradição e a mudança (6/85)
- ☐ 40.º aniversário do fim da II Guerra Mundial (7/85)

*Nome* ______________________________

*End.* ______________________________

*CEP* __________ *Cidade* __________________ *Estado* __________

______________________________
*Assinatura*